



**FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

WANDERLEY COSTA DE OLIVEIRA

**ELEMENTOS DO ASSISTENCIALISMO NO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO**

**VITÓRIA-ES
2013**



WANDERLEY COSTA DE OLIVEIRA

**ELEMENTOS DO ASSISTENCIALISMO NO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO**

Trabalho final de Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de Mestre em
Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória – ES
Programa de Pós – Graduação
Linha de Pesquisa: Análise do Discurso
Religioso

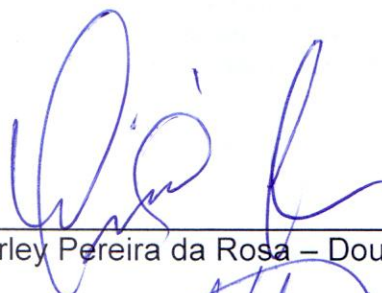
Orientador: Dnd. Wanderley Pereira da Rosa

**VITÓRIA-ES
2013**

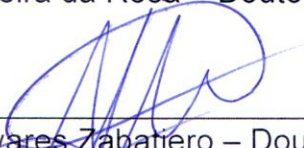
WANDERLEY COSTA DE
OLIVEIRA

ELEMENTO DO ASSISTENCIALISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

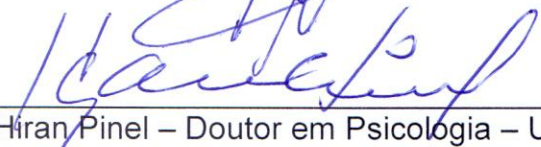
Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões na Faculdade Unida de Vitória no programa de Pós- Graduação em Ciências das Religiões.
Área de Concentração: Religião e Sociedade.



Wanderley Pereira da Rosa – Doutorando em Teologia – UNIDA (Presidente)



Julio Paulo Tavares Zabatiero – Doutor em Teologia – UNIDA



Hiran Pinel – Doutor em Psicologia – UFES

Oliveira, Wanderley Costa de
Elementos do assistencialismo no Serviço Social brasileiro / Wanderley
Costa de oliveira. -Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2013.
ix, 130 f. ; 31 cm.
Orientador: Wanderley Pereira da Rosa
Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória,
2013.
Referências bibliográficas: f. 124-130
1. Ciência da religião. 2. Serviço social. 3. Assistencialismo. 4.
Movimento de reconceituação. - Tese. I. Wanderley Costa de Oliveira. II.
Faculdade Unida de Vitória, 2013. III. Título.

Dedico este trabalho às pessoas que mais me auxiliaram
mesmo em suas realidades distintas: Minha família.

Agradecimentos

Antes de mais nada e acima de tudo, agradeço a Deus por ter me proporcionado mais esse desafio na minha vida. Agradeço a Deus pelas bênçãos divinas ao qual me fora dispensado nos momentos em que estive enfraquecido e até mesmo quando olhei para trás e pensei desistir deste desafio. Agora tenho em mãos não apenas mais um trabalho científico realizado, mas mais uma bênção de Deus realizada.

À minha amiga e eterna professora Denise Vasconcelos com quem tenho um imenso carinho por ter sido quem me convidou a aceitar esse desafio, foi quem acreditou no meu trabalho e no meu potencial desde sua fase germinal e foi quem me creditou sua gigantesca confiança tanto no tema inicial que me credenciou a participar desse desafio quanto na mudança de tema do qual origina-se esse trabalho. A você, Denise, com certeza meu muito obrigado por ter acreditado em meu sonho, na pessoa especial que és e tive o imenso prazer em ser não apenas mais um profissional de Serviço Social formado sob sua batuta, mas de ser mais um anjo que Deus enviou na minha vida! Meu muito obrigado de coração aberto.

Também às minhas amigas e também eternas professoras Eliane Melo Rezende e Milene Cardoso com quem tive uma experiência mais que recompensadora: Dividimos em um curto espaço de tempo momentos que nos mostra o quanto somos reconhecidos pela mudança de status social em que dividíamos na relação aluno x professor tendo essas grandes amigas ao mesmo tempo minhas professoras e minhas colegas de sala de aula. Em especial agradeço a Eliane Melo Rezende pelas contribuições científicas nas aulas dos módulos em que participamos em quase toda minha formação acadêmica atual. Desejo a vocês toda a felicidade do mundo.

A todo corpo docente da Faculdade Unida de Vitória e a todos os professores que compartilharam seus conhecimentos e habilidades em que fui aluno do qual foram importantes e determinantes para a abertura de novos conhecimentos e interesses.

Ao meu professor orientador desse trabalho na pessoa do Dr. Wanderley Pereira da Rosa do qual tive o desafio de redigir este trabalho dentro da minha necessidade pessoal de buscar o melhor de mim na confecção das ideias presentes aqui e suas contribuições que me serviram

de inspiração e despertar ao profundo respeito e admiração na condução norteadora permitindo-me a concretizar essa longa jornada finalizada nessas páginas. Meu muito obrigado por aceitar o desafio de orientar e conduzir tão competentemente meus passos nessa caminhada e com certeza, no que foi o mais difícil trabalho que fiz, este é o resultado de suas orientações traduzido no meu melhor aqui exposto. Meu mais sincero agradecimento.

À minha família e aos amigos reais e virtuais com quem dividi em muitos momentos a ansiedade e aflição diante de um universo acadêmico e científico muito novo para mim mas gratificante pela complexidade que fora exigida de mim e pelo apoio ao qual recebi de pessoas especiais em suas jornadas de vidas distintas e que tiraram segundos preciosos de suas vidas para apoiar e solidarizarem-se nos momentos que pensei não conseguir chegar a esse árduo e exaustivo trabalho.

Não podia deixar de agradecer também a Maria da Penha Almeida Fehlberg com quem mesmo depois de lecionar o Serviço Social a mim, contribuiu com seus valiosos créditos e com quem tive marcos referenciais que estarão presentes em algumas citações desse trabalho e ao Reverendo Ariel Montero da Comunidade Bom Pastor de Vitória com quem tive um recente e frutuoso debate e com certeza suas pontuações trouxeram ideias que no futuro próximo poderão servir de aportes a outras produções científicas minhas.

E por fim, a você que terá em mãos esse árduo trabalho e por despertar interesse nesta leitura e nesse pequeno recorte de um tema complexo e polêmico somado a um toque de ousadia e desafio ao qual terá em sua leitura temas que não são novidades , tão pouco são inéditos mas a visão individual das poucas publicações existentes ou por que não de um ponto de vista inédito?

Seja bem vindo (a)!

“ Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro; a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz.”(Platão)

Resumo

Esta pesquisa pretende estudar a relação entre o Serviço Social e a Religião de modo a expor possíveis caminhos de compreensão e contribuição entre as duas instâncias, desmistificando a construção da perspectiva religiosa feita pelo Serviço Social atual acerca de suas próprias origens e identidade religiosas. A pesquisa quer expor a questão do assistencialismo como divisor de águas entre o Serviço Social e a Religião, de maneira que o assistencialismo não está erradicado da profissão de assistente social, como defende o Movimento de Reconceituação, que, a propósito, não explica plausivelmente como a Religião influenciaria negativamente em mesas de discussão com o Serviço Social. Assim, a pesquisa propõe caminhos para novos debates, assinalando possíveis maneiras de participação da Religião nos mesmos cenários sociopolíticos do Serviço Social, proporcionando uma rica contribuição para ambos e demonstrando que é possível conversar abertamente entre esses dois temas polêmicos sem a descaracterização mútua.

Palavras-chaves: Religião, Serviço Social, Assistencialismo, Movimento de Reconceituação.

Abstract

This research aspires to study the relation between social work and religion so as to expose possible comprehension's ways and contributions into them, demystifying wrongs scientific constructions about religions that's Brazilian's social work did it recently as for own origins and religion's identity. This research wants to expose the assistencialism's query as watershed into religion and social work contradicting the reconceptualized social work's movement, assistencialism ain't removed from professional's acts of social worker although it isn't in the Brazilian's social work literatures an all these scientific's output denies that the assistencialism to be inserted inside them. By the way, brazilian's social work not to explain clearly how religion could be a negative influence in the lectures and debates between them. So, this research purposes new ways for future debates marking how religion can participate and contribute in the same social politic's scene providing a whealty interchanges between religion and social work. This research demonstrates that religion and social work can talk clearly without scientific, methods and ideologic's damages between them.

Keywords: Religion, Social Work, False Welfare, Reconceptualization's Movement.

SUMÁRIO

| | |
|---|-------------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 RELIGIÃO, ASSISTENCIALISMO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA | 17 |
| 1.1 A Assistência Como Prática Religiosa de Ajuda ao Próximo: Um Breve Histórico | 17 |
| 1.2 A Influência do Tomismo e do Neotomismo na Prática Profissional da Assistência: A Gênese do Serviço Social | 25 |
| 1.2.1 O Surgimento do Serviço Social no Brasil | 32 |
| 1.2.1.1 A Questão de Gênero no Serviço Social: Uma Profissão Só Para Mulheres?..... | 36 |
| 1.3 A Mudança de Paradigma do Serviço Social nos Anos 30: A Laicização Profissional Pela Institucionalização..... | 42 |
| 1.3.1 A Aproximação do Serviço Social à Filosofia Marxista e a Ruptura Total com o Conservadorismo | 47 |
| 1.4. O Movimento de Reconceituação Brasileiro e o Rompimento Total com o Conservadorismo..... | 51 |
| 1.4.1. A Estreita Relação de Paulo Freire Com o Serviço Social..... | 57 |
| 1.5 O Serviço Social e a Teologia da Libertação: Coincidências e Semelhanças | 62 |
| 2 RELIGIÃO, ASSISTENCIALISMO E SERVIÇO SOCIAL: ENTRE A IDEOLOGIA E O DISCURSO..... | 1367 |
| 2.1 O Que é o Assistencialismo?..... | 69 |
| 2.2 O que é Ideologia? | 74 |
| 2.3 As Ideologias do Serviço Social e a Religiosidade nas Encíclicas Papais <i>Rerum Novarum</i> e <i>Quadragesimo anno</i> | 79 |
| 2.4 Debatendo o Discurso Político e o Discurso Religioso no Assistencialismo..... | 84 |

| | |
|---|------------|
| 2.5 Quando a Ajuda ao Próximo se Tornou Prejudicial ao Assistente Social: Analisando Trechos das Encíclicas <i>Rerum Novarum</i> e <i>Quadragesimo Anno</i> | 91 |
| 2.6 O Discurso do Serviço Social em Análise: O Que Há por Detrás das Literaturas Profissionais | 97 |
| 3 RELIGIÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM ACERTO DE CONTAS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE | 103 |
| 3.1 O Papel Social das Instituições Religiosas Diante da Questão Social.. | 103 |
| 3.2 Repensando a Religião no Serviço Social: Caminhos Para Novos Debates | 106 |
| 3.3 O Acerto de Contas Entre o Serviço Social e a Religião | 109 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 119 |
| REFERÊNCIAS | 127 |

INTRODUÇÃO

O Serviço Social surgiu a partir da Igreja Católica, com a profissionalização da caridade, apesar de esse fato ser enfaticamente negado por autores da disciplina. Desde então, Religião e Serviço Social sempre dividiram momentos determinantes na História, que passaram pelo rompimento com a Igreja Católica por parte do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, ocorrido em 1979 durante o Congresso da Virada (descrito aqui como Movimento de Secularização do Serviço Social), evento determinante para o posicionamento da profissão que perdura até hoje.

Entretanto, esse rompimento deixou muitas questões não esclarecidas, mesmo após décadas, o que despertou o interesse manifesto nesta pesquisa em estudar as razões desse processo de secularização, consoante a marcha da história, tendo como ponto comum entre a Religião e o Serviço Social secularizado o assistencialismo, reputado como prática de caridade alienante.

Esta pesquisa também se interessa pelo estudo da relação entre Religião e Serviço Social, quando o foco do debate se projeta sobre o assistencialismo, já que encontramos no Serviço Social secularizado disparidades entre a prática profissional do assistente social e o aporte teórico presente nas literaturas do Serviço Social, cujo cenário parece reportar duas realidades muito distintas, de modo a pôr em dúvida se o processo de secularização promoveu de fato o rompimento total com a religião, excluindo-a das mesas de debate e fóruns de discussão. Por outro lado, as próprias produções científicas acerca da religião e do Serviço Social encontram-se escassas, já que abordar esse “tema que permaneceu durante longo período oculto do debate acadêmico do Serviço Social é um exercício que se faz necessário na medida em que os princípios religiosos estiverem e ainda estão presentes no contexto histórico da profissão.”¹

E com Jaqueline Machado, endossamos que nas imbricações religiosas da profissão encontram-se vivas as influências no Serviço Social contemporâneo, já que “estes princípios mostram-se mais visíveis na prática profissional do que no debate teórico”, e tendo-se em vista que as produções científicas do Serviço Social (dentre as quais escolhemos alguns trechos de obras mais usadas na formação profissional do assistente social) estão fortemente

¹ MACHADO, Jaqueline Fernanda. *Serviço Social e religião: a prática profissional do Serviço Social nas entidades de procedência religiosa no município de Toledo-PR*. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/cursos/toledo/servico_social/arquivos/2007_jaqueline_fernanda_machado.pdf> Acesso em: 16 jan. 2013, p.16

enraizadas no marxismo (corrente filosófica sob cuja égide o Serviço Social assumiu seu compromisso de intervenção em favor da classe trabalhadora por meio das lutas de classes, e responsável pelo embasamento do seu projeto ético-político), não sendo possível notar essa presença do aspecto religioso nos fluxos teóricos da profissão. Apenas na prática percebemos alguns elementos do assistencialismo, denunciando o que a teoria tenta esconder da própria política pública de Assistência Social brasileira.

A idéia de explorar o assistencialismo nesta pesquisa perpassa pela sua inserção na cultura política da sociedade, antes mesmo do surgimento do Serviço Social no Brasil, e essa presença liga-se fortemente aos seus dois focos centrais (a religião e o Serviço Social), de maneira que nossa intenção é estudar e entender as diferenças entre fazer o bem ao próximo (a caridade cristã como ato humanitário e de solidariedade) e promover o assistencialismo, analisando o modo como o Serviço Social lida com esses temas. Não obstante essa posição, pretendemos debater questões que trilham caminho inverso ao dos teóricos desse campo de estudo, reabilitando a importância da religião, segregada de debates acerca do tratamento da questão social e de outros assuntos relacionados aos seus interesses, que percebemos serem comuns.

Também cabe aqui o esforço para que o debate sobre o assistencialismo no Serviço Social tente responder a questões até então sem esclarecimento: a) como adepto de determinada religião, o assistente social de hoje consegue ver famílias de avançado risco social e direitos violados sem o mesmo olhar do assistente social dos primórdios da profissão? b) se para os teóricos do Serviço Social, a filantropia e a caridade, além das ações voluntárias da Igreja, andam de mãos dadas com o assistencialismo estatal e neoliberal (no caso das ONGs, criticadas severamente por responderem em favor da descentralização do Estado, que se ausenta de seus compromissos com as políticas públicas, mas atende prontamente a classe burguesa reforçando o binômio capitalismo / neoliberalismo), então o assistente social é obrigado a se sujeitar à rejeição e crítica da tentativa de fortalecimento e resgate da solidariedade, apenas porque é assistente social e para ele a filantropia religiosa é assistencialismo e mais nada?

Nosso objetivo é abrir o debate para que tais questões não se suscitem somente em detrimento de determinado tema em voga. Para isso, levantamos, pelo resgate histórico da profissão de assistente social, suas origens religiosas, até o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social (aqui descrito como processo de secularização do Serviço Social), de modo a promover o que chamaremos de acerto de contas entre a Religião e o Serviço Social. Nesse momento, pontuaremos a importância da intervenção religiosa em questões a que o Serviço

Social secularizado tratou de responder como representação exclusiva para o desenvolvimento de políticas e estratégias de ação e intervenção.

Vamos discutir também a religião, que, no âmbito de sua função na sociedade, pode responder como parceira alternativa no trato dos problemas de ordem social e estrutural, de maneira que, em vez de ser tratada como inimiga comum, busque a soma das experiências de sucesso adquiridas ao longo desse período de ausência nas mesas de debate do Serviço Social. A religião como disciplina científica tem muito a acrescentar ao Serviço Social e esse debate está sendo proposto para que o assistencialismo não se constitua como álibi usado para refutar qualquer tentativa de debate e discussão entre essas duas frentes científicas.

Dessa forma, a pesquisa está dividida em três capítulos: no primeiro apresentaremos a questão histórica da profissão de assistente social desde períodos remotos da humanidade com a prática da ajuda (mais tarde denominada caridade) nas Confrarias do Deserto, que se estendeu por toda a Idade Antiga e Média pelas vias da caridade cristã, e seu conceito de amor ao próximo, até o surgimento do capitalismo e seus problemas de ordem social (com destaque para a Lei dos Pobres, tida como pioneira na intervenção estatal no combate à pobreza), abordando o surgimento do Serviço Social tanto no Brasil como no mundo, de modo a servir de ferramenta de resgate ao prestígio perdido pela Igreja Católica ao longo dos séculos.

Ainda no primeiro capítulo, trataremos de questões referentes ao Serviço Social, como a mudança do paradigma que lhe permitiu ser regulamentado como disciplina científica habilitada para a formação profissional nos anos 30, e como profissão na década de 50, além de sua secularização no final da década de 70 e das influências religiosas da profissão através do Tomismo e do Neotomismo, por meio das encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931). A predominância da presença feminina, questão pouco discutida, será aqui analisada, juntamente com a descrição do Movimento de Reconceituação no Serviço Social suscitado pelo rompimento total com a Igreja Católica, por meio do posicionamento do Serviço Social em favor da classe trabalhadora e das lutas de classes (marxismo). A par desse processo, também se discutirão as relações religiosas que envolveram esse movimento desde o surgimento da Teologia da Libertação (esboçando-se as relações de semelhança entre os dois movimentos), além da influência do educador brasileiro Paulo Freire tanto no Serviço Social quanto no movimento religioso de libertação brasileiro.

Dotamos o segundo capítulo de um esboço de estudo do assistencialismo e da ideologia, desenvolvendo suas breves conceituações e descrevendo sua adoção na sociedade. Esse esboço contempla também possíveis ideologias do próprio Serviço Social, já que os teóricos estudados negam qualquer tipo de referência acerca de suas ideologias. Também

desenvolvemos o estudo de passagens históricas, objeto de análise do discurso para identificar fragmentos de textos que servirão de estrutura para nosso trabalho. Assim, estudaremos, por exemplo, o que a figura do assistente social representa, dada a insuficiência da Doutrina Social Católica levada a cabo pelas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* no trato dessa questão, ou seja, quais foram os caminhos que levaram à discussão da eficiência dessa doutrina social que marcou o período do conservadorismo no Serviço Social.

Também no segundo capítulo, utilizaremos fragmentos de textos das principais obras literais do Serviço Social, escolhidas de acordo com nossa demanda, e analisaremos a consistência dos argumentos construídos, apontando-lhes aspectos ocultos ou revelando a sua incapacidade de atender determinados interesses que levaram à consolidação do processo de secularização do Serviço Social. Por último, também esboçaremos os conceitos de discurso político e discurso religioso, já que o Serviço Social está bem familiarizado com ambas as modalidades, seja na contemporaneidade, seja no tempo pretérito.

No terceiro capítulo, que encerra o trabalho, o debate se volta para propostas de discussões entre o Serviço Social e a religião, ressaltando-se o papel social das instituições religiosas a que o Serviço Social vem sendo associado, como ator de práticas assistencialistas e residuais, já que as igrejas (católicas, evangélicas ou de outras designações religiosas) assumiriam na íntegra compromissos supostamente exclusivos do Estado. Como a religião também adotou tons de cientificidade crítica, podem-se encontrar bons trabalhos científicos cuja crítica ao sistema capitalista emparelham-se qualitativamente com as produzidas no Serviço Social, o que vem ao encontro desta pesquisa.

Assim, propomo-nos encontrar os caminhos para que Serviço Social e religião retornem às pautas de discussão em mesas de debate, sem que se influenciem a ponto de descaracterizarem suas atuais concepções e conceituações. Pelo acerto de contas que propusemos, concluímos que os equívocos causados pelo Serviço Social no julgamento da religião restringem a discussão, focalizando-a no Estado e no sistema capitalista, restando-nos salientar a importância não só do ponto de vista religioso quanto da própria religião, inserida no mesmo ambiente do Serviço Social.

1 RELIGIÃO, ASSISTENCIALISMO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

1.1 A Assistência Como Prática Religiosa de Ajuda ao Próximo: Um Breve Histórico

Os elos históricos que unem amor e solidariedade ao próximo consolidam a prática de assistência como uma ação voluntária e desprovida de interesses próprios ou alheios a um dado complexo sistêmico. Obviamente, esse complexo não se resume apenas ao amor e à solidariedade, mas inclui também a caridade, a filantropia e a assistência, de modo que todas essas instâncias, embora pareçam derivar-se de uma única fonte, são conceitos muito distintos entre si e externos ao foco do tema escolhido.

A caridade, em termos gerais, compreende-se no preceito cristão de mobilização de ajuda aos necessitados de modo que a ação caritativa se dá em consequência do sentimento de compaixão ao próximo sem a obrigação de retribuir esse ato. A caridade, nesse sentido, aproximar-se-ia do verdadeiro amor divino, do ato de renunciar ao próprio bem em prol do outro.

A História relata que a prática da caridade iniciou-se antes da Era Cristã (aproximadamente 3000 a.C.), através das Confrarias do Deserto que atuavam de maneira coletiva e solidária. Caracterizava-se como ação capaz de mobilizar toda a coletividade em prol de um indivíduo ou de uma pequena parcela de membros que apresentassem uma dada dificuldade na área de atuação dessas confrarias.²

Sob influência do Cristianismo, a caridade deixou de ser corporativa e passou abranger quem não pertencia a essas Confrarias, e logo “depois, os seres humanos agiram movidos por impulsos humanitários e religiosos que os faziam oferecer socorro àqueles que não pertenciam ao seu círculo imediato”.³

Essas influências religiosas transformaram a caridade em uma ação cujos conceitos de amor ao próximo e a benemerência definem-se no fazer o bem ao próximo sem retorno ou barganha.

² “No velho Egito, na Grécia, na Itália, na Índia, enfim nos mais diferentes pontos do mundo antigo a assistência era tarefa reservada às confrarias, que têm sua origem nas Confrarias do Deserto, cujo surgimento remonta a 3000 anos antes de Cristo, com o objetivo de facilitar a marcha das caravanas no deserto.”Veja em: MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 96.

³ ANDER EGG, Ezequiel. *Introdução ao trabalho social*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 67.

A partir do surgimento do capitalismo – e com ele, os problemas de desigualdade e exclusão social, bem como a má distribuição de renda, que proporcionou todo o agravo social que vivemos⁴ – a religião assume a tarefa de cuidar dos pobres, idosos e incapazes, indivíduos que sempre margearam a sociedade. Desse modo, a Igreja se situa como instituição de cuidado a esses excluídos. Datam-se assim da Grécia Antiga as primeiras práticas de caridade e assistência institucionalizada.⁵

Já na Idade Média, as pessoas ajudavam-se mutuamente e os valores morais de solidariedade e benemerência eram fortemente ligados ao dogmatismo católico e à filosofia aristotélica de São Tomás de Aquino. Como animal político, o homem apenas seria dotado de caridade se sua vida fosse conduzida pelas relações sociais com outros sujeitos.

Baseada na filosofia tomista, a caridade passa a fazer parte das relações sociais, de modo que o sentimento humano de cuidar do próximo se concretizaria como prática cristã de amor e piedade a quem, em algum momento, encontrava-se frágil. Era uma prática desinteressada, sem retorno material, e levada a efeito sob a promessa de retorno espiritual, servindo de pagamento pelos pecados na Terra e garantindo a salvação no ambiente divino:

Na civilização cristã que floresce na Europa, uma categoria específica de pobres emerge como minoria: aquela necessária à prática da caridade. Os pobres adquirem, na ótica cristã do período, um caráter de funcionalidade: sempre devem existir pobres, para que os “não-pobres” possam assisti-los, qualificando-se como bons cristãos.⁶

Também na Idade Média, as manifestações coletivas em prol dos famintos, afligidos ou sobreviventes de batalhas e guerras, além de vítimas de doenças pontuais ou generalizadas (a peste negra foi uma destas) ficaram mais frequentes entre aqueles que buscavam a salvação

⁴ Esse agravo social também é entendido como elemento-chave para o processo de harmonização na sociedade, de modo que o sentimento de comoção causado por catástrofes naturais despertava o espírito de solidariedade nas pessoas, movidas a ajudar umas às outras independentemente da posição social. Já o agravo provocado por imperfeições no processo de controle do regime econômico restringe a solidariedade e o sentimento de benemerência, ou o ato julgador de merecimento (indivíduos em condições de miséria extrema estariam entre os mais merecedores) dos detentores das condições, digamos, mais dignas e legalmente menos desabonadoras.

⁵ Em “Breve Introdução à História do Humanismo”, publicado em 2002, Miguel Duarte ressalta que “os estoicos eram cosmopolitas, integrando-se na sociedade do seu tempo e preocupando-se com o bem comum, tendo sido inclusivamente os primeiros, no mundo ocidental, a criar instituições de caridade para os pobres e doentes”. Certamente, não seria prudente atribuir a gênese da caridade institucionalizada aos estoicos, mas é fato que sua participação na história do mundo ocidental é significativa, devendo-se-lhes não a institucionalização da caridade, mas a primeira intenção de sistematizar ou teorizar a sua prática. Veja em: DUARTE, Miguel. *Breve introdução à História do Humanismo*. Disponível em: <<http://www.humanismosecular.org/historia-humanismo>> Acesso em: 9 mar. 2012.

⁶ FILHO, Cyro de Barros Rezende. *Os pobres na Idade Média: De minoria funcional a excluídos do paraíso*. Disponível em: <<http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/viewFile/567/400>> Acesso em: 30 set. 2012, p.03

praticando a caridade. Não por acaso, São Tomás de Aquino defendia o desapego às coisas materiais, sobrepondo a caridade a qualquer riqueza terrena.⁷

Já não se podia fazer caridade com tamanha frequência ao próximo como se fazia nos tempos remotos do passado, já que o dízimo cobrado pela Igreja nos feudos quase superava a produção, pouco sobrando para a manutenção do próprio feudo. A caridade já não era tão praticada, nem como hábito cristão nem como virtude moral. O Feudalismo já estava em profunda crise na Europa e cada vez mais a Igreja Católica perdia força política e centralizadora. Portanto, nas nações monárquicas que adotavam o Feudalismo como sistema político a caridade perdeu o senso de virtude:

Para Aristóteles, a virtude moral precisa ser ensinada aos homens para que a pratiquem. Depende, portanto, do hábito praticado no cotidiano para que os homens sejam bons ou maus. Com efeito, os homens podem aprender essas virtudes, mas é na medida em que as praticarem no convívio com os outros que se tornam uma coisa ou outra. Assim, é em relação ao outro que sou, repetindo, justo ou injusto.⁸

O enfraquecimento da Igreja Católica com o fim do sistema feudal, o surgimento da sociedade burguesa, a Reforma Protestante e o advento do capitalismo originário do mercantilismo do século XV transformaram a caridade em assistência, sem, contudo, dissociá-la da Santa Sé. A caridade cristã efetivada pela Igreja Católica gerava descontentamentos e questionamentos quanto à atuação de monges, na medida em que a desigualdade gerada entre o praticante da caridade e seu beneficiário se traduzida no

[...] aumento da multidão de deserdados, que passa a compor majoritariamente a população das cidades medievais, constituindo o que se denominou de proletariado urbano. Os próprios monges, antes agentes privilegiados do auxílio aos pobres, tornaram-se a referência da diferença. Gordos, rosados, ociosos em meio a uma multidão de magros, macilentos, doentes, miseráveis.⁹

A partir daí, a pobreza acentuou-se, de modo que a economia européia, antes concentrada nos feudos, passou a ser alavancada pelas grandes navegações, com o descobrimento de mais terras fora da Europa e a expansão econômica pelos sistemas de colonização aplicados nesses territórios. As monarquias degradaram-se por causa de conflitos

⁷ Uma das referências citadas por São Tomás de Aquino em *Suma Teológica* remete a Agostinho (354-430), para quem a caridade é uma questão espiritual superior ao plano terreno, e responsável pelo espírito de pertencimento social, ou seja, pela vida em comunidade cristã. Não foi São Tomás de Aquino o pioneiro dessa idéia, mas credita-se a ele a caridade como virtude para uma vida em harmonia entre os homens. Essa perspectiva é mais fiel quando estudamos a assistência social com uma visão sociológica: o sentimento de ser assistido proporciona ao “cliente”(como era chamado o usuário de serviços sociais) proteção externa e relações afetivas com os agentes da caridade, num cenário que nos dias de hoje, *a priori*, quando raramente se apresenta, é rechaçado e denominado assistencialismo, com efeito nulo sob o olhar materialista. Veja em: OLIVEIRA, Terezinha. *O ensino da caridade: uma virtude para o bem comum sob o olhar de Tomás de Aquino*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/notand18/ensincarid.pdf>> Acesso em: 17 maio 2012.

⁸ DUARTE, Miguel. *Breve introdução à História do Humanismo*. Disponível em: <<http://www.humanismosecular.org/historia-humanismo>> Acesso em: 9 mar. 2012.

⁹ FILHO, 2009, p.05

internos e guerras constantes por disputas de territórios e a própria Igreja Católica se enfraqueceu, criando o cenário propício ao surgimento da sociedade burguesa. Por outro lado, a Reforma Protestante liderada por Martinho Lutero pluralizou o Cristianismo, de modo que o processo de evangelização ganhou novas vertentes e a profissão de fé cristã tornou-se avessa ao Catolicismo. Não por acaso, o Protestantismo foi mais aceito pela classe burguesa, por não condenar a prática do acúmulo de riquezas rechaçada pela Igreja Católica.

Tanto no Catolicismo quanto no Protestantismo, o zelo com os pobres e desvalidos foi assumido enfaticamente na Idade Moderna, enfatizando-se imediatamente antes e depois da Revolução Industrial.¹⁰ As drásticas mudanças na sociedade entre os séculos XVII e XIX ocasionaram ações estatais de contenção e combate à pobreza e o marco inicial dessas ações foi a promulgação da Lei dos Pobres na Inglaterra, em 1601, considerada a primeira iniciativa do Estado no trato dos problemas sociais e primórdio da política pública de Assistência Social.

Antes da Revolução Industrial e mesmo durante a vigência desse movimento, a Igreja era a única instituição que cuidava das ações assistenciais de ajuda aos pobres e desvalidos. O pensamento predominante era o determinismo social (membros da nobreza nasciam nobres por designação de Deus e os pobres, por castigo de Deus, por não nascerem nobres) e os bolsões de pobreza que apareceram com a extinção dos feudos foram ocasionados pela expulsão dos camponeses e sua inserção forçada nas cidades industriais.¹¹

A controvérsia da lei estava no fato de ela profanar a pobreza como condição voluntária própria de quem nela se inseria. Ou seja, apenas quem não trabalhava era considerado pobre, mesmo entre os mutilados e deficientes físicos.

Assim, pobre era quem não se punha à disposição das atividades laborativas, dependendo da benemerência assegurada aos necessitados da ajuda dessa lei. Cobravam-se das classes mais ricas, à guisa de imposto, doações caritativas destinadas aos pobres e inválidos, além de idosos e indigentes, pela benemerência e “bondade” do Estado.

¹⁰ Ambas as instituições concorreram entre si por novos fiéis e adeptos, mas suas práticas de manutenção da solidariedade traçaram rumos diferentes: enquanto no Protestantismo, o homem alcança sua graça individualmente por merecimento, o Catolicismo era mais voltado às práticas caritativas e filantrópicas que envolviam toda a sociedade.

¹¹ “A área rural literalmente transborda, lançando para fora todos aqueles que já não cabem nos exíguos espaços do feudo. A característica social básica desse transbordamento é ocasionar uma dupla perda, a da proteção familiar e a da proteção senhorial. Praticamente não existiu a instituição da servidão, nas novas áreas rurais, enquanto as cidades passaram a abrigar uma multidão de homens livres. Sendo livre, o homem deve saldar todas as suas obrigações em dinheiro, uma vez que as obrigações em trabalho traduzem a marca da servidão. E teve que fazê-lo em uma conjuntura extremamente desfavorável para o trabalhador assalariado.” (FILHO, 2009, p.05)

Essa lei também distinguia entre merecedores e não merecedores de assistência. Os primeiros deviam ser amparados pelo dever moral da ajuda cristã (vista aqui como caridade), pois realmente não tinham condições de trabalhar ou eram ex-membros da realeza (nobres falidos e empobrecidos); já os não merecedores estavam fora desse perfil e não recebiam nenhum tipo de auxílio assistencial, sendo-lhes oferecidos ofícios laborais em casas de trabalho (as *work's houses*) credenciadas pela lei. Mesmo aos merecedores de auxílio assistencial o trabalho era ofertado como preferencial, e apenas em último caso o auxílio era concedido, ao menor número possível e em caráter restrito, ou seja, era paliativo e descontinuado. Dessa forma, frustrou-se a tentativa de erradicar e controlar a pobreza, já que a população pobre era maior que a oferta de trabalho e essa lei não se aplicava apenas às metrópoles, mas a todo o reino.¹²

Outra forma de controle da pobreza foi o sistema de abonos ou a Speenhamland's Law,¹³ complementar à Lei dos Pobres e introduzida em 1795, enfatizando a lógica do mercado. Karl Polanyi, em *A grande transformação*, dedicou um capítulo à detalhada descrição desse sistema, classificando-o como ricamente paternalista e benemerente. Inicialmente o sistema tinha por objetivo “humanizar” o processo de exploração da mão de obra do proletário, ao passo que a Speenhamland foi inspirada nas inúmeras revoltas de trabalhadores das indústrias instaladas na Inglaterra contra as máquinas a vapor, por volta de 1760 e 1780.¹⁴

Adotada como medida emergencial de contenção, a Speenhamland alcançou patamar de prestígio muito elevado, a ponto de ser considerada a melhor alternativa para a erradicação da pobreza. Independentemente de renda, os pobres recebiam benefícios de acordo com o preço do pão e o sistema de salários à base de abonos concedidos. Parte dos impostos cobrados da sociedade era destinada aos pobres, bem como as doações de membros da realeza e grandes proprietários de terras e indústrias a vapor:

Os juízes de Berkshire, num encontro no Pelikan Inn, em Speenhamland, próximo a Newbury, em 6 de maio de 1795, numa época de grande perturbação, decidiram conceder abonos, em aditamento aos salários, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão. Assim, ficaria assegurada ao pobre uma renda mínima

¹² “A Inglaterra se tornou um país paradigmático na discussão da assistência. Como país pioneiro na introdução das inovações que acarretaram a Revolução Industrial, foi o primeiro a experimentar as políticas da Lei dos Pobres (Poor Law) de combate à pobreza urbana e às disfuncionalidades sociais”. Veja em: SIMÕES NETO, José Pedro. **Assistentes sociais e religião: um estudo Brasil / Inglaterra**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 30.

¹³ Recebeu esse nome em referência ao local onde foi instituída, em Speenhamland, hoje distrito da cidade de Newbury, província de Berkshire, Inglaterra.

¹⁴ O estudo de Karl Polanyi sempre é reverenciado pela maioria dos autores do Serviço Social quando se trata da gênese das políticas sociais de assistência. A Speenhamland's Law foi uma maneira, inédita para a época, de promover a solidariedade por ação compulsória contrária ao rigor das Leis dos Pobres, que impunha a uma grande massa de pobres o trabalho forçado a qualquer preço.

independente dos seus proventos. A famosa recomendação dos magistrados dizia: Quando o preço do quilo de pão de uma determinada qualidade "custar 1 shilling, qualquer pessoa pobre e diligente terá 3 shillings por semana para seu sustento, quer ganhos por ela própria ou pelo trabalho de sua família, quer como um abono proveniente do imposto dos pobres, e 1 shilling e 6 pence para o sustento de sua mulher e qualquer outro membro da sua família. Quando o quilo de pão custar 1/6, 4 shillings por semana mais 1/10. A cada pence acima de 1 shilling no aumento do preço do pão corresponderão 3 pences para ele e 1 pence para os demais". Essas cifras variavam em alguns condados mas, na maioria dos casos, adotava-se a tabela de Speenhamland.¹⁵

Podemos dizer que as primeiras intenções estatais em consolidar a assistência social, mesmo fora do âmbito de direitos humanos e carregadas de vicissitudes paternalistas e assistencialistas, foram as Leis dos Pobres e a Speenhamland. Com o passar dos séculos e com o fracasso dessas duas leis, além das pesadas críticas recebidas, o aprendizado deixado por essas foi absorvido e desenvolvido, embora nos dias de hoje não tenhamos de fato uma assistência social propriamente digna e universal.

O capitalismo, na fase de maior efervescência, proporcionou o rápido avanço do processo de industrialização em toda a Europa, com destaque para a Inglaterra. Os camponeses foram praticamente obrigados a migrar para as cidades. Como estas não dispunham de infraestrutura capaz de absorver a explosão demográfica e as fábricas não davam conta do imenso contingente de mão de obra, a marginalidade, a prostituição e outros problemas sociais começaram a ser enxergados como abominações.

Com isso, a Lei dos Pobres e a Speenhamland fracassaram por causa das drásticas mudanças na sociedade, que passou a viver em função do trabalho e do suprimento de necessidades próprias, não contempladas por essas leis, incapazes de abarcar a lógica do mercado de compra e venda da força de trabalho. Nesse momento nascia também o debate sobre a Questão Social, que mais tarde será o objeto de estudo do Serviço Social e outras disciplinas ligadas às Ciências Humanas (Sociologia, Antropologia, Linguística e outras...).

A caridade, antes tida como ação puramente religiosa e praticada pelas igrejas através de esmolas, dízimos e outros recursos no decorrer da Revolução Industrial, já não podia ser tarefa somente da Igreja, que solicitou o auxílio do Estado, dada a insuficiência dos seus recursos frente a todos os necessitados. Os movimentos religiosos passaram a exigir que a ajuda estatal fosse efetiva e não dependesse somente das ações individuais movidas pelo espírito cristão de amor ao próximo.

¹⁵ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Disponível em: <http://www.4shared.com/file/5LFM86ZG/POLANYI_K_A_Grande_Transformao.html> Acesso em: 18 set. 2012 ebook disponível em pdf, p. 100.

Com os crescentes problemas sociais e a insuficiência da Igreja em tratar do controle da pobreza e marginalidade, ao fim da Revolução Industrial, no século XIX, a Igreja já estava praticamente alijada das decisões políticas do Estado. Com a formação de Estados laicos, as decisões governamentais já dispensavam a voz religiosa, ao contrário do ocorrido na Idade Média. Sem trabalho e sem formação para as novas profissões, famílias inteiras amontoavam-se em condições insalubres de sobrevivência e engrossavam as filas de desempregados em busca de trabalho. Quando o conseguiam, os rendimentos não eram suficientes para manter a família e todos na família tinham de ser produtivos, mesmo as crianças, vistas como adultos em desenvolvimento, os idosos, os mutilados pelos inúmeros acidentes de trabalho e os deficientes físicos capazes de se locomover:¹⁶

As transformações econômicas do mercantilismo que virão a configurar a economia capitalista, a revolução científica – tecnológica, a revolução burguesa, o Estado liberal, os novos problemas sociais, o surgimento do proletariado e do movimento sindicalista e a contestação ao novo estado de coisas vinda do anarquismo e do socialismo nascente configuram uma nova situação, na qual surgem novas instituições de ajuda e as primeiras legislações de cunho social para atender aos problemas da pobreza.¹⁷

O caos urbano estava apenas no começo e prática da caridade não dava conta dos problemas. A inexistência de políticas públicas e de uma intervenção mais efetiva do Estado traduzia-se em realidade social de mobilização da solidariedade através da comoção pública. Era patente a insuficiência da caridade religiosa, o que tornou suas ações mais questionadas. O amadorismo das práticas voluntárias de caridade, os atos movidos pela benevolência, benemerência, piedade e sentimento de “pena” dão lugar à profissionalização, de modo a solucionar problemas macrossociais mais complexos imunes ao simplismo de angariar doações e distribuir benefícios esporádicos em iniciativas voluntárias.

O Estado também estava despreparado para esses problemas oriundos da pobreza, e em meio à exploração da mão de obra do proletariado, surgem diversos movimentos sociais organizados pelos ideários socialistas das classes emergentes, que ganharam espaço por meio das manifestações e protestos, exigindo melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

¹⁶ Esse cenário predominava nas nações industrializadas. No Brasil, de processo industrial tardio, verifica-se um movimento inverso: atraídos por maiores oportunidades de emprego, as regiões mais ricas do Brasil receberam um gigantesco contingente vindo, na maioria, das regiões mais pobres como o Norte e o Nordeste. Tanto no cenário europeu quanto no brasileiro, as metrópoles que concentravam pequenos pólos industriais eram destituídas de infraestrutura urbana suficiente para conter essa grande emigração interna. Porém, as características regionais e culturais enriquecem a discussão: Na Europa, os camponeses foram forçados. No Brasil, as populações de regiões mais pobres do Brasil (Norte e Nordeste) emigraram para as regiões mais ricas do país (Sul e Sudeste), dado o caráter tardio da sua industrialização: apenas a partir dos anos 1970 as regiões desfavorecidas iniciaram o desenvolvimento fabril, enquanto nas regiões Sudeste e Sul isso se deu a partir dos anos 1940, juntamente com o crescimento de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.

¹⁷ ANDER EGG, 1995, p. 74

O Estado e a classe burguesa enxergavam essas manifestações como afrontas ao seu sistema de produção e reprimiam as ações de greve e paralisações pela força coerciva, quando não conseguiam negociar com os grevistas.

A questão social aqui era tratada como caso de polícia, ato de desordem e afronta à moral pública, principalmente porque seus recortes eram retratados nas manifestações lideradas pelo movimento comunista. A maioria dos poucos sindicatos era formada por comunistas, pessoas ligadas aos imigrantes europeus, em especial provenientes da Itália, país de sindicalismo forte e sociedade marcada pela briga desigual entre burguesia e proletários. Os comunistas, cuja luta contra a burguesia se inspirava nos escritos de Karl Marx, eram considerados baderneiros, imorais, vândalos e bandidos.

Viu-se também a necessidade de uma prática de assistência mais racional e menos vocacional, diferente da filantropia, da caridade e da assistência. No caso do Serviço Social, como profissão de origem religiosa, a ambiguidade entre “fazer o bem sem olhar a quem” e a prática política da assistência segundo a realidade social e a maneira como essa assistência é dirigida, sobretudo atendendo aos moldes políticos do Estado em vigência, exhibe certa inconsistência. “A base conceptual religiosa mostrou-se, no entanto, insuficiente para dar respostas aos desafios postos à profissão pelo processo de desenvolvimento do Brasil”.¹⁸

E por essa razão, pensou-se em estabelecer um elo entre as massas subalternas e as classes dominantes, mantendo-a ao mesmo tempo a serviço do Estado e da Igreja Católica, fazendo com que a prestação de serviços assistenciais na perspectiva e âmbito da caridade atendesse a todos por meio do Estado: surge o Serviço Social de cariz religioso em sua vertente confessional. Seu surgimento, portanto, está associado à intenção de aproximação da Igreja Católica com o Estado laico, de forma a legitimar a prática da caridade, ao mesmo tempo em que se pacificam as massas insurgentes contra a omissão do Estado. Antes de comentarmos o surgimento do Serviço Social no Brasil, lembraremos uma passagem histórica em que a prática da caridade (ou da assistência) ao próximo assumiu vertente confessional graças à influência da filosofia tomista, reeditada no Século XX (neotomismo) na tentativa de adequação ao período.

Essa maneira de prestar assistência já carecerá de uma lógica capaz de atender as demandas de quem presta e recebe esses serviços sociais, arruinando o chamado Serviço Social Conservador e acarretando a adoção do atual modelo de Serviço Social, reconceituado a partir de bases filosóficas fincadas no marxismo.

¹⁸ SIMÕES NETO, 2005, p. 39.

1.2 A Influência do Tomismo e do Neotomismo na Prática Profissional da Assistência: a Gênese do Serviço Social

Como vimos, a assistência prestada aos pobres, em sua gênese, tinha base nas ações impulsionadas pelo sentimento humano de solidariedade e preocupação com o próximo. E à medida que essas ações foram praticadas, foi preciso sistematizar e profissionalizar a assistência, ou de um modo um tanto irônico, oficializar a caridade e profissionalizar a filantropia. Nesse compasso, a doutrina social da Igreja Católica exerceu forte influência na origem do Serviço Social, principalmente na metodologia de ensino e na elaboração de técnicas de abordagem sempre referenciadas na filosofia de São Tomás de Aquino.

Apontaremos aqui apenas alguns traços do tomismo, levando-se em consideração os limites da pesquisa. O primeiro deles é a influência do pensamento aristotélico em São Tomás de Aquino, que associa a filosofia à teologia, tentando conciliar ciência e religião no âmbito de uma perspectiva cristã.

No tomismo, o material e o imaterial são um só corpo indissolúvel, que o atrela a uma razão lógica essencialista do ser. São Tomás de Aquino atribui o “algo” ou “forma” a uma essência no campo da razão e sua existência liga-se diretamente a tal essência (nada existe sem razão de existir). Assim, no campo metafísico, o ser não se desvincula da matéria, e vice-versa. Todo esse equacionamento está presente no campo das idéias.

A união da teologia com a filosofia, tendo como maior ícone São Tomás de Aquino, também originou uma linha da filosofia denominada escolástica,¹⁹ e sua influência judaica e cristã inseriu-se na filosofia helênica, adaptando-a com um novo conceito de fé desenvolvido pelos pensadores da época:

A Filosofia que até então possuía traços marcadamente clássicos e helenísticos sofreu influências da cultura judaica e cristã, a partir do século V, quando pensadores cristãos perceberam a necessidade de aprofundar uma fé que estava a amadurecer, numa tentativa de harmonizá-la com as exigências do pensamento

¹⁹ A filosofia escolástica foi uma corrente do pensamento cristão que vigorou do século IX ao final do século XVI, caracterizando-se pelo ensino nas escolas medievais, por religiosos conhecedores da filosofia clássica. Germinada a partir de escolas para padres católicos, expandiu-se para as universidades no fim da Idade Média. Suas maiores fontes eram os pensamentos platônico e aristotélico. De acordo com Ana Lúcia Santana (2008), o método adotado pela escolástica se traduz no ensino fundamentado na *lectio* (o mestre domina a palavra), na *disputatio* (debate livre entre o professor e seu discípulo) e nas formas literárias. Entre estas predominam os comentários, nascidos da *lectio*, dos quais se originam as *Summas*, que permitem ao autor se ver um pouco mais livre dos textos; e as *quaestiones*, vindas à luz por meio da *disputatio*. [...] A escolástica foi profundamente influenciada pela Bíblia Sagrada, pelos filósofos da Antiguidade e também pelos Padres da Igreja, escritores do primeiro período do cristianismo oficial, que detinham o domínio da fé e da santidade. Veja em: SANTANA, Ana Lucia. *Escolástica*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/filosofia/escolastica/>> Acesso em: 22 set. 2012.

filosófico. Alguns temas que antes não faziam parte do universo do pensamento grego, tais como: Providência, Revelação Divina, e Criação, a partir do nada passaram a fazer parte de temáticas filosóficas. A Escolástica possui uma constante de natureza neoplatônica, que conciliava elementos da filosofia de Platão com valores de ordem espiritual, reinterpretadas pelo Ocidente cristão. E mesmo quando Tomás de Aquino introduz elementos da filosofia de Aristóteles no pensamento escolástico, esta constante neoplatônica ainda é presente.²⁰

Com base na filosofia aristotélica, o homem é incapaz de viver só. O tomismo prega que em todo círculo de convivência, o indivíduo move-se pela ação natural de interação e é comandado pela sua ação racional, de modo que o resultado dessas ações se traduz em vontades e desejos: “A lei da natureza, associada à lei de Deus, tem dupla essência: a qualidade de lei intrinsecamente justa e racional (*intellectus*) e de expressão da vontade de Deus (*vonluntas*)”.²¹

A liberdade de decisão será manifesta através pela capacidade de escolha e sua racionalidade dará sinais de como a intelectualidade o norteará. A prática da caridade, por exemplo, consiste na predisposição de causar no praticante o sentimento do amor ao próximo, desenvolvendo o altruísmo, ou sua renúncia a algo concebido para si em favor de alguém. Essa ação na visão tomista se caracteriza pela escolha da caridade na busca de um fim último, ou seja, tal virtude seria propriedade intelectual de Deus e um dos significados de seu amor ao homem.²²

Desse modo, o homem é motivado por uma disposição própria originada de sua cultura religiosa, em que a prática da caridade é ligada aos preceitos cristãos de amor ao próximo e pela comoção de uma dada situação a ele exposta. Ou seja, o homem faz caridade com o intuito de aproximar-se mais de Deus, utilizando o sentimento de piedade com o próximo e expressando a vontade de ajudar em contrapartida a uma ação desfavorável

²⁰ FARIAS, Domingos. *Sebenta de Filosofia: método escolástico*. Disponível em: <<http://blog.domingosfaria.net/2009/08/metodo-escolastico.html>> Acesso em: 20 set. 2012.

²¹ MARTINS, Patrícia Carla de Melo. *Padroado régio no auge do Império brasileiro*. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST6/014%20-%20Patricia%20Carla%20de%20Melo%20Martins.pdf>> Acesso em: 11 maio 2012, p.05

²² “A pessoa humana tem também uma perfeição espiritual que se manifesta através da racionalidade. Essa dimensão racional produz, como consequência, o princípio da consequência, o princípio da consciência em si e da liberdade. Através da reflexão intelectual, o homem tem consciência do seu eu e é capaz de situar-se como distinto de outro seres. A liberdade, a capacidade de escolha é também manifestação de inteligência do homem. Mas o homem é também dotado de vontade e, por isso, pode escolher seus caminhos. A inteligência, conhecendo os caminhos, tenderá à busca da virtude, do bem, tenderá a alcançar o fim último: Deus. Mas isto depende de uma escolha do homem, não é uma vontade determinada. A questão da escolha é fundamental, pois sem liberdade é impossível colocar a dimensão da moralidade. O outro ângulo da racionalidade do homem é que esta faz a pessoa humana a imagem de Deus, cria no homem a exigência de Deus, capacita a pessoa ao conhecimento de Deus”. Veja em: AGUIAR, Antônio Geraldo. *Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 42.

(geralmente quando alguém é exposto à degradação moral, pelo seu estado) vivida pelo próximo, tendo como solução prestar assistência a esse indivíduo fragilizado.

Nesse aspecto, o tomismo enxerga o homem como sujeito e objeto da vontade divina. Só o próprio homem faz caridade ao outro, ou ainda, não se trata de caridade se não for exercida pelo homem. A caridade seria a propensão a despertar o espírito de coletividade. Entre os animais não se pratica caridade, por não serem dotados de intelecto.

Feita essa pequena síntese, podemos entrar no entendimento aqui proposto. Quando a caridade deixou de ser somente uma ação amadora e voluntária no processo de profissionalização, necessitou-se mensurar os fatos e sistematizar as práticas, administrando os recursos escassos destinados a esse fim. Então, a caridade deixou de ser prática amplamente difundida e abriu espaço para a assistência pública, a fim de melhor buscar os resultados esperados em meio ao estado de transformação total vivido pela sociedade capitalista no final do século XIX e início do século XX.

As cestas básicas e visitas esporádicas ao domicílio do “cliente”²³ não eram suficientes e não atendiam às expectativas nem dos agentes sociais, nem dos próprios “clientes”, por se tratarem de ações paliativas e emergenciais sem que mudanças fossem promovidas ou estimuladas. Essa era a rotina dos assistentes sociais no estado germinal da profissão.

Criticou-se a caridade por não promover ações de resgate da dignidade humana e nem desenvolver conceitos contemporâneos, como direitos humanos e cidadania. Nesse viés, nota-se que a crítica ressentia-se da ausência de um modo de pensar mais político: a caridade foge ao crivo político exatamente por se apoiar na disposição leiga e sincera em suas ações, sem esperar o devido retorno. Afinal, a caridade era empreendida com atendimentos parciais e tendenciosos, principalmente porque apenas os detentores de grandes riquezas praticavam caridade, em busca do perdão dos pecados e da própria salvação.

Como os detentores de grandes riquezas eram minoria na sociedade, a Igreja não encontrou outra opção senão cobrar do Estado colaboração maior, visando a erradicação da pobreza ou o controle das consequências da exploração da classe trabalhadora. Nesse

²³ Esse termo foi adotado pelas literaturas de Serviço Social nas décadas de 40 e 50 em analogia à frequência dos benefícios esporádicos e paliativos oferecidos pelo Estado e pela Igreja. Em uma crítica mais acintosa, a caridade é atrelada à marginalização da pobreza por meio do Estado, através da defesa dos interesses materiais imediatos, caracterizando-se pela prática de troca por benefícios, votos ou privilégios nos serviços oferecidos pelo Estado, chamada clientelismo: “*Aversa ao direito e à cidadania, essa cultura, assentada no paternalismo, na caridade católica e no personalismo, vai consubstanciar formas de dominação, ensejando um provedor a quem compete o poder de proteger, amparar e conceder favores. Revela uma estrutura política onde a submissão e a obediência são permutadas por bens de serviços concedidos arbitrariamente pela generosidade do protetor.*” Ver em: ARAUJO, Cleonice Correia. *O clientelismo na política de assistência social: determinantes históricos e tensão entre rupturas e continuidades*. Disponível em: <http://www.gaepf.ufma.br/producao_cientifica/download.php?id=244> Acesso em: 12 maio 2012.

momento, em troca de maior participação na formação do Estado, a Igreja tinha de mostrar que a moral cristã dava conta dos muitos problemas sociais, mantendo a linha conservadora de controle social, como se a sociedade naquele período histórico estivesse sob domínio de uma doutrina social religiosa.²⁴

O pensamento dominante da Igreja Católica sobre a questão social era “um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas”.²⁵ A Igreja interpretava o conflito de classes como aversão à moral e aos valores cristãos, recusando seus conceitos e parecendo julgar as relações sociais perfeitas, sem dissenso, sendo o controle dos problemas sociais um compromisso estritamente católico, em regime macrossocial:

A questão social, na interpretação da Igreja Católica (Encíclica Rerum Novarum), era, sobretudo, uma questão moral. Os primeiros assistentes sociais, ao incorporarem esta interpretação, entendiam que a questão social teria operado uma inversão na hierarquia de valores e instaurado as desordens sociais, contrárias à perspectiva cristã. Atribuíam a causa desta questão aos *tempos modernos*, instaurados com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Entendiam que esta questão, além de moral, era também universal, porque se caracteriza por uma ruptura de vínculos em todas as instâncias: Estado e política, economia e produção, família e educação, cidade e campo, nas artes e nos pequenos grupos. Mas, sobretudo, porque atrás de todas estas instâncias está sempre “a mesma pessoa humana que erra e que sofre, que explora e que é esquecida e por isso aviltada. Em toda parte, é a pessoa humana inferiorizada em relação aos valores materiais. É uma questão moral.”²⁶

A atuação desses assistentes não acompanhou as transformações sociais nesse período. As metamorfoses na sociedade capitalista iam de encontro ao cotidiano apreendido por esses profissionais. Não se conseguia abarcar a realidade dessa sociedade encarando seus problemas com olhar superficial e ingênuo e atribuindo tais mazelas aos fenômenos naturais decorrentes das contradições encontradas nas relações entre burguesia e proletariado.

Nesse caminho vemos essa abordagem como “um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de

²⁴ Os primeiros assistentes sociais idealizavam a construção de um projeto social, através do reaprendizado de valores morais e da obediência a princípios cristãos, mas argumentavam que esse projeto só se viabilizaria se fossem asseguradas as mínimas condições de bem-estar social. Na defesa de sua viabilização, os assistentes sociais restringiam a atuação profissional à esfera privada, como se os valores morais fossem construídos apenas a partir de vontades individuais e as precariedades materiais de existências fossem amenizadas com esforços individuais. Contudo, ao mesmo tempo, esses profissionais criticavam a ênfase no indivíduo posta pelo liberalismo, o que nos situa diante de uma aporia. Ver em: GUEDES, Olegna de Souza. *A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista*. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v4.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2012.

²⁵ YASBEK, Maria Carmelita. *O significado sócio-histórico da profissão*. In: CFESS; ABEPSS (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009, v. v. 1, p. 125-141. Disponível em: <http://www.cressmt.org.br/upload/arquivo/Modulo2-1_-_O_significado_socio-historico_da_profissao.pdf> Acesso em: 17 mar. 2012, p.07

²⁶ GUEDES, 2001, p.09

desenvolvimento”.²⁷ Esse enfoque conservador se refere à doutrina religiosa que mais tarde reeditaria o tomismo em nome do resgate do associativismo praticado na Idade Média.

O Estado republicano tratava a questão social como atentado à moral. A missão da Igreja era restabelecer a ordem e a moral ameaçadas pelo movimento sindical comunista e suas ações voltavam-se à orientação e reeducação social da classe trabalhadora.

Em contrapartida, a Igreja quis retomar o prestígio e o poder abalados pela formação do Estado laico e pelo pensamento dominante em nível mundial,²⁸ restabelecendo moralmente a humanidade por meio da recristianização social, um catolicismo social ou ainda o próprio movimento conservador. Daí a (re) adequação dos preceitos católicos junto à nova ordem societária, com a ideia de retomar a filosofia de São Tomás de Aquino na Idade Média, o neotomismo.

A decisão de reeditar o tomismo surgiu a partir da Encíclica *Aeterni Patris*, de 1879, redigida pelo Papa Leão XIII por sugestão doutrinária em resposta aos caminhos que a filosofia cristã seguia naquele tempo, tendenciosa ao individualismo e ao racionalismo cartesiano. O Papa Leão XIII confiou ao cardeal Mercier a missão de trabalhar o tomismo como fonte de busca e adaptação da sociedade moderna ao preceito católico cristão. O neotomismo tinha como principal missão sincronizar a sociedade mundial com o catolicismo, respondendo aos múltiplos problemas sociais da época.

Nesse momento, os princípios de dignidade humana e do bem comum, cada vez mais escassos na sociedade capitalista, são peças-chave para o fortalecimento do neotomismo. Através do filósofo francês Jacques Maritain, o neotomismo ganhou força, principalmente entre os católicos, com movimentos e ações de fortalecimento e resgate da religião cristã. Jacques Maritain acreditava que a sociedade dava os subsídios necessários ao homem, tanto material como espiritualmente, por meio de garantias à sobrevivência, ao mesmo tempo em que lhe saciasse os anseios da alma.

O neotomismo é uma crítica a todas as correntes filosóficas desde a filosofia cartesiana. Os neotomistas acreditavam que essas correntes nascidas a partir do movimento

²⁷ YASBEK, 2009, p.07

²⁸ Não apenas no Brasil, mas em muitos países no mundo, o marxismo foi absorvido pela classe operária, principalmente após a tentativa vitoriosa de tomar o Estado para si na Revolução Russa de 1917, em que o movimento operário, amparado pela ideologia socialista do comunismo, tomou o poder e assumiu o controle total da União Soviética. Esse movimento comunista russo trouxe receio ao governo brasileiro da República Velha (1889-1930), pois o movimento comunista brasileiro ganhava mais força quanto à adesão das massas populares e classe trabalhadora aos intensos eventos de greves e paralisações até a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. As greves não cessaram mesmo quando Vargas assumiu o poder, mas foram “adestradas” pelos sindicatos estatais, com a prática do peleguismo, em que líderes sindicais recebiam cargos públicos em troca da cessação das greves, ações de descontentamento com o governante.

iluminista tiveram sua parcela de culpa na crise instaurada ao longo dos séculos, exatamente porque os erros e pensamentos “mal interpretados” serviram de fonte inspiradora à crise no mundo moderno.

Os neotomistas rechaçavam o liberalismo e o socialismo, atribuindo-lhes a causa da desordem e a perda dos costumes cristãos, assim como a profanação das tradições religiosas. Em especial, a crítica se dirigia ao materialismo dialético marxista, entendendo que as classes sociais deveriam entrar em comum acordo por regime conciliatório, visando o bem comum de ambas, sem lutas ou conflitos. Para os assistentes sociais de formação neotomista, a tendência era a adversidade se seguir às lutas de classes, por razões capitais, ideológicas e políticas.²⁹

Além disso, através dos princípios neotomistas de inteligibilidade e liberdade, os assistentes sociais tinham em mente que o homem era incentivado a desenvolver o intelecto para superar a condição de total miséria. Sem vetores iniciais para sua reação ao problema, este sempre seria remetido à luz da razão divina e quando a situação não se resolvesse, deveria ser aceita como desígnio divino. A influência neotomista foi absorvida pelas instituições de caridade ligadas à Igreja Católica e as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil fundamentaram metodologicamente o ensino do Serviço Social no das escolas de Serviço Social belgas e francesas. Esses assistentes sociais “[...] vinculavam o exercício profissional a princípios não submetidos ao movimento histórico. Sugeriam que a formação profissional do assistente social fosse orientada pela doutrina católica”³⁰ e por instituições filantrópicas como a Liga das Senhoras Católicas.

Cabia ao assistente social, nesse período, expor ao cliente – sem admitir a sua influência em uma possível mudança – que os problemas estruturais da sociedade, como o desemprego, eram fenômenos naturais decorrentes de suas próprias limitações, condicionadas pelas falhas no modelo social ou pela passividade do cliente. Era um profissional puramente neutro, que não buscava soluções para o cliente e nem o orientava a tomar caminho alternativo, restando ao cliente escolher o aceite ou a recusa, sempre primando pela consciência cristã da tolerância entre os sujeitos.

O resgate do tomismo começou oficialmente através das manifestações anglicanas e católicas entre 1921 e 1925, produzindo-se o documento conhecido por Código Social de

²⁹ “Interpretavam o comunismo como uma teoria social refutável porque postula um projeto societário erigido por uma compreensão materialista do homem. Refutavam-no, ainda, porque o entendiam como uma ‘doutrina totalitária’, com princípios incongruentes com o conceito de pessoa humana. E é por esta mesma via, pela sua incompatibilidade com a natureza humana, que estes assistentes sociais interpretavam os princípios do liberalismo como uma ‘doutrina individualista’”. (GUEDES, 2001, p.10)

³⁰ GUEDES, 2001, p.08

Malinas:³¹ “...elaborado pela ‘União Internacional de Estudos Sociais’, fundada em Malinas, Bélgica, em 1920, sob a presidência do Cardeal Mercier. Este influenciou a restauração do neo-tomismo e marcará sua presença na ação social desenvolvida pelos cristãos”.³²

A conclusão a que se chega é que, embora esgotadas todas as tentativas de resgate do regime conservador através do neotomismo, e tendo essas práticas de fato atendido parcialmente o objetivo alçado, o neotomismo não foi bem sucedido nos países de consciência política voltada ao republicanismo. Os países onde temporariamente obteve êxito tinham uma cultura política carregada de vicissitudes estatais apoiadas na dependência de um Estado paternalista onde tais tentativas “poderiam” dar certo.

Na América Latina, ainda que o neotomismo tivesse sido fortemente absorvido pelas escolas católicas de Serviço Social, a Igreja Católica encontrava forte concorrência e divergência por parte do crescente bloco protestante oriundo da Europa e dos Estados Unidos. Os protestantes acolhiam os excluídos que a Igreja Católica não acolhia, por “selecionar” os seres perfeitos (os fiéis católicos) e “segregar” quem a questionava. Em resumo, a divergência se deu porque a Igreja Católica se intitulou como remédio para uma sociedade doente, a única capaz de oferecer salvação, ignorando os demais blocos religiosos.³³

Assim, ao discutirmos a influência neotomista no Serviço Social dos anos 30, como faremos no próximo capítulo, acreditamos que apesar de não responder pela realidade brasileira como se esperava, sua visão de dignidade do homem está presentes não apenas em redações oficiais redigidas em leis e decretos de lei, como nas referências seguidas.

Seus princípios norteadores ainda fazem parte dos fundamentos teóricos da profissão na atualidade, embora pouca efetividade demonstrem.³⁴

³¹ As conversas que resultaram no Código Social de Malinas iniciaram-se em 1920, mas apenas em 1921 o evento foi realizado. Isso ocorreu porque ainda havia resquícios de resistência por parte de alguns cardeais tradicionalistas belgas em dividir a mesa de discussão com membros da Igreja Anglicana. O evento chegou ao fim em 1925. No entanto, após a morte do cardeal Mercier, em 1926, o Código Social de Malinas foi publicado em 1927 e confiado a Jacques Maritain, como ícone do neotomismo. O Código de Malinas marca também a intenção de centralizar na Igreja a formação da sociedade, seja na esfera religiosa, se na esfera pública e jurídica.

³² AGUIAR, 1995, p. 43-44.

³³ “A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam pelas tradições, dogmas e princípios morais de que a Igreja é depositária. Deus é a fonte de toda a justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios cristãos pode realizar a justiça social.” Visto em: IAMAMOTO, Marilda. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

³⁴ “[...] se o tomismo apresenta-se como uma ideologia que perpassa os períodos políticos que configuraram a história do Brasil, pode-se afirmar que a retomada da escolástica tomista, na segunda metade do século XIX, restaurou-a como um elemento de longa duração de longa duração da cultura política nacional. A imobilidade da história defendida pelos intelectuais católicos se apresentou no século XIX como defesa do conservadorismo e da tradição.”(MARTINS, 2011, p.06)

Mais adiante, veremos que a opção pelo marxismo, ou pelo legado marxista deixado por autores que contribuíram para a formação do atual projeto ético-político do Serviço Social, se dará diante da insuficiência filosófica do positivismo, da inadequação da base filosófica do neotomismo e do funcionalismo à realidade brasileira. A par desse descompasso, os modelos de Serviço Social (casos, grupos e comunidade) adotados sob vertente franco-belga e norte-americana também se mostram incapazes de responder com eficácia aos problemas na sociedade brasileira, até mesmo pela conveniência própria de seus interesses de legitimação da profissão como prática exclusiva do assistente social autônomo. Cabe a esse profissional, segundo tal orientação, elaborar e regulamentar suas próprias normas, visando a proximidade de gestão das políticas públicas, representando-as na condição de interventor, gestor e executor de tais políticas.

1.2.1 O Surgimento do Serviço Social no Brasil

A Igreja exerceu papel muito importante para o surgimento do Serviço Social como prática profissional, não só no Brasil como em toda a América Latina e em muitos países do mundo. A ação social prestada aos pobres e necessitados ensejou o surgimento dos primeiros assistentes sociais: as damas de caridade. Em resumo, as damas de caridade seriam mulheres ricas, de famílias tradicionais e pertencentes às classes dominantes, que, em nome do mister religioso de fazer caridade ao próximo, tinham a incumbência de amortizar as consequências do processo de urbanização e industrialização iniciado em meados do século XIX, a chamada questão social.

No entanto encontramos também nessas práticas a primeira tentativa de normatização da assistência social, intentando-se transformar a caridade inocente e amadora em ação institucionalizada e sistematizada com vínculos estatais. Dessa forma, a prática das damas de caridade:

[...] procurava em primeiro lugar, conhecer as verdadeiras necessidades de cada um. Usar economicamente as esmolas disponíveis, visitar as casas dos pobres e necessitados, estudar conscientemente os pedidos de ajuda e conseguir trabalho para os “desocupados”, para prevenir os problemas derivados da pobreza.³⁵

³⁵ ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. *O que é Serviço Social?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 13.

Essa atuação de cunho confessional³⁶ teve como antecedente indireto o surgimento, em 1869, na Inglaterra, da Charity Organization Society (COS), ou Sociedade de Organização da Caridade, que se estendeu à América do Norte, chegando aos Estados Unidos em 1898.

O Serviço Social surgia pelas ações da COS, entre cujos fundamentos estavam desde a documentação da prática em cada caso atendido até a qualificação dos agentes sociais, passando pela formação de redes assistenciais através da própria COS, como monitoria e supervisão aos trabalhos desses “assistentes sociais”.

A primeira escola de Serviço Social do mundo foi fundada em 1886, na Inglaterra, e sua difusão começou em 1899, com a fundação das escolas de Serviço Social em Amsterdã, na Holanda, e na Alemanha. A França e a Bélgica, países mais influentes no Serviço Social brasileiro no início do século XX, tiveram suas escolas fundadas respectivamente em 1907 e 1920.

O Serviço Social no Brasil foi instituído oficialmente na década de 30, porém os problemas sociais brasileiros eram tão antigos quanto os dos países onde o Serviço Social já havia sido pensado e elaborado como disciplina profissional.³⁷

Entende-se que diante desse cenário, a necessidade de mobilização da sociedade condizia com a situação de certa parcela da população brasileira. O processo de industrialização brasileiro cresceu e se fortaleceu meteoricamente somente depois dos anos 30. Até então, a população rural no Brasil era maioria quase absoluta e se localizava em regiões dominadas por oligarquias e estava completamente expropriada de todo direito social em relação à população urbana (minoridade nesse período, concentrando-se nas grandes capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo). As poucas fábricas construídas no Brasil nesse período já instauravam uma verdadeira barbárie contra os trabalhadores: os salários eram baixíssimos e o trabalho infantil era explorado. Em consequência desses problemas, a família se desestruturava, surgiam doenças e mutilações por acidentes de trabalho e multiplicava-se a pobreza, que sempre foi um dos maiores problemas causados pela industrialização. Além

³⁶ Esse termo se aplica originalmente pela forma como o Serviço Social era conduzido pelas damas de caridade. A prática da assistência era feita como um acerto de contas no plano material: mulheres da classe burguesa interessadas em pagar seus pecados em vida faziam caridade em troca do perdão de Deus e da redenção espiritual. Em outras palavras, faziam benesses para alcançar o paraíso.

³⁷ “Desde o século XVIII, a filantropia e a assistência social associavam-se intimamente às práticas de caridade no Brasil. Dependiam de iniciativas voluntárias e isoladas de auxílio aos pobres e desvalidos da “sorte”. Estas iniciativas partiam das instituições religiosas que, sob o prisma da herança moral cristã, dispensavam seus cuidados, oferecendo abrigos, roupas e alimentos, em especial às crianças abandonadas, aos velhos e doentes em geral. É mais do que reconhecido o papel de organizações como as Santas Casas de Misericórdia no país como também atividades desenvolvidas por várias ordens religiosas.” Visto em: ESCORSIM, Silvana Maria. *A Filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social no Brasil*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.htm>> Acesso em: 4 mar. 2012.

disso, os analfabetos eram maioria, atingindo alarmantes 78% da população em 1930. Apenas as famílias ricas tinham acesso ao estudo porque eram as únicas que podiam enviar os filhos às escolas e liceus na Europa.

Esse campo foi fértil para o surgimento do Serviço Social no Brasil, com influência das escolas católicas européias, que se instalaram graças à parceria com as instituições filantrópicas, voluntárias e de caridade católicas brasileiras. Seu principal objetivo era “atender demandas de trabalho de forma local, distritalizada e de responsabilidade do governo, mas com reforço do voluntariado, pois há uma aproximação entre práticas assistenciais das entidades filantrópicas, voluntárias, e o Estado”.³⁸ Tal iniciativa reforçava a prática da caridade alimentada pelo resgate do amor ao próximo pregado pelo paradigma cristão, permanecendo o Serviço Social acrítico à realidade de que as classes dominantes sujeitavam as classes dominadas, tornando-as subalternas. Buscava-se conformar e alienar a classe trabalhadora, e a prática da caridade suavizava-a ou amortecia-a, purgando-a de qualquer sentimento de revolta contra as condições degradantes em que vivia.

O surgimento do Serviço Social no Brasil funcionou também “como desdobramento da ação social católica sob forte influência conservadora. Isso marca a atuação do Serviço Social numa realidade alienadora, ainda que buscando eliminar as injustiças sociais, mas reincidindo em práticas alienadoras”³⁹ e:

Neste cenário inicial, o Serviço Social configura-se como prolongamento da Ação Social, veículo de doutrinação e propaganda do pensamento da Igreja Católica. Trata-se de intervenção com ações educativas de cunho moralista, ressaltando a ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes. Evidencia-se a visão moral dos fenômenos sociais com a naturalização do capitalismo, na qual a Igreja criticava os excessos desse sistema e não sua essência (modo produção), atribuindo ao indivíduo responsabilidade sobre as suas mazelas, sendo fundamental a intervenção do Assistente Social quanto ao ajustamento do sujeito ao meio, o qual era visto como “problema” desajustado às estruturas existentes. Destaca-se também a necessidade de reeducar a família para a sociedade industrial que emergia e recrutava as mulheres e seus filhos para o trabalho.⁴⁰

Até sua regulamentação como atividade profissional, em 1957, o Serviço Social trilhou um caminho apoiado pelo Estado e subsidiado pela Igreja Católica, consolidando-se paulatinamente como a profissão por intermédio de instituições criadas pelo Estado e anos mais tarde ligadas à Assistência Social: o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social), em

³⁸ FEHLBERG, Maria da Penha Almeida. *Serviço Social: Influências Religiosas, Constituição da Profissão e Desafios Atuais*. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2009-08-31T100403Z-139/Publico/fehlberg_mpa_tm203.pdf> acesso em: 01/05/2012 às 09:36hs, p.17

³⁹ FEHLBERG, 2009, p.34

⁴⁰ SILVA, Maria Izabel da. *A Organização Política do Serviço Social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”*. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/113/143>> acesso em: 13/10/2012 às 00:59hs, p.270

1938; a LBA (Legião Brasileira de Assistência), em 1942; e o SESI (Serviço Social da Indústria), em 1946.⁴¹ O cenário social e político brasileiro contribuiu na elaboração e expansão de certos direitos sociais iniciados por Getúlio Vargas nos anos 30 e fomentou as políticas de intervenção estatal. Mais tarde essas estratégias adquiriram cunho macrossocial, abrangendo um número maior de indivíduos e traçando o público-alvo das políticas públicas sociais, tendo o Serviço Social como seu colaborador e executor.

Imediatamente, o Estado viu no Serviço Social um intermédio entre as classes dominantes e dominadas. A proximidade do Serviço Social com os problemas sociais expressos no descontentamento da classe trabalhadora, que exigia melhorias em áreas como saúde e trabalho – enquanto sua raiz metodológica repousava numa milenar instituição religiosa, cuja maioria pertencia à sociedade burguesa brasileira – garantiu à profissão todo o subsídio necessário para uma institucionalização que atendia a ambos, burguesia e proletariado. Não só a classe trabalhadora, como toda a sociedade e o Estado depositavam no Serviço Social a responsabilidade pelo controle dos problemas sociais, e como a Igreja ainda detinha o controle das escolas de Serviço Social, a metodologia de qualificação e preparação dos assistentes sociais atendia à perspectiva de tratar a questão social como restabelecimento da ordem e da moral. Nesse quadro, o Estado se incumbiria prioritariamente das questões econômicas do país, enquanto o Serviço Social ficaria responsável pela Assistência Social e pela execução de políticas sociais elaboradas e tuteladas pelo Estado.⁴²

Também se inicia nesse período a mudança de identidade do Serviço Social: o próprio modelo norte-americano adotado pelas escolas brasileiras passa a ser questionado pela ineficiência e ineficácia, como será debatido em capítulos seguintes.

Apesar das várias aspirações que envolvem a prática profissional e a prática sem interesses materiais preconizada pela Igreja Católica, adeptos e críticos concordam que o Serviço Social será moeda de troca que tanto servirá à legitimação do poder hegemônico do

⁴¹ O CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social) nos dias de hoje responde como CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e a LBA (Legião Brasileira de Assistência) foi extinta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, sob denúncias de corrupção fraudulenta e desvios de verbas federais lideradas pela ex-primeira dama Rosane Collor de Mello.

⁴² “É nesse contexto que o Serviço Social é chamado a atuar no controle da questão social e, ao mesmo tempo, na garantia da reprodução da força de trabalho, ou seja, na contradição capital-trabalho, auxiliando no controle social e na reprodução da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora, tendo como principal empregador o Estado. O Estado passou a requerer uma mão de obra especializada para enfrentar as múltiplas expressões da questão social, que contribuísse com a manutenção da ordem vigente. Assim surgiram as escolas de Serviço Social. A primeira escola foi criada em São Paulo em 1936 e a segunda em 1937, no estado do Rio de Janeiro.” Visto em: RODRIGUES, Neyde Jussara Gomes Abdala; FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; NASCIMENTO, Dayse Cristina Nunes do Nascimento. *Gênero e Serviço Social: a prevalência da mulher nas cinco décadas de existência do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba*. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/3/01/19.pdf>> Acesso em: 4 out. 2012, p.04

Estado e da classe burguesa quanto ao resgate do prestígio político e maior “popularização” do Catolicismo no Brasil. Assim sendo, o Serviço Social nasce com a intenção implícita do subsídio que o Estado passou a oferecer ao apelo da Igreja, soando como pedido de socorro: o Estado dá as ferramentas e o Serviço Social executa as tarefas, sempre na perspectiva religiosa, sua mantenedora. Portanto, Igreja e Estado influenciam o Serviço Social.

Mais adiante veremos que o Serviço Social precisou quebrar esse paradigma para melhor adequação às solicitações estatais de mão de obra mais qualificada, refletindo essa mudança nos próprios assistentes sociais da época, mesmo que muito timidamente.

1.2.1.1 A Questão de Gênero no Serviço Social: Uma Profissão Só Para Mulheres?

Nesta discussão, abrimos um pequeno parêntese entre a gênese do Serviço Social e sua mudança de paradigma para estudarmos um fenômeno que ocorre há décadas desde seu início como disciplina profissional: a presença majoritária de mulheres como assistentes sociais. Como vimos, se comparada a outras profissões das ciências sociais e humanas, a profissão de assistente social é considerada jovem (76 anos como disciplina profissional e 55 de regulamentação do exercício profissional).

Mesmo fora do contexto aqui estudado, a maciça presença feminina tem influenciado a inexpressiva presença masculina dentro das salas de aula, assim como o número de profissionais habilitados para o exercício da profissão.

Até os dias de hoje, percebe-se que a presença de profissionais no Serviço Social atende por uma maioria quase absoluta de mulheres. 95% dos profissionais são do sexo feminino.⁴³

⁴³ O interesse inicial da mulher no Serviço Social vem desde as primeiras assistentes sociais, chamadas de Damas de Caridade. A mulher, na perspectiva do Serviço Social conservador ligado à Igreja Católica, era devotada a Deus, misericordiosa, caridosa e pura, e ao formar as primeiras assistentes sociais, a figura religiosa de Maria (Virgem Maria, mãe de Deus) era uma referência a inspirar ações pragmáticas diante dos problemas sociais da época: “Maria, mãe modelar, aceita com resignação os desígnios do Pai, e até os sacrifícios e a dor para agradar-lhe; Maria, mãe de Cristo, que já fora mediação para a encarnação divina, era apresentada como intermediária entre Deus e seus filhos. A imagem da família divina era a da família nuclear, e, ao mesmo tempo, a própria Igreja, também identificada com Maria” (BIDEGAIN, 1996, p. 23). Obviamente esse pensamento, já ultrapassado pela secularização do Serviço Social no fim dos anos 1970, ainda parece por demais misterioso: por que, mesmo derrubado esse antigo paradigma, ainda é grande a procura das mulheres pelo Serviço Social?

No seu surgimento, o Serviço Social era tido como possível viés de inserção da mulher no cenário político, já que a mulher nesse período era destituída da cidadania brasileira, principalmente nas duas cidades onde se fundaram as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo: “De certa forma, através desse curso, abria-se a possibilidade da mulher paulista marcar presença no processo político que se desenrolava em seu próprio Estado”,⁴⁴ onde a influência européia marcou a formação das primeiras assistentes sociais no recém-criado Centro de Estudos de Ação Social de São Paulo (CEAS), em 1932. Esse estabelecimento de ensino contava com um restrito público (jovens moças católicas oriundas de famílias tradicionais burguesas paulistas) e o curso era ministrado em parceria com a Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, na Bélgica:

[...] como fruto da iniciativa das cónegas de Santo Agostinho, no Brasil realizou-se o primeiro curso de preparo para o exercício da ação social, que sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas.⁴⁵

Com o intercâmbio entre as escolas católicas de São Paulo e Bruxelas, as primeiras alunas formadas atuaram também como professoras na Escola Católica de Serviço Social, no Rio de Janeiro, no curso de formação de assistentes sociais cariocas. Nos intercâmbios constantes entre Bélgica e Brasil, formaram-se novas escolas de Serviço Social em outras capitais brasileiras, como Belo Horizonte e Porto Alegre.

O histórico da presença masculina era uma constante durante a institucionalização do Serviço Social, ocorrida em 1936, com a fundação da Escola de Serviço Social (ESS) em São Paulo, através do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Era necessário formar profissionais na área social, os *social workers*, pois já se conhecia a eficácia da criação do Serviço Social em outros países, sobretudo na Europa.

O curso de Serviço Social da ESS durava apenas de dois anos. Em 1938, o Departamento de Serviço Social do Estado de São Paulo atendeu à necessidade de profissionais masculinos na profissão, sobretudo na área judiciária, por sinal apontada como público ideal para a atuação de homens, exatamente por caber ao homem o uso da força coerciva aplicada por policiais e membros do poder judiciário. Então foram abertas turmas mistas com homens e mulheres:

Em 1938, o Dr. Carlos Magalhães Lebéis, então, diretor do Departamento de Serviço Social do Estado alertou a diretoria do Centro de Estudos e Ação Social para esse fato, posto que deveriam esses profissionais atuar “na solução dos mais graves problemas sociais de São Paulo”. A Juventude Universitária Católica - J.U.C. - deu inteira colaboração a essa posição. Organizou-se na Escola de Serviço Social um

⁴⁴ MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 123.

⁴⁵ MARTINELLI, 2007, p. 123.

curso intensivo, com a matrícula de alguns alunos. O curso foi instalado à noite para atender ao interesse dos alunos, em razão de serem eles obrigados a trabalhar durante o dia, mesmo porque a Escola de Serviço Social só funcionava pela manhã.⁴⁶

No entanto, por causa de um imbróglio causado pela própria ESS, relutante quanto à manutenção do curso noturno, em 1939 o curso encerrou as atividades e seus alunos foram transferidos para o período matutino. Como muitos desses alunos trabalhavam durante o período diurno, vários deles saíram do curso. Os que podiam continuar, nesse mesmo ano, para atender à demanda de alunos, professores e assistentes sociais ligados à Juventude Universitária Católica, fundaram, em 1940, o Instituto de Serviço Social, a primeira escola de Serviço Social própria para homens.⁴⁷

Foi baixa a procura masculina pelo Serviço Social. Enquanto isso, o Instituto de Serviço Social passou a admitir mulheres e formar turmas mistas para manter suas atividades, mudando também a razão social para Instituto José Pinheiro Cortez, hoje Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS). A figura da mulher no Serviço Social conservador sempre está associada a um ser que cuida, um ser piedoso, benevolente, sem interesses próprios e profissionalmente neutro, ou seja, acrítico, apolítico e mero executor terminal de funções. Esse tipo de assistente social, no entanto, não requer nenhuma atribuição profissional, bastando-lhe o voluntarismo como prática espontânea e facilmente confundido com o trabalho das Pastorais da Igreja Católica e Ações Sociais em igrejas evangélicas.

Porém, quando o Serviço Social secularizou-se, a mulher abandonou o *status* de profissional passivo e assumiu o papel criador, interventivo e estrategista, capaz de resistência à desigualdade social:

[...] concepção de mulher e homem está enraizada no imaginário cristão, que se solidificou na sociedade ocidental, formando homens e mulheres com identidades opostas. Desta forma, os homens são formados para serem fortes, provedores, protetores, enquanto as mulheres são formadas para serem frágeis, protegidas, submissas, dóceis. Esta representação social do “ser mulher” as encaminha para profissões que exijam as características que se supõem inatas às mulheres. Assim, as profissões que educam, cuidam, ajudam são associadas às mulheres e são predominantemente procuradas por elas.⁴⁸

⁴⁶ BETETTO, Helinton. *FAPSS: uma história de 70 anos... Histórico da fundação e evolução do Instituto de Serviço Social, hoje Faculdades Paulista de Serviço Social São Paulo e de São Caetano do Sul*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000300010&script=sci_arttext> Acesso em: 6 out. 2012.

⁴⁷ “Dentre as pessoas que trabalharam para a criação do Instituto de Serviço Social encontravam-se os professores André Franco Montoro, Francisco de Paula Ferreira, Ernani de Paula Ferreira, José Pinheiro Cortez, Ugo Guimarães Malheiros, Luiz Carlos Mancini, Tolstoi de Paula Ferreira, os doutores Plínio Corrêa de Oliveira, Fernando Furquim de Almeida, José Pedro Galvão de Souza, José Benedito Pacheco Sales, João Payão Luz, Geraldo Gomes Corrêa, cônego Sílvio de Moraes Matos e outros.” (BETETTO, 2010).

⁴⁸ SEGUNDO, Moacir. *O papel do Serviço Social na sociedade: análise do papel da mulher*. Disponível em: <<http://nusoocial.wordpress.com/tag/feminismo/>> Acesso em: 13 out. 2012.

Outrora, se levantássemos uma discussão sobre gênero no Serviço Social, poderíamos deduzir que a profissão de assistente social em sua gênese seria uma tentativa de resposta ao paradigma da igualdade de condições no exercício de funções de liderança e poder de decisão. Afinal, os “clientes” atendidos acatariam as solicitações dessa assistente social, cabendo, talvez conjecturar se tal não configuraria, por outro lado, uma versão feminina do coronelismo. Sua influência junto às camadas sociais subalternas bem poderia ser utilizada para fins eleitoreiros, ao demonstrar a emancipação feminina por meio de uma profissão legitimada como ferramenta de acesso a espaços antes dominados por homens.

Por outro lado, quando ocorre o movimento de reconceituação no Serviço Social, o paradigma conservador de que a mulher não poderia se posicionar politicamente cai por terra. Além disso, se antes a elaboração de políticas públicas, por exemplo, era tratada apenas como ações emergenciais do Estado, levadas a cabo por planos de execução imediata, agora a ampliação dessas ações deixa o caráter emergencial e assume os traços universais dentro das premissas do direito social.

Estas pressupõem ações legitimadas e ancoradas por lei regulamentar, como ferramentas múltiplas de ação, execução, elaboração, planejamento, aplicação e regulamentação, além do processo articulador para fins de criação das redes de atendimento, com a participação do Serviço Social em todos esses processos.

E como o Serviço Social, na grande maioria, é composto por mulheres, a mulher divide as funções de comando, elaboração, planejamento e execução de políticas públicas pertinentes a um dado segmento social selecionado, atendendo as demandas mais emergentes da sociedade.⁴⁹

Outra dedução é que a adesão à corrente marxista pelo movimento de reconceituação (estudaremos esse processo mais adiante) atendeu a uma perspectiva de mudanças no arcabouço das políticas públicas, deixando de lado o imediatismo e as ações paliativas como forma de resolução da questão social, foco central das políticas públicas. Passou-se, então, a estudar o conceito histórico das políticas públicas, trabalhando com o seu processo de evolução, enfatizando-se as propostas que esse trabalho político poderá impactar no futuro

⁴⁹ Certo estudo de Geraldo Di Giovanni distingue em linhas gerais o que são políticas públicas e política social. Para ele, políticas públicas “são intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações problemáticas, que sejam socialmente relevantes”. Já política social é “o conjunto das políticas públicas, voltadas para o campo da proteção social. Essas políticas sociais cobrem, de fato, uma vasta gama de diretivas nas quais é possível encontrar ações em matéria de previdência social, em sentido estrito, ou aquelas adotadas em favor de categorias especiais (velhos, órfãos, incapazes, etc.), ou ainda as políticas que dizem respeito à habitação, educação, lazer, e assim por diante. A política social não se define por seu campo de decisões, mas por seus objetivos.” Ver em: DI GIOVANNI, Geraldo. *Políticas públicas e política social*. Disponível em: <<http://geradigiovanni.blogspot.com.br/2008/08/politicas-pblicas-e-politica-social.html>> Acesso em: 12 out. 2012

com ações estatais transformadas em sistema de proteção social. Em outras palavras, buscou-se criar mecanismos sistemáticos das políticas públicas com participação do Serviço Social na elaboração e desenvolvimento dessa política capaz de responder à altura no trato da questão social.

Retornando ao debate sobre o gênero no Serviço Social, enquanto em algumas profissões de maioria masculina, definem-se as competências como atributos exclusivos do homem, no Serviço Social acontece exatamente o inverso. Além disso, ao contrário de muitas profissões, quanto à remuneração, não existe diferenciação salarial entre homens e mulheres, sendo que a esfera pública é o maior empregador de assistentes sociais. É bem verdade que a baixa remuneração afasta muitos homens dos cursos de Serviço Social, assim como a carga de preconceito em relação ao trabalho com os excluídos, ilustrado na simplificação grosseira: “mocinha rica que tem pena dos pobres e dá cesta básica aos pobres”.

De fato, certa pré-conceituação do Serviço Social já é capaz de provocar tórridas discussões. Afinal, é preciso ter em mente que a antiga figura da mocinha da cesta básica já fez parte do passado da profissão, sendo hoje fortemente criticada. O trabalho não tem como objetivo os “pobres”, antes se dirige a cidadãos, usuários de serviços públicos com direitos previamente conquistados e consolidados pelo Estado, embora em certo momento ameaçados ou violados, mesmo tendo em vista que o senso comum o classifica como “a troca de seis por meia dúzia”.

Desse modo, com a supremacia feminina no panorama profissional do Serviço Social, a mulher assume competências de comando, articulação e planejamento independentemente de haver um homem no comando. Se este está presente, a mulher divide com ele as ações, ao invés de o homem centralizar todas para si. Não se quer dizer que isso não seja possível em outras profissões, mas trata-se de um dado pouco comum em profissões consideradas masculinizadas.

Não estão presentes nas literaturas do Serviço Social possíveis razões religiosas para a consolidação do processo de secularização da profissão, nem se indicam nessas obras os movimentos específicos que influenciaram esse processo reconceituador, porém nossa dedução é que o Movimento de Reconceituação teve não só motivações políticas, como influências ideológicas oriundas de movimentos feministas afeitos às próprias origens do Serviço Social.

Ora, se determinada profissão nascida das ações de caridade e filantropia da Igreja Católica – cujo sistema religioso com preceitos no Cristianismo apassiva a mulher, mesmo num âmbito profissional amplamente dominado por ela – rompe com o Conservadorismo, isso

significa a quebra de correntes que impediam a mulher de chegar ao comando da própria carreira. No entanto é preciso considerar que essa pesquisa se atém ao Serviço Social, não sendo seus resultados extensivos a outras áreas.

Ao mesmo tempo, ressaltamos que essa mulher protagonista acompanhou a dinâmica social de efervescência e turbulência contra a opressão e o resgate de uma democracia conhecida apenas na teoria, mas nunca vivida na prática.⁵⁰

Podemos destacar também o inteligente estudo de Moacir Segundo sobre os elementos da representação da mulher no Serviço Social, a partir do qual destacamos:

- a) Elementos que se distanciam da representação tradicional do Serviço Social, entre eles: compromisso, luta, participação, política social. Ao mesmo tempo, aparecem elementos que sempre caracterizaram o Serviço Social na sua trajetória histórica como profissão: assistência e educação;
- b) Elementos que mostram uma nova forma de representar o Serviço Social: cidadania, justiça inclusão e transformação. Contudo, esses novos valores se somam a valores que remetem à representação tradicional do Serviço Social: ajuda, humanização e dedicação. Assim, se compromete com a defesa dos direitos sociais, cidadania, justiça e liberdade e com o repúdio a todas as formas de preconceito;
- c) Elementos que designam intenções de mudança na representação social da mulher: a superação da subalternidade social e profissional, ação, cidadania, luta, fortaleza, trabalho, ocupação democrática em espaços considerados restritos às mulheres.

Esses elementos fundamentam o que deduzimos de possíveis influências filosóficas do movimento feminista, reforçando-se nossa dedução nas palavras de Marilda Iamamoto:

Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, **o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que renasce com vigor no combate ao último período ditatorial, em parceria com as lutas pelo processo de democratização da sociedade e do Estado no país.**⁵¹

O trato sucinto da questão de gênero no Serviço Social é importante para a antevisão do que discutiremos a seguir, exatamente porque no interior dessa discussão estão contidas

⁵⁰ “[...] a construção de relações de gênero é um compromisso ético. Implica a construção de estruturas participativas e igualitárias, onde as mulheres não sejam vistas como pessoas vulneráveis ou passivas, ou simplesmente como recurso útil, mas sim como agentes ativas das mudanças, que tem de ser escutadas nas várias estruturas organizativas e diferentes áreas onde trabalham, tanto na definição das ações, estratégias e políticas da empresa; como no planejamento, gestão e avaliação dos processos, assim como devem participar nos espaços onde toma-se decisões que as afetam.”(SEGUNDO, 2010)

⁵¹ IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 105, grifos meus

mudanças no pensar do Serviço Social que implicaram a sua própria legitimação. No processo de institucionalização, cujo ponto de partida foram as entidades filantrópicas católicas do Rio de Janeiro e São Paulo, em intercâmbio com Bruxelas e Paris, estabeleceram-se vínculos e “tratados” de colaboração cujo foco é o enfrentamento da questão social e suas faces reveladas. Nesse período encontraremos a formação dos primeiros assistentes sociais, bem como o subsídio estatal ao incentivo das formações das escolas de Serviço Social, a fim de popularizar a profissão e formar o exército de profissionais capacitados a enfrentar a questão social.

1.3 A Mudança de Paradigma do Serviço Social nos Anos 30: a Laicização Profissional Pela Institucionalização

Embora a gênese do Serviço Social esteja atrelada ao Catolicismo regente pela doutrina das encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, o pensamento da prática social da caridade, como era conduzida até então, começou paulatinamente a sofrer uma leve alteração motivada pela realidade brasileira daquele período. Os problemas sociais ficaram mais explícitos e cada vez mais fora do controle do Estado, que atuava muito timidamente na sua resolução, lançando toda a responsabilidade para a Igreja.

À medida que a pobreza e as desigualdades se tornavam mais nítidas, mais patente se mostrava a incapacidade do Estado em administrar a questão social. A população reagia com manifestações, protestos e até revoluções, exaltando o descontentamento geral com esse quadro. Era o cenário ideal para Getúlio Vargas subir ao poder, por intermédio da Revolução Burguesa de 1930.

As igrejas e instituições filantrópicas não conseguiam maior captação de recursos para o funcionamento dessas instituições e o Serviço Social, ainda sem modelo de ação e de intervenção, era conduzido pelas ações sociais e voluntárias da Igreja. Agora, a Igreja era quem pedia ajuda para manter suas instituições de caridade e a si própria.

No entanto, como a Igreja Católica ainda era vista como instituição religiosa elitista, apenas a burguesia estava matriculada nas escolas de Serviço Social, ocupando a maioria das vagas nos cursos. Por isso, surge a imagem de uma classe burguesa “preocupada” com problemas sociais, tentando controlar a pobreza ao “atuar” no foco seu foco. Aqui, acredita-se

no Serviço Social como ferramenta de legitimação estatal, simultaneamente assessor das classes trabalhadora e burguesa, mediando a relação entre ambas:

[...] a necessidade de todos praticarem o bem, portanto os ricos precisavam cumprir seus deveres com os pobres. Era uma preocupação com o indivíduo. O modo pelo qual se pensava resolver os problemas sociais era pela “reforma dos costumes” ou “reforma social” de cada um.⁵²

O “assistir ao social” era tarefa da elite burguesa majoritariamente católica e as primeiras escolas de Serviço Social eram massivamente frequentadas por essa classe. No entanto, um dos predicados para a mudança de paradigma no Serviço Social foi a aliança com o Estado, através da formação do apostolado laico católico. Havia, por parte das instituições católicas, a intenção de profissionalizar a caridade, com o objetivo de atender as demandas da sociedade em parceria com o Estado, que após essa mudança de paradigma passou a ver o Serviço Social como parceiro em potencial.⁵³

Necessitava-se também popularizar a profissão e abrir espaço a qualquer um que estivesse interessado a ingressar no curso de formação, e isso permitiu maior destaque da atuação estatal com o Serviço Social.⁵⁴ O Estado investiu pesado e seu maior incentivo foi o financiamento de bolsas de estudos nas recém-instituídas escolas, surgidas em 1936 no eixo Rio-São Paulo. Agora não era preciso ser “burguês” para candidatar-se a futuro assistente social, bastava seguir os seguintes requisitos:

- Ter 18 anos completos e menos de 40;
- Comprovação de conclusão do curso secundário;
- Apresentação de referências de três pessoas idôneas;
- Submeter-se a exame médico.⁵⁵

Essas “exigências” foram sintetizadas pelos autores citados, pois os requisitos iam muito além. Ainda preso ao pensamento conservador, o futuro assistente social deveria ser desprovido de interesses pessoais e materiais, ser caridoso, ligado às práticas religiosas e principalmente idôneo.

⁵² ESTEVÃO, 2006, p. 12.

⁵³ Nesse âmbito, o Serviço Social serviu como mediador entre as classes trabalhadora e burguesa, por meio do Estado, seu mantenedor. Assim sendo, o objetivo de legitimar o Serviço Social nesse momento histórico e em outros, mais adiante, era consolidar como política pública a Assistência Social: “Na administração das desigualdades o Estado consagra instituições, políticas e profissões para o trato da questão social. O discurso da assistência, função da sociedade, é substituído pelo discurso do bem-estar social, função pública. O profissional assistente social emerge neste contexto, via de regra, sob a tutela da justiça social emanada da Igreja Católica.” Ver em: SPOSATI, Aldaíza. *A Assistência Social no Brasil 1983-1990: carta tema*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 8.

⁵⁴ O processo de popularização do Serviço Social permitiu a abertura da jovem profissão às camadas sociais que não estariam entre as famílias burguesas. Surgiam, assim, turmas mistas com mulheres (maioria) e homens nos cursos de Serviço Social, principalmente no eixo Rio-São Paulo.

⁵⁵ CARVALHO e IAMAMOTO, 2006, p. 221.

Nesse período, o lado profissional estava ligado também a uma conduta social virtuosa, uma vez que a atuação do assistente tinha de estar focada no âmbito familiar e comunitário, devendo ser pessoa idônea, de bons costumes e conhecida na região, e sua ação deveria representar um exemplo a ser seguido. Deveria renunciar a suas reações, valores próprios de julgamento e tornar-se um profissional neutro, ou seja, incolor, inodoro e insípido. Simplesmente um profissional puro.

Somente após a segunda metade dos anos 1930, com o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social e a sua instituição, prática e reconhecimento como disciplina e profissão, é que ele se desligou parcialmente da Igreja, passando a exercer uma ação mais politizada do que pura e inata de solidariedade.

Surgiam então movimentos políticos ligados à Igreja Católica, que mudaram os caminhos iniciais do Serviço Social, promovendo a Ação Católica Brasileira⁵⁶ através de grupos como a Juventude Unida Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), o movimento feminista Juventude Feminina Católica, a Juventude Universitária Católica e a Liga Eleitoral Católica (LEC), formando o apostolado laico brasileiro:

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Ação Católica se organizou no Brasil a partir da idéia do apostolado especializado nos padrões franceses e belgas. A primeira organização reconhecida pela hierarquia em escala nacional foi a Juventude Operária Católica (JOC, 1948). Depois, em 1950, vieram a Juventude Agrária Católica (JAC), os dois ramos estudantis – Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC) –, e a Juventude Independente Católica (JIC).⁵⁷

Logo, a aliança da Igreja com o Estado no combate à questão social renderia ações de ambos os lados, com o objetivo de equalizá-los no interesse em comum. Para a Igreja atender suas demandas, ela deveria aceitar as condições impostas pelo Estado e este deveria conceder os subsídios necessários à Igreja. Assim, promovendo o bem comum como meio de legitimar-se na sociedade, ela deveria atender a interesses escusos da máquina estatal: os interesses políticos e partidários, resultando nas práticas de clientelismo, assistencialismo e outras.

Por outro lado, havia a ameaça comunista para ambos (Igreja e Estado), já que essa ideologia contava com a força dos movimentos sindicais, agregando os trabalhadores descontentes com as condições penosas a que eram submetidos. Temendo o crescimento do

⁵⁶ A Ação Católica foi um movimento de ordem mundial cujo objetivo era reposicionar a Igreja Católica nos aspectos sociais específicos da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que combatia o Estado laico de moldes positivistas republicanos. Para tanto, no Brasil a formação do apostolado laico tinha como alvo a política, tornada setor específico, porque intermédio entre as classes trabalhadora e burguesa, pela formação de grupos católicos nos mais diversos segmentos (familiar, operário, universitário). Essa medida foi tomada especialmente para que a Igreja Católica mantivesse o controle hegemônico da sociedade, influenciando-a com o conceito conservador ameaçado pelas frentes contrárias (no caso, o comunismo e o protestantismo, tidos como inimigos).

⁵⁷ DIAS, Agemir de Carvalho. *O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da Igreja e dos movimentos populares*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/88899270/9/A-REVOLUCAO-COMO-ALTERNATIVA> Acesso em: 22 out. 2012.

comunismo, a hierarquia católica da época viu na figura política de Getúlio Vargas a iconoclastia de um Estado Laico, porém cristianizado, capaz de deter a temida ameaça:

[...] a Igreja Católica brasileira ofereceu apoio ao governo do presidente Getúlio Vargas. A política social defendida por Getúlio pareceu ao clero católico como a solução real entre o comunismo e o liberalismo. Vargas se apresentava como aquele que poderia aplicar uma legislação trabalhista realmente cristã para os trabalhadores.⁵⁸

As ações puramente caritativas sem intervenção do Estado e custeadas com donativos da sociedade eram insuficientes. Além disso, quem trabalhava nas instituições religiosas de caridade não tinha as qualificações técnicas necessárias para enfrentar a complexidade dos problemas estruturais da sociedade em decorrência do capitalismo. Muitos tinham baixa escolaridade e a formação dos mais escolarizados era religiosa, construída nas escolas e liceus católicos no Brasil ou na Europa.

Nesse momento, a caridade divide espaço com a filantropia,⁵⁹ ao mesmo tempo em que, com a fundação do Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938, a caridade e a filantropia servem de base à Política Pública de Assistência Social⁶⁰ no Brasil.

Essa mudança do paradigma no Serviço Social dos anos 30 consolidaria o processo de profissionalização e sistematização das práticas teórico-metodológicas, afastando-se das iniciativas de cunho amador e voluntário de caridade, não voltadas à realidade, mas interessadas em adaptar uma realidade contraditória e dialética a um modelo cristão conservador. Essas aspirações nas mudanças do pensamento profissional seguiam o passo da própria movimentação social no Brasil e das efervescentes lutas da classe trabalhadora contra a dominação e exploração burguesa, que, décadas mais tarde, serviram de combustível ao processo de secularização do Serviço Social, que veremos adiante.⁶¹

⁵⁸ ZACHARIADHES, 2010, p. 126.

⁵⁹ A filantropia é entendida aqui como assistência pública por intermédio de uma instituição credenciada junto ao Estado, voltada a determinado público-alvo, escolhido de acordo com uma demanda focalizada em uma região específica. Ao Estado cabiam somente as questões burocráticas da instituição, ficando sua manutenção por conta da iniciativa privada.

⁶⁰ A Assistência é entendida aqui como assistência pública a todos os segmentos sociais, não com foco único, mas atendendo de forma mais ampla todos os necessitados. Tanto as questões burocráticas de instituições credenciadas como a manutenção dessas instituições ficariam a cargo da esfera pública.

⁶¹ “A necessidade de formação técnica especializada estará no centro de debates que se travam durante essa reunião. Será reconhecido que as ‘atividades precederam a formação’ e que as obras até aquele momento mantidas se ressentem de ‘certa falta de informação doutrinária e técnica’ que a instituição e o senso das necessidades não foi capaz de acudir. Apesar de loas à beleza das obras de caridade e à sua indispensabilidade, critica-se sua pouca eficiência social, o fato de sustentarem a indigência, girando ‘dentro de um verdadeiro círculo vicioso’. [...] A necessidade de *formação técnica profissional* para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado.” (CARVALHO e IAMAMOTO, 2006, p. 184.)

Por esse caminho aberto no processo de institucionalização do Serviço Social, também foi possível teorizar o conhecimento prático da profissão e desenvolver novos métodos de abordagem e técnicas de trabalho, bem como fortalecer a profissão na articulação e elaboração de políticas públicas sociais, principalmente no campo da Assistência Social.

Dessa forma, o processo de institucionalização do Serviço Social não só se fez pela mudança no pensamento vigente como trouxe à tona a limitação do modelo conservador puro católico em assistir aos problemas sociais buscando resoluções que contemplassem seus aspectos morais e transformassem em respostas simples grandes complexos decorridos das contrariedades da exploração capitalista. Em 1938, será organizada a Seção de Assistência Social, tendo por finalidade “realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições de vida”.⁶²

O profissional conservador considerado “orgânico” pelos críticos do conservadorismo deveria criar vínculos psicoafetivos com seus “clientes” e de preferência estar à frente da instituição, não pela capacidade técnica, mas pela articulação eleitoreira, de forma que esses “clientes” prefeririam esses profissionais habituados com sua demanda. Em outras palavras, o assistente social atenderia os “clientes” como amigo ou ente querido, e não como profissional, tampouco tratando-os como cidadãos de plenos direitos sociais garantidos.

Na década de 40, o modelo europeu franco-belga ainda utilizado pelos primeiros assistentes sociais brasileiros foi descontinuado por causa da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e da aproximação com os Estados Unidos. Essa ruptura influenciou o Serviço Social brasileiro a que incorporasse os modelos de trabalho social com grupos e comunidades, impulsionados pelo desenvolvimentismo de meados da década de 50 até o início da década de 60.⁶³ E “as políticas desenvolvimentistas, executadas nos anos de 1950 e 1960, assim como a abertura de novos campos de trabalho profissional, colocaram à profissão problemas que demonstravam ser insuficiente a base de conhecimentos utilizados.”⁶⁴

A modalidade aplicada entre as décadas de 30 e 40 era o Serviço Social de Casos, idealizado pela assistente social norte-americana Mary Hellen Richmond. Mas sua perspectiva puramente positivista perde cenário para a influência norte-americana nos anos 40 e 50, com os modelos de Serviço Social de grupos e comunidades, de perspectiva positivista-funcionalista.

⁶² IAMAMOTO, 2011, p. 185.

⁶³ Nessa década, o Serviço Social brasileiro recebe a influência norte-americana marcada pelo tecnicismo, caracterizado pelo conservadorismo positivista. Esse período corresponde ao início das práticas de abordagens de caso, grupo, organização e desenvolvimento de comunidade. Ver em: RODRIGUES; FÉRRIZ; NASCIMENTO, 2011.

⁶⁴ SIMÕES NETO, 2005, p. 39.

Concluimos que essa mudança no paradigma do Serviço Social se deu à medida que as transformações na sociedade capitalista se explicitaram fora de um patamar suportável pela Igreja Católica. O zelo por valores e costumes morais e o tratamento de problemas sociais como desobediência a esses valores e costumes, ignorando o antagonismo das classes e seus conflitos, rapidamente exauriram a capacidade do modelo religioso de assumir a questão social sem amparo do Estado, pondo a nu suas políticas públicas.

1.3.1 A Aproximação do Serviço Social à Filosofia Marxista e a Ruptura Total com o Conservadorismo

Após a institucionalização, sistematização e profissionalização, o Serviço Social foi oficializado no Brasil em 1957. Ocorreram mudanças em todos os aspectos da sua prática, produção científica e identidade profissional. A necessidade de posicionar-se diante da situação social vivida no Brasil no pós-guerra de 1945 foi determinante para aproximar o Serviço Social da filosofia marxista.

Para entender esse processo, vale ressaltar que desde a profissionalização do Serviço Social, a filosofia adotada pelas primeiras escolas, profissionais e raras produções científicas era norteada pelo binômio positivismo-funcionalismo. Era sob essa perspectiva que o Serviço Social buscava atender as demandas da classe trabalhadora, segundo sua estreita ligação com a classe burguesa por intermédio da Igreja Católica, sua mantenedora. Como já visto aqui, a questão social era tratada como problema moral, graças à herança positivista da República de 1889 e à laicização do Estado.

A influência do funcionalismo veio por intermédio do método norte-americano de exercer o Serviço Social (grupos e comunidade), na tentativa de adaptar a profissão ao método norte-americano. Afinal, além da influência do positivismo franco-belga, o funcionalismo se diferencia da filosofia positivista: esta última entende a questão social como fenômeno natural regido por leis naturais inatas, irredutíveis e imutáveis, mesmo se as relações sociais são desiguais, antagônicas e contraditórias.

A naturalização dos problemas sociais trazia para os atores envolvidos funções socialmente dadas, de modo a “coisificá-los” ou reduzir os problemas ao simplismo, de modo que a prática profissional seria extraída do conhecimento adquirido das relações sociais

naturalizadas e já definidas por um modelo imutável já dado, bastando adaptá-lo ao sistema vigente em vez de tentar modificá-lo. A sociedade se apresentava de um único modo e nada mais. Além disso, não se trabalhavam as questões subjetivas das relações sociais e da questão social, partindo-se do método racional e concreto.⁶⁵

Já no funcionalismo, os indivíduos e a sociedade estariam aglutinados a um complexo sistema social em que as funções dos indivíduos seriam determinadas de acordo com sua condição social e moldadas com base nesse sistema. Tanto quanto no método positivista, esse sistema era imutável, devendo todos a ele se adequar.⁶⁶ Dessa forma, o trabalho era feito em pequenos grupos ou em comunidades de grande incidência de problemas. A influência do funcionalismo marca também a perspectiva fenomenológica do Serviço Social, presente nos anos 60. Mas se pensarmos no Serviço Social contemporâneo, vemos que houve uma verdadeira transformação na profissão, cujas raízes hoje estão fincadas no marxismo.

O início da tradição marxista do Serviço Social no Brasil nasceu em parceria com o movimento comunista, nas universidades que lecionavam o Serviço Social nos anos 60 e cujos seus professores eram filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Isso despertou a criticidade da profissão ao sistema vigente, de modo que o Serviço Social sofria a influência de autores brasileiros como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e outros, que serviram de suporte teórico para o questionamento do modelo de atuação utilizado: “é na passagem dos anos cinquenta aos sessenta que a inspiração marxista começa a rebater, expressiva e visivelmente, na elaboração intelectual de pensadores e investigadores sem vinculação partidária”.⁶⁷ Também nesse período:

A partir dos anos de 1960 irromperam organizados na sociedade latino-americana os pobres. Emergiram também na Igreja institucional e clerical. Verificou-se um duplo processo: mais e mais agentes da Igreja-clero se inseriram nos meios populares – bispos, padres, teólogos, religiosos e religiosas e cristãos indignados com a miséria e comprometidos com a transformação social.⁶⁸

Surge também, com o intuito de contestar e questionar o conservadorismo e a vanguarda tradicionalista da profissão, o movimento de reconceituação, que “implicou um

⁶⁵ Na lógica positivista e funcional, se há pobres é porque não há trabalho para todos. Então a solução é dar trabalho aos pobres para que, empregados, desempenhem as funções que o mercado de trabalho lhes exigir. Teoricamente, no dito popular, “faça por onde, faça sua parte!”

⁶⁶ O assistente social trabalhava com a perspectiva de ajustar o indivíduo ao meio, que, por sua vez, deveria estar inserido na sociedade de acordo com esse sistema, sempre regido pela lógica do mercado. A função do assistente social era unicamente executar os projetos e as políticas sociais oriundos do Estado, ignorando as individualidades e as particularidades da região ou grupo em que atuasse.

⁶⁷ NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 108-109.

⁶⁸ BOFF, Leonardo. *Eclesiogênese: a reinvenção da Igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 235.

questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideó-teóricos, de sua raízes sócio – políticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”.⁶⁹

[...] a necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado. A visão da possibilidade de profissionalização do apostolado social é dada de forma sutil, na medida em que se encarece a necessidade de colaboradores para as obras particulares e se prevê a demanda de pessoal permanente para as instituições oficiais e patronais, reconhecendo nessas duas instâncias as únicas socialmente habilitadas a possibilitar esse empreendimento.⁷⁰

Assim, o Serviço Social se aproximava mais dos movimentos sociais de luta em prol da classe trabalhadora, ao passo que se distanciava do conservadorismo da Igreja Católica e da classe burguesa, interessada nesse meio de adestrar a população. Desse modo, a aproximação do marxismo e a sua influência sobre a profissão iniciaram-se nas universidades, conquistando a adesão dos descontentes com o Serviço Social conservador.⁷¹

A prática do assistente social nos campos de trabalho já estava distante da Igreja, mas ainda permanecia subsidiada pela base filosófica conservadora, o que ainda o condenava a ser mero executor de políticas estatais, profissional “tarefeiro”. Era necessária a desvinculação total da tradição conservadora dos anos 30, considerando que na segunda metade dos anos 60 o país presenciou efervescentes manifestações do movimento socialista brasileiro e esse movimento no Serviço Social fortalecia-se cada vez mais nas universidades. Era o processo de renovação.⁷²

As discussões que implicavam mudanças no pensar e no agir da profissão nunca foram pacíficas, pois os partidários do modelo conservador daquela época não dividiam a mesa de discussão com os favoráveis à renovação do Serviço Social. À medida que a repressão da ditadura aumentava, mais as universidades eram marginalizadas pelo regime militar.

⁶⁹ IAMAMOTO 2011, p. 205-206.

⁷⁰ IAMAMOTO, 2011, p. 195.

⁷¹ Não somente para o Serviço Social, mas para o padre Paulo Ricardo de Azevedo Junior, “em qualquer curso universitário é possível constatar tal realidade através de um ódio frontal e fundamental ao cristianismo, aos valores cristãos e mais especificamente o catolicismo tradicional”. Assim, ele atribui esse ódio ao movimento revolucionário do marxismo cultural ocorrido em todo o mundo. Não que tenhamos essas palavras como verdadeiras, mas traduzem em grande medida o desprezo do Serviço Social – hoje totalmente identificado com o marxismo – pela religião. Ver em: JUNIOR, Paulo Ricardo de Azevedo. *A infiltração do marxismo cultural no Brasil*. Disponível em: <<http://padrepauloricardo.org/aulas/a-infiltracao-do-marxismo-cultural-no-brasil>> Acesso em: 26 jan. 2013.

⁷² “No âmbito da sua natureza e funcionalidade constitutivas, alteraram-se muitas demandas práticas a ele colocadas e a sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais (donde, pois, a alteração das condições do seu exercício profissional); a reprodução da categoria profissional – a formação dos seus quadros técnicos – viu-se profundamente redimensionada (bem como os padrões de sua organização como categoria); e seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis (assim como as suas auto-representações). Este rearranjo global indica que os movimentos ocorridos neste marco configuram bem mais que a resultante do acúmulo que a profissão vinha operando desde antes.” (NETTO, 1995, p. 115.)

Professores, pesquisadores e assistentes sociais sem cátedra ligados ao marxismo acadêmico eram obrigados a recuar e calar-se ou eram perseguidos e expulsos do país.

O fechamento das universidades pela ditadura não impediu que a produção científica marxista entrasse no Brasil e tampouco conteve a crescente adesão ao marxismo por parte dos próprios assistentes sociais ora vanguardistas, ora marxistas. Todos tinham em mente a necessidade de mudar a forma de agir alterando os papéis: em vez de labutarem numa profissão meramente executora, praticarem uma profissão politicamente ativa, participando como gestores, planejadores, colaboradores de políticas públicas, ao contrário do que se fazia antes.⁷³

Nota-se que essa aproximação começou com a discussão nas mudanças do ciclo de práticas no campo profissional como processos de trabalho, teorização da profissão de assistente social e produção científica de conhecimentos ligados à práxis profissional. Nesse período, as produções científicas eram escassas e as poucas produções eram carentes de conteúdo, principalmente porque não apresentavam projetos políticos para a profissão ou algo diferente do característico profissional “executor de tarefas”.

Vale ressaltar que essa aproximação foi também um marco de expansão e afirmação do Serviço Social em sua importância, pois desbancou o exclusivismo das escolas católicas de Serviço Social. Além disso, tal proximidade dos marxistas trouxe para o campo acadêmico não apenas o ganho crítico à atuação profissional, mas também a evolução do pensamento científico, que fez com que a profissão se tornasse mais autônoma e participante, e menos passiva e subserviente. Em outras palavras, o Serviço Social deixa de ser um curso técnico e passa a se tornar um curso de nível superior dentro das universidades e faculdades em todo o país.

A associação do Serviço Social à corrente marxista no Brasil iniciou-se com fóruns de debate de meados de 1965 a 1968, em meio a um intercâmbio com “trabalhadores sociais” chilenos. Pontuam-se aqui três momentos importantes na ruptura total com o ideário conservador, considerando que tais eventos apenas foram denominados dessa forma por José Paulo Netto como resultado das longas discussões que perduraram por mais de uma década: a Perspectiva Modernizadora, a Renovação do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura.

Em cada um desses momentos foi produzido um documento, fruto de seminários em que os assistentes sociais debatiam a possível teorização do Serviço Social, bem como sua

⁷³ O modelo de ação do assistente social era lapidado ao bel prazer dos governantes e passado para o assistente social, que apenas o executava sem questioná-lo nem mensurá-lo, limitando-se, enfim, a obedecer e a seguir os padrões impostos.

otimização no processo de renovação das produções científicas da profissão, por sinal, escassas e insuficientes.

Enquanto a Perspectiva Modernizadora propunha uma mudança na forma de pensar e agir profissionalmente contrária ao que se praticava, a Renovação do Conservadorismo mantinha o processo vigente e a intervenção conservadora, sem se desvencilhar do conservadorismo e criando vanguarda do Serviço Social. “No bojo desse conservadorismo se dá o movimento dialético da política nacional, em que se delineiam mudanças sociais e culturais lentas, em detrimento da ação revolucionária comum às sociedades contemporâneas.”⁷⁴

Por outro lado, a Intenção de Ruptura aparece como pilar de adesão total ao marxismo, por entendê-lo como o melhor representante das lutas trabalhistas e tendo em vista que o assistente social trabalha diretamente com a classe trabalhadora. Já não se trata de ver o trabalhador como um cliente qualquer, mas como cidadão pleno. Essa mudança também abriu o leque de oportunidades a outros campos de trabalho, antes inacessíveis ao Serviço Social.⁷⁵

Na América Latina e em países europeus, o processo de cisão com o conservadorismo católico se deu antes do processo brasileiro e mesmo depois. Ainda hoje, em alguns países, o Serviço Social permanece como prática de caridade não profissional, e mesmo desvinculada da Igreja, continua aliada ao voluntariado estatal.

1.4 O Movimento de Reconceituação Brasileiro e o Rompimento Total com o Conservadorismo

O Serviço Social do início dos anos 60 até o fim da década de 70 sofreu uma completa e profunda transformação no modo de agir e pensar, de modo que suas origens religiosas passam por forte abalo até o rompimento total com o conservadorismo católico. Os autores do Serviço Social denominam esse rompimento de Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Nesta pesquisa, nós o nomearemos Processo de Secularização do Serviço Social.

⁷⁴ MARTINS, 2011, p.07

⁷⁵ O assistente social nessa época não estava inserido em alguns campos de trabalho, como hoje. E sem esse movimento de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social estaria fadado à extinção ou se veria num mercado enxertado de profissionais e campos de trabalho mais escassos e restritos. Haveria uma produção científica desproporcional e alheia às tendências mundiais, já que essa ruptura e aproximação do marxismo não foi exclusividade brasileira, alcançando vários países no mundo, principalmente os latino-americanos.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social iniciou-se simultaneamente em toda a América do Sul, entre 1965 e 1975. As primeiras elaborações e propostas de mudanças na profissão inspiraram-se no contexto de fortes turbulências políticas no Chile. Os assistentes sociais chilenos tiveram de lidar com a insuficiência do conservadorismo no trato da questão social. Isso serviu de base a que outros países sul-americanos como Brasil, Argentina e Uruguai, de contextos sociais muito semelhantes, contestassem a “eficácia” do conservadorismo:

O Movimento de Reconceituação, que tem suas primeiras idéias gestadas e difundidas pelos assistentes sociais chilenos, brasileiros, argentinos e uruguaios a partir de 1965, vai, nos anos posteriores, expandir-se pelos demais países do continente. Porém, é na conjuntura política da sociedade chilena, no período que vai de 1968 a 1972, que a Reconceituação aparece de forma mais enfática, apontando novas diretrizes para o trabalho dos Assistentes Sociais na América Latina.⁷⁶

O processo de secularização foi posto em marcha ao se debater a teorização do Serviço Social e a diferença entre prestar assistência social e fazer caridade. Nesse cenário, a adesão do Serviço Social de orientação conservadora católica à Teologia da Libertação contrariou a cisão com o conservadorismo e o exercício laico e cético da profissão. Nesse período, o educador Paulo Freire será uma forte influência para esse movimento reconceituador. Tal influência será assunto de nosso próximo capítulo.

O Movimento de Reconceituação tinha como proposta a formação profissional do assistente social independente de requisitos próprios alusivos à “pureza”, altruísmo e caridade, como se exigia nas décadas de 30 e 40. Também rechaçava a visão puritana da realidade. Aqui no Brasil, em um seminário inaugural de discussões do Movimento de Reconceituação, criou-se o novo perfil do assistente social pelo Método de Belo Horizonte, que deveria, naquele momento, atender aos seguintes requisitos:

- . tenha visão integral da realidade e postura consciente frente à mesma;
- . seja capacitado com instrumental analítico e operacional que permita uma atuação profissional científica eficiente;
- . esteja consciente de sua condição de profissional atuante em uma realidade que exige uma atitude constante de pesquisa, busca, elaboração e reelaboração;
- . seja responsável frente à sociedade em seu compromisso de transformação, e à profissão no compromisso de construção teórica.⁷⁷

Também nesse movimento se destacaram os assistentes sociais argentinos Ezequiel Ander Egg, Natalio Kisnermann e Norberto Alayón, que contribuiram relevantemente para a formação do novo Serviço Social. Suas obras serviram de referência bibliográfica a diversas

⁷⁶ BARBOSA, Maria Margarida. *Serviço Social utopia e realidade: uma visão da História*. Disponível em: <http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20071101163758.pdf> Acesso em: 21 abr. 2012, p.33

⁷⁷ BARBOSA, 1997, p.48

disciplinas. Uma delas, o livro *Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza*, de Norberto Alayón, embora publicado na década de 70, ainda é muito usado nos primeiros contatos do estudante com o Serviço Social.⁷⁸

O processo de secularização do Serviço Social se deu após vários eventos, mesas de discussão e seminários em que se debatia desde a posição do Serviço Social até a própria sua identidade. Entre os seminários mais importantes e influentes, destacam-se:

- a) Seminários de Belo Horizonte em 1964 e 1965, e de 1972 a 1975 (sua primeira edição serviu de preparativo para o Congresso de Porto Alegre, em 1965, e iniciou as discussões sobre a eficácia e aplicabilidade das metodologias profissionais do Serviço Social);
- b) Congresso Regional Latino-Americano de Porto Alegre, em 1965 (marco inicial das discussões sobre a secularização do Serviço Social);
- c) Seminário de Araxá-MG, em 1967 (originou também o Documento de Araxá e as primeiras propostas de mudança na metodologia profissional, de modo a desfocalizar o método conservador, enfatizando o questionamento das estruturas sociais e a necessidade de não as aceitar passivamente, de modo que também fortaleceu a criação de métodos teóricos e a produção científica, até então tímida);
- d) Seminário de Teresópolis, em 1970 (originou a discussão da metodologia da profissão, dando sequência ao que foi produzido em 1967, em Araxá-MG, de modo que as propostas de atualizar e encerrar o método conservador estão pautadas na crítica ao modelo norte americano de *Social Work*. Aqui surge a idéia de identidade com a classe trabalhadora, com o abandono do conceito de profissional puramente neutro, e os problemas sociais passam a ser vistos como responsabilidade do Estado, e não mais como distúrbios individuais);
- e) Congresso da Virada, em 1979 (resultou no fim do legado católico conservador e confirmou a aderência do Serviço Social à corrente filosófica marxista, vigente até hoje. O modelo conservador de enfrentamento dos problemas sociais já seria insuficiente e estaria desatualizado, obrigando a um posicionamento mais firme e mais combativo. Tal ruptura levou o Serviço Social a buscar esse espírito revolucionário

⁷⁸ “Os autores ultrapassam a esfera específica do Serviço Social, cuja burocratização e corporativismo são alimentados por um discurso vocacional de fundo reformista cristão. Para eles, um novo Serviço Social deve emergir de valores opostos à ética capitalista, que estimula a exploração do homem pelo homem e cujas bases se edificam em uma sociedade de indivíduos, sem nenhum compromisso com a comunidade. A profissão deve ser uma vocação para as mudanças, sem deixar-se levar pela estrutura institucional domesticadora.” (PINHEIRO, 2010, p. 47).

nos movimentos sociais socialistas à explosão de produções científicas sobre a profissão e a implosão do modelo conservador voltado a ações psicologizantes e individualizantes para os clientes, hoje chamados de usuários de serviços públicos);

- f) Seminário do Alto da Boa Vista, em 1984 (suscitando mudanças no código de ética da profissão e nos programas de ensino do Serviço Social. Esse foi último passo do Movimento de Reconceituação, em que resquícios conservadores foram totalmente reduzidos a pó, mas esse processo de renovação não parou por aqui. Até os nossos dias, os seminários e congressos adotam um tema ou eixo temático que discuta e promova avanços nas políticas públicas. Os progressos estão diretamente relacionados a tais eventos e as propostas desses seminários, produzidas sobretudo após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988).

Na formulação desses congressos e seminários, o que se viu foi uma batalha no campo ideológico, que parecia não determinar o futuro do Serviço Social. Mais que isso, a sociedade respondia vivamente à importância e eficácia do próprio Serviço Social, pois as tendências latino-americanas forçaram os assistentes sociais a se posicionar a favor da mudança ou contra ela. Lembremos que a influência de Paulo Freire na metodologia do Serviço Social marcou também sua aproximação ao marxismo em dois momentos.

De um lado, o bloco marxista enfatizava o aspecto político da profissão, tornando-a mais tecnocrática e comprometida com as causas trabalhistas da sociedade; e de outro, o bloco conservador dividia-se entre os influenciados pela Teologia da Libertação e os presos às origens arcaicas do Serviço Social.

A Intenção de Ruptura não ficou somente no desejo de rompimento com o conservadorismo. O Congresso da Virada de 1979 fez o Serviço Social mudar completamente as diretrizes centrais e reformulou por completo seu posicionamento diante da questão social para alcançar um patamar autônomo, apontado por vários estudiosos da área.

Essa corrente perseguiu o amadurecimento do Serviço Social como profissão autônoma, com papel mais propositivo e combativo no interesse das massas, além da defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora. Esse compromisso foi assumido com a efetivação das lutas, em que se levantou a bandeira da classe trabalhadora contra o movimento liberalista/neoliberalista e a exploração excedente da mão de obra do trabalhador pela burguesia:

Foi sob o legado deixado por essa tradição, originalmente denominado por Netto (1991) de “intenção de ruptura” (com todos os problemas e limitações enfrentadas),

que a aproximação entre o Serviço Social, as produções marxianas e marxistas se deram ao longo das décadas de 80 e 90 do século XX até os dias atuais.⁷⁹

No entanto, apesar de toda a carga política assumida pelo Serviço Social nesse processo, resultado da completa cisão com o movimento conservador religioso, ainda é forte a presença de valores religiosos nos acadêmicos de Serviço Social, percebendo-se a sua divisão entre a religiosidade e a política profissional, dadas as raízes religiosas da profissão.⁸⁰

Exatamente para esse resgate do que se poderia chamar de neoconservadorismo não contaminar a prática, docentes e autores reafirmam que o Serviço Social tem raízes no Socialismo e no projeto ético-político assumido pelo Serviço Social após o Movimento de Reconceituação. Afinal, essa “ameaça” pode desembocar na errônea retroação aos primórdios da profissão, caso nenhuma discussão seja entabulada:

Curiosamente, a formação profissional em serviço social é bastante avessa às justificativas religiosas e ao ideário de ajuda social do qual seus alunos são portadores ao ingressarem nos cursos. Em contraposição a estas idéias, os cursos oferecem uma formação extremamente politizada a seus alunos e, principalmente nas universidades públicas, a formação tem uma ampla base marxista e socialista.⁸¹

Em suma, a Intenção de Ruptura e o Congresso da Virada foram eventos políticos que posicionaram autonomamente o Serviço Social na participação ativa na esfera estatal. Ele agora já era formador, gestor e elaborador das políticas sociais, ou seja, tendia a ocupar importante espaço na esfera tecnocrática do Estado. O movimento de reconceituação acertou na escolha do compromisso com os movimentos sociais e efetivação dos direitos dos trabalhadores, como prima a filosofia marxista.⁸²

O trabalho retórico de construir uma nova maneira de agir e pensar contribuiu não apenas com o crescimento da profissão, mas também com o fortalecimento da democracia e o avanço das políticas sociais, principalmente após o advento da Promulgação da Constituição,

⁷⁹ SILVA, José Fernando Siqueira da. *Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social*. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2319/3248>> Acesso em: 13 abr. 2012, p.286

⁸⁰ “Estes são fortes motivadores para o ingresso na profissão, sejam eles de base católica ou evangélica/protestante. A idéia de fazer o bem, de ajuda ao próximo, da busca da justiça social, o ideal do ‘bom samaritano’, são elementos repetidamente trazidos por aqueles que escolhem o serviço social. Os assistentes sociais ascendem social e educacionalmente, assim como têm justificativas de valor para o ingresso nessa mesma mobilidade.” (SILVA, 2007)

⁸¹ SILVA, 2007.

⁸² “Por outro lado, o movimento de reconceituação da profissão, focalizou em demasiado, o discurso teórico, com as grandes linhas metodológicas e, especialmente, enfatizou a missão transformadora da profissão, ao abandonar os princípios básicos da prática assistencial tradicional que visava a promoção dos sujeitos a partir de sua adequação ao status quo, partindo de pressupostos de que estes seriam marginalizados e excluídos por questões individuais e não por todo um sistema vigente que não possibilita oportunidades iguais a todos.” Visto em: PEREIRA, Cristiane de Barros. *Assistência social em territórios estigmatizados: um estudo da atuação da Fundação Leão XIII em Vila Ipiranga, Niterói-RJ*. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0510670_07_Indice.html> Acesso em: 12 maio 2012 capítulo 3, p.47.

em 1988. O Serviço Social esteve presente na elaboração, no planejamento e na execução de leis voltadas para a Assistência Social.

Essas leis hoje consolidam a condição de cidadão para todos que a elas recorrem. É notável, sobretudo, o avanço científico que a Assistência Social sofreu desde a década de 90 até os dias atuais.

A questão que permeia esta discussão é: o assistente social adepto de dada religião precisa negar sua religiosidade em nome do ofício profissional? Será que o profissional puramente neutro, tão criticado pelos autores, docentes e assistentes sociais marxistas, deve mesmo ser neutro? Não! Podemos conciliar a Religião e o Serviço Social sem prejuízos para as partes, e os avanços científicos de cada esfera podem contribuir com uma profissão mais humana e politicamente menos fria.

Desde que o Serviço Social adotou postura mais firme quanto à própria identidade profissional, rompendo com o conservadorismo católico, o marxismo inspirou todas as suas referências teórico-metodológicas produzidas a partir dos anos 80. Esse legado marxista solucionou um mal-entendido da profissão – “mocinha rica que assiste aos pobres e é caridosa” – e reescreveu a sua história.⁸³

Enfim, o Serviço Social, ao ganhar espírito combativo contra os inimigos do marxismo, parece ter perdido o genuíno espírito solidário, temendo seu exercício como mera ferramenta do sistema capitalista. Certamente a cultura da população atendida requer visão mais politizada e os direitos sociais são ferramentas de cobrança de maior participação do Estado em tempos de descentralização. Entretanto, os atendidos pelo assistente social não são apenas bonecos humanos fragilizados, segregados e excluídos. Nem tampouco adiantará somente orientar os usuários acerca dos seus direitos, se boa parte da população nem sequer tem idéia do que é política.⁸⁴

Sobretudo, se o Movimento de Reconceituação não buscasse tamanho avanço científico e não ocorressem todos esses eventos que marcaram o processo de secularização do

⁸³ “[...] alguns argumentos implícitos ao debate podem explicar o porquê da recusa e negação. Fazem parte deste conjunto argumentativo a concepção, sustentada pelos marxistas, de que o esclarecimento poderia ser um agente efetivo contra possíveis ilusões da consciência e simplificações para o entendimento do real, além de dar ao assistente social um comprometimento necessário e quase obrigatório com uma agenda ‘progressista’ e os argumentos da necessária separação entre Religião e Ciência e Religião e Estado, relegando a religião a esfera estritamente privada.” (SIMÕES NETO, 2005, p. 19).

⁸⁴ “O movimento de reconceituação do Serviço Social tem sua ação voltada para as relações sociais econômicas, políticas, culturais e ambientais enquanto totalidade. Porém, o objeto da intervenção profissional são os homens e mulheres em suas relações sociais. Ao intervir numa dada realidade, o assistente social apresenta como imperativo o conhecimento da realidade sobre a qual vai desenvolver sua ação profissional que deverá estar voltada para o desenvolvimento e a garantia dos direitos sociais”. Ver em: SOUZA, Dayse Jaqueline Macedo de; GOMES, Luciano Silva. *Ideologia, utopia e Serviço Social*. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/193.pdf> Acesso em: 27 maio 2012, p.05

Serviço Social, de modo algum a profissão alcançaria a importância que tem hoje. Igualmente, a produção científica sobre a profissão jamais alcançaria a atual variedade de obras (nesse ponto minha crítica se dirige a que dezenas de autores estudem os mesmos temas). A formação seria tratada como curso técnico ou atribuição profissional exercida por qualquer pessoa, sem o menor preparo, contando somente com o aporte do aprendizado da vida.

Nessa conjuntura até mesmo se justificaria a crítica de muitos leigos, segundo a qual para distribuir cestas básicas e anunciar ao usuário que ele tem direitos não é necessário diploma de nível superior, bastando o autodidatismo.

O Movimento de Reconceituação combate continuamente esses enganos e dificilmente perderá força entre os atuais e futuros assistentes sociais.

1.4.1 A Estreita Relação de Paulo Freire Com o Serviço Social

Nesta seção abordaremos o vínculo entre o Serviço Social e o maior educador brasileiro, Paulo Freire, debatendo sua possível participação nas mesas de discussão desse campo de estudos no período em que o Movimento de Reconceituação iniciou suas atividades, e que coincidiu também com o início do processo de secularização do Serviço Social.

Assim como a sociedade, a Igreja não concordava com o expansionismo capitalista, não se aliando às classes dominantes, como vemos nas literaturas do Serviço Social marxista.

Se este trabalho expusesse em detalhes a relação de Paulo Freire com o Serviço Social, o foco de nosso estudo mudaria drasticamente.

Por isso nos limitaremos esboçar o pensamento freireano e seu uso pelo Serviço Social. É válido levantarmos a questão das correntes de pensamento que influenciaram Paulo Freire a fim de ilustrar de que forma esse pensador se mostrou um valoroso expoente na profissão: “um “socialista-democrático” que sofre uma importante influência da Escola de Frankfurt, do marxismo, de Freud – representado por Erich Fromm –, assim como a psicologia fenomenológica de Edmund Husserl, restringindo suas análises em outros períodos.”⁸⁵

⁸⁵ PINHEIRO, 2011, p. 48.

Somando esse legado ao personalismo de Emmanuel Mounier e ao existencialismo de Martin Heidegger, Freire esboça seu método que se aproxima do personalismo, abandonando-o, contudo, exatamente para se ater ao marxismo (principalmente a visão marxista de Antonio Gramsci), cativando a adesão de católicos ligados à esquerda política brasileira.⁸⁶

A identidade de Paulo Freire, que o credencia a criticar o sistema capitalista vigente, pode ser captada, em grande parte, nos seus estudos e escritos para formação de uma nova educação, capaz de diminuir o abismo entre os excluídos (descritos por Freire como oprimidos pelo cotidiano de sua época, no início e na consolidação do sistema ditador brasileiro) e a classe burguesa (a única com acesso a um processo de educação digno). Para construir a Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire apoderou-se do conceito de intelectual orgânico de Antonio Gramsci.⁸⁷

Na década de 60, a taxa de analfabetismo no Brasil chegava a 53% e em algumas regiões, como a Nordeste, de população predominantemente rural, podia alcançar 88%. Daí que a questão social de maior foco na sociedade era a diminuição das taxas de analfabetismo, principalmente em regiões pobres e subdesenvolvidas (Regiões Norte e Nordeste), com um programa educacional capaz de atingir o máximo de pessoas, principalmente adultos. Destacamos que essa deficiência social era campo fértil para o coronelismo e as oligarquias locais, que dela se serviam para fins eleitorais. Afinal, sem acesso ao conhecimento, o analfabeto não consegue atingir o senso crítico.

O Serviço Social necessitava dessa ferramenta em termos de referencial teórico, pois os profissionais que deixavam os campos dos liceus e escolas católicas de Serviço Social e ganhavam os cenários acadêmicos e universitários tinham de se adaptar ao campo fértil da crítica. Com efeito, o legado marxista disseminava-se nas universidades, por estas estarem ligadas ao sindicalismo e ao movimento comunista. Em algumas universidades, a discussão se voltava à defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

⁸⁶ “De certa maneira, também Paulo Freire – olhando para as idéias gramscianas – propõe também uma atuação do intelectual orgânico, encarnado na figura do educador/professor, que deve se esforçar para fazer com que o povo tome consciência de sua realidade e chegue ao poder. É por esse motivo que o educador, para Freire, deve ter [e despertar nos outros] uma consciência crítica e, como intelectual orgânico, deve utilizar a escola para difundir o discurso contra-ideológico.” (erro de grafia do autor) Ver em: SOARES, Sival. *Paulo Freire e Gramsci: educação em Gramsci e Paulo Freire*. Disponível em:

<<http://www.sivalfilosofia.no.comunidades.net/index.php?pagina=1012599811>> Acesso em: 17 out. 2012.

⁸⁷ “[...] mostra como a classe opressora – com seu aparato ideológico, político e civil – faz com que os mais oprimidos não consigam ascender ao poder. Aprendemos também que a classe dominante passa sua ideologia via-escola. Mas, Gramsci também destaca, quando fala do intelectual orgânico da classe dominante ou não, que os líderes das classes trabalham com idéias e elaboram toda uma ideologia ou contra-ideologia para que o povo siga. [...] Em verdade, a proposta de Paulo Freire é, pela educação, despertar a consciência crítica das pessoas. Seu método pedagógico é apropriado para adultos, que já possuem certa consciência da realidade e precisam descobrir-se críticos dela.” (SOARES, s.d.)

A influência de Paulo Freire no Serviço Social está fortemente ressaltada por Luci Farias, no livro *Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil* que cita a obra de Paulo Freire *A pedagogia do Oprimido* em sua discussão. Ambos os autores compartilham o ponto de vista mais aceito naquele contexto sócio-histórico: a Igreja Católica era um divisor de águas: criticada, por um lado, pela ligação com o Estado burguês, e por outro, pelo próprio Estado burguês, amparava-se nas encíclicas papais e nos movimentos juvenis católicos denominados como JUC, movimento que mais se aproximou do marxismo no Brasil.⁸⁸

Ainda sob a influência de Paulo Freire, o Serviço Social aposta na tendência de “educar” as classes dominantes: o poder de esclarecimento do assistente social vincular-se-ia à capacidade de convencimento e persuasão na difusão do acesso aos serviços públicos prestados pelo Estado, acesso esse caracterizado pelos direitos sociais. Sob essa perspectiva, o assistente social intervém na realidade como agente comprometido com a transformação das ações emergenciais caracterizadas como assistencialismo em ações políticas que visam educar politicamente os usuários, induzindo-os ao resgate da sua autonomia e ao empoderamento, dando-lhes a condição de determinarem os caminhos que os conduzirão à resolução de suas demandas. O assistente social age, assim, como representante político.⁸⁹

Nesse viés também nos deparamos com a influência de Paulo Freire no contexto histórico de opressão da sociedade no pós-golpe de 1964, e na aproximação dos movimentos agrários com os sindicais, que, por seu turno, encontraram o Serviço Social em franca crise de identidade, precisando definir a importância de sua atuação:

Paulo Freire e seu método foram considerados subversivos pelos militares, já que esse método não apenas dava resultados em pouquíssimo tempo, mas, acima de tudo, possibilitava que os analfabetos pobres tomassem consciência de sua condição social. Sem dúvida, a proposta pedagógica freiriana leva o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade classista (GOMES, 2006).

Era tamanha a identificação de Paulo Freire com o Serviço Social que o movimento de reconceituação brasileiro também tinha influências da Igreja Católica, pois Paulo Freire era um dos maiores expoentes da Teologia da Libertação e a filosofia cristã dominante no campo

⁸⁸ “A ‘Pedagogia dos Oprimidos’ nasce no contexto mesmo em que o Serviço Social começa a criticar seus próprios métodos – ambos partem de uma leitura crítica da realidade latino-americana e ambos se alimentam de uma base filosófica cristã, a qual se opõe prontamente à tendência de individualização da sociedade capitalista e de burocratização das ações do Estado.” (PINHEIRO, 2011, p. 49.)

⁸⁹ “O assistente social é solicitado não pelo seu caráter propriamente técnico-especializado de suas ações, mas antes e basicamente pelas funções de cunho ‘educativo’, ‘moralizador’ e ‘disciplinador’ [...], assim, o assistente social aparece como o profissional da coerção e do consenso, cuja ação recai no campo político.” (IAMAMOTO, 2008, p. 42.)

de estudo tinha de ser readequada quanto ao método profissional e científico, apesar de quase inexistente nesse período.

Além disso, o Serviço Social brasileiro aliou-se às bases partidárias políticas, cuja ideologia mais viva e mais identificada com o marxismo entrava em consonância com a nova perspectiva profissional. Também o recém-criado projeto ético-político com bases filosóficas marxistas acompanhava as transformações no cenário sócio-político brasileiro (o Partido dos Trabalhadores, que surgiu no seio das lutas dos movimentos sindicais em favor dos metalúrgicos do ABC Paulista, no final da década de 1970) ganhava um tom mais político e engajado nas causas sindicais dos movimentos de lutas sociais. Paulo Freire também se filiou ao Partido dos Trabalhadores, contrariando intelectuais que o influenciaram, como Alceu Amoroso Lima e Emmanuel Mounier, autores católicos considerados conservadores e não filiados a partidos, restringindo o lado político da Igreja Católica.

Tais fatos levam-nos, então, a acreditar que a influência do pensamento de Paulo Freire não só aproxima o Serviço Social de uma perspectiva inovadora na profissão como também se assemelha ao posicionamento assumido através do Movimento de Reconceituação, pois embora Paulo Freire tenha desempenhado um excelente trabalho à frente da educação no Brasil,

O estudo da literatura específica de Serviço Social, referente ao período do movimento de reconceituação, mostrava que os textos vinham sempre impregnados pelas idéias de Paulo Freire publicadas até então. Se alguns desses textos estavam limitados a citações e à apropriação de conceitos definidos pelo autor, outros traziam o estudo detalhado do seu método de educação e conscientização, apresentando as formas e as possibilidades de sua aplicação na prática dos assistentes sociais.⁹⁰

Já nos anos 70, os programas de ensino do Serviço Social já usavam abertamente os textos de Paulo Freire como referencial bibliográfico de muitas disciplinas lecionadas, seja na teoria, seja na prática. No período em que viveu no Chile, Paulo Freire teve contato com assistentes sociais locais e o modelo chileno serviu de intercâmbio para o movimento de reconceituação brasileiro. Paulo Freire foi convidado a mesas de discussão em seminários no Nordeste brasileiro em 1964, que iniciaram o processo de mudança no Serviço Social.

Além disso, como contribuição à profissão, não somente foram usadas suas obras literárias, mas “foi também utilizada uma entrevista exclusiva, onde o próprio Paulo Freire fala dos laços que o prendiam às assistentes sociais brasileiras e chilenas naquele momento, além da mútua influência exercida entre o educador e aqueles profissionais”.⁹¹ Embora o

⁹⁰ BARBOSA, Maria Margarida. *Serviço Social utopia e realidade: uma visão da História*. Disponível em: <http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20071101163758.pdf> Acesso em: 21 abr. 2012, p.32

⁹¹ BARBOSA, 1997, p.32

Brasil fosse o país que mais absorveu a influência de Freire, ela não se limitou a este país, pois Freire é referência em todos os países da América do Sul cujo o Serviço social de cada um desses países estava em processo de reconceituação (em especial, Argentina e Chile).

Duramente crítico ao assistencialismo e dotado da visão do assistente social como educador social, Paulo Freire era incisivo quanto à posição dos assistentes sociais do bloco conservador, pois o profissional puro ou extremamente técnico e neutro não era necessário em uma sociedade carente. Naturalmente, alguns profissionais já não conseguiam apenas tratar profundos problemas sociais sem maior envolvimento, e exatamente essa neutralidade herdada do positivismo sociológico durkheimiano em tratar os problemas sociais como objetos comuns ou “coisas”, combinado ao cenário contrário à democracia, serviram de inspiração para inúmeras manifestações contra o regime, entre elas o movimento de reconceituação.

Ao terminarmos esta discussão com a importância do movimento teológico de libertação, tendo Paulo Freire como um dos maiores expoentes, temos uma visão completamente contrária à dos dias de hoje no Serviço Social. Esse resgate histórico mostra que a Teologia da Libertação subsidiou as ações do Movimento de Reconceituação, ao mesmo tempo em que soube adequar o pensamento conservador ao reconceituador. Tanto é assim que hoje se aplica a experiência de Paulo Freire no estudo do Serviço Social nas igrejas em geral, evangélicas ou católicas, justamente por sua filosofia cristã não ser favorável aos excessos.

Concluimos que a presença de Paulo Freire nas mesas de debate expôs ao Serviço Social brasileiro sua importância como educador social e como profissional de considerável aproximação com a classe trabalhadora. Não que o pensamento freireano tenha determinado essa nova identidade no Serviço Social, mas sua interpretação da realidade brasileira e latino-americana foi bem recebida pela profissão e suas obras deram formas e tons para os dias atuais da profissão. Sem dúvida, o carinho de Paulo Freire para com esse campo de estudos é reconhecido por sua influência em toda a América do Sul, principalmente pelos autores brasileiros do Serviço Social e autores do Trabalho Social em países que o adotaram, como Chile, Argentina, Uruguai e outros.

1.5 O Serviço Social e a Teologia da Libertação: Coincidências e Semelhanças

Nesse bloco, discutiremos alguns pontos em comum entre o Serviço Social e a Teologia da Libertação, de modo a tentar esboçar uma análise histórica do cotidiano desse período. Ao mesmo tempo, tentaremos compreender a relação entre Igreja e sociedade na perspectiva sociopolítica. Antes, porém, buscaremos entender o que foi a Teologia da Libertação e como foi adotada na prática.

A Teologia da Libertação foi uma expressão religiosa do movimento sócio-político promovido pela Igreja Católica no contexto latino-americano surgido nos anos 70. Foi precedido pela Ação Católica através da influência política do Catolicismo Social regida pelas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Nessas documentos, a Igreja Católica criticava os problemas sociais ocasionados pelo processo de industrialização (Revolução Industrial) e a consolidação do capitalismo monopolista em todo o mundo. Além disso, era também uma intenção de ruptura com o conservadorismo da Igreja, no que diz respeito aos conceitos eclesiais tradicionais.

Surgem então as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), com um modo de ser católico contrário ao tradicionalismo da Santa Sé. A idéia era formar uma nova igreja capaz de unir os pobres e os oprimidos. Assim, contrariamente ao pregado pelo catolicismo, nas CEBs membros da igreja envolviam-se nas questões políticas de suas regiões. O rompimento com as tradições medievais da instituição tornava esse modelo católico mais atraente, principalmente aos jovens, miscigenados em culturas não reconhecidas pelo Vaticano.

O panorama mundial após a Segunda Guerra esgotou todos os preceitos defendidos pela Igreja e a idéia de *Corpo Social* já perdia o conceito de universalidade por causa dos conflitos sociais e políticos na América Latina. Ao se acirrarem tais embates nesse período turbulento, a “concepção de *Corpo Social* começava a perder força. A Igreja Católica iniciava o seu *aggiornamento*; e com a eleição de João XXIII e o Concílio Vaticano II essa atualização foi impulsionada”.⁹²

Após o Concílio Vaticano II (1962-1965), e as Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), as relações entre a Igreja católica e as manifestações populares do catolicismo passaram por algumas mudanças. Passou a existir uma nova direção tomada pela Igreja Católica latino-americana que, primeiro em Medellín e depois em Puebla, inspirada no Concílio Vaticano II, fez sua *Opção pelo Pobre*, o que ocorreu por volta da década de 1970, quando alguns membros do clero

⁹² ZACHARIADHES, 2010, p. 132.

acabaram se envolvendo na luta pelos direitos humanos, pelo direito à terra, enfim, tudo o que estivesse ligado ao homem marginalizado.⁹³

Em seu artigo “A Teologia da Libertação e o Contexto Latino-Americano”, Luiz Ernesto Guimarães aponta para dois possíveis fundamentos bíblicos em que se pautou a Teologia da Libertação:

[...] o primeiro se baseia no livro de Êxodo (que no original significa “saída”), onde é relatado o sofrimento do povo de Deus no Egito mediante um sistema escravocrata. Depois de mais de quatrocentos anos eles conseguiram a libertação por meio da liderança religiosa de Moisés. O segundo fundamento está na própria vida de Cristo, cuja tarefa foi libertar o ser humano do seu estado de sofrimento, introduzindo já o reino de Deus aqui na terra.⁹⁴

Dessa forma, destacamos dois pontos de reflexão para mensurarmos em hipóteses o que levou ao desenvolvimento de uma teologia mais acessível às massas populares:

- a) O descontentamento geral com as condições de trabalho em todo o mundo e a crescente pauperização da classe trabalhadora abriram verdadeiras fendas entre a Igreja Católica e esses segmentos sociais, de maneira que ainda nos anos 60, mesmo detendo grande parte de fiéis e seguidores, a Igreja ainda era vista como elitista e restrita a um grupo de pequenos burgueses e grandes latifundiários, tendo seus agregados a obrigação de seguir a doutrina imposta por esses;
- b) A crescente preocupação do Vaticano com os países de maioria católica que, anualmente, perdiam de maneira vertiginosa grandes parcelas de fiéis e seguidores para as igrejas protestantes e pentecostais, cujo foco era exatamente a evangelização dos excluídos e oprimidos. Essas igrejas se instalavam onde a Igreja Católica não estava, oferecendo uma liturgia contrária, segundo a qual a salvação estaria à disposição de quem a buscasse, sem intermédios terrenos ou espirituais.

Dentro dessas ponderações, a Teologia da Libertação desenvolveu-se para ser a voz católica aos pobres e oprimidos, porém ela encontrou um dilema: de que maneira seria possível anunciar o Reino de Deus a uma classe que vive do imediatismo para paliar suas dores e lamentações? Leonardo Boff questiona, como desafio aos teólogos da libertação:

⁹³ ANDRADE, Solange Ramos de. *O catolicismo popular no Brasil: notas sobre um campo de estudos*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/067/67andrade.htm>> Acesso em: 18 out. 2012

⁹⁴ GUIMARÃES, Luiz Ernesto. *A Teologia da Libertação e o contexto latino-americano*. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/LuizEGuimaraes.pdf>> Acesso em: 27 out. 2012, p.01

“Como anunciar que Deus é Pai e Mãe de bondade num mundo de miseráveis? Este anúncio só ganhará credibilidade se a fé cristã ajudar na libertação da miséria e da pobreza.”⁹⁵

No Brasil, em 1962, foi organizado um encontro entre os membros da Ação Popular composta por cristãos ligados à JUC e o Serviço Social administrado pela ala católica conservadora. A JUC era fortemente marcada pela ideologia marxista de seus membros, com participação efetiva nas manifestações do movimento estudantil, e a metodologia profissional do Serviço Social tinha sido subsidiada pela JUC por causa de sua ação nas universidades.⁹⁶

Em 1965, em Porto Alegre, iniciaram-se os primeiros debates sobre o processo de secularização do Serviço Social. De 1962 a 1965 ocorria o II Concílio Vaticano da Igreja Católica, dando início ao seu plano de recatolização da América Latina. Esse período foi turbulento no contexto latino-americano: além da Revolução Cubana, em 1959, eclodiam regimes ditatoriais no Chile, na Argentina, no Brasil e em países da América Central, como Nicarágua, Guatemala e Panamá.

Depois desse evento, deu-se a Conferência Episcopal de Medellin, em 1968. No ano anterior promoveu-se o Seminário de Araxá, em MG, originando Documento de Araxá e no mesmo ano do Congresso da Virada do Serviço Social a Conferência Episcopal de Puebla em 1979.

A pauta de discussão do evento de Medellin era exatamente o deslocamento católico para os movimentos populares, tal contexto nos levando à reflexão sobre os interesses em comum do Serviço Social e do movimento de Teologia da Libertação. Sendo assim, como podemos aquilatar a proximidade das relações entre o Serviço Social e o movimento de Teologia da Libertação no Brasil?

Há três vetores a partir dos quais apontamos essas semelhanças:

- a) A evangelização por missão, típica do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, com o objetivo de levar a Igreja Católica aos pobres, focava-se também em trabalhos sociais nas paróquias, envolvendo ações voluntárias de assistência voltadas à ideologia do desenvolvimento de comunidades;
- b) O Serviço Social lecionado nas universidades assumia o caráter de promoção da transformação social, assim como os movimentos sociais que atuavam junto aos

⁹⁵ BOFF, Leonardo. *Quarenta anos de Teologia da Libertação*. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>> Acesso em: 21 out. 2012.

⁹⁶ “Na sua formação, a JUC utilizava o método ver – julgar – agir, consagrado nos movimentos católicos, que buscava analisar a realidade, relacioná-la com a doutrina da Igreja e em seguida traçar a linha de ação a ser seguida. Em 1954, a JUC tratou em todo o país da questão social e essa discussão trouxe uma série de desdobramentos para o movimento. Os temas da fome, da saúde, do nacionalismo e do desenvolvimento foram debatidos nas reuniões da JUC.” (DIAS, 2007)

pobres e excluídos, em meio à realidade de opressão imposta pela ditadura militar, que descontentava a população em geral. Com isso, os assistentes sociais que se formavam e atuavam em campo carregavam uma ideologia marxista combinada com o conservadorismo católico no trato da questão social.

- c) Tanto a Teologia da Libertação quanto o Serviço Social procuraram, pela via do processo revolucionário, a desconstrução de suas próprias heranças e bases. No caso do Serviço Social, essa desconstrução foi dentro de si mesmo; já no caso da Teologia da Libertação, tratava-se de desconstruir as bases seculares da Igreja Católica. Ambos lutaram contra o conservadorismo católico e a manutenção de conceitos considerados impróprios e inadequados, não concernentes ao cotidiano latino-americano.

Esses vetores são peças-chave para a trajetória de ambos e a compreensão desse período histórico. A Teologia da Libertação e o Serviço Social, cada um a seu modo, tinham o mesmo foco: o pobre e o oprimido, o destituído de direitos e o excluído do sistema capitalista.

A Teologia da Libertação propôs em sua epistemologia a transformação social de um mundo dominado pela corrente do Liberalismo. Buscou também soluções para frear o processo de individualização do sujeito e resgatar o espírito de solidariedade e moral perdidas na modernidade, de modo que o processo de secularização social e o início da globalização mundial nunca foram aceitos pelos católicos, mesmo que a realidade parecesse fora do controle.

A negação e o inconformismo com as desigualdades, as contradições e as injustiças sociais impulsionaram os teólogos da libertação a buscar aportes na filosofia marxista, que contrapõe o espírito revolucionário à exploração ao trabalhador pelo capitalismo. No mesmo compasso, buscaram lutar contra o processo secular da Igreja, tentando transformar o catolicismo em religião secularizada e livre das amarras do tradicionalismo dogmático, que exigia o celibato sacerdotal e proscovia o aborto, a união homoafetiva e outros.

O marxismo foi adotado religiosa e politicamente, salientando-se sua importância na participação política, na elaboração e planejamento de ações sociais voltadas para a população. Em outras palavras, tentava-se politizar o pobre e o oprimido para despertá-lo de um longo sono imposto pela ditadura para o sonho remoto de uma democracia em meio ao regime autoritário e arbitrário. Assim, um dos ideais da Teologia da Libertação era de combater o estado de passividade da Igreja Católica, principalmente sua neutralidade diante dos problemas sociais (característica muito presente no Estado burguês), uma vez que esses

problemas estão ligados ao fracasso do regime econômico liberal, ardil de um capitalismo monopolista.

Desde meados dos anos 60 até a primeira metade dos anos 70, os caminhos pareciam se entrelaçar, sem que sequer se distinguísse quem eram os sujeitos ou para que servia cada coisa. No entanto, o Serviço Social assumiu uma postura radical diante de suas bases conceituais e o Movimento Conservador dentro da profissão ruiu paulatinamente, à medida que o Movimento de Reconceituação brasileiro viu êxito nos demais países na América do Sul, principalmente no Chile, e se fortificou ainda mais nos seminários de discussão ao longo da década de 70.⁹⁷

E ainda que não haja fortes evidências disso, supomos que o rompimento definitivo com a Igreja e com a religião apenas serviu de aspiração política a consolidar o Serviço Social de fato, como profissão autônoma para suas práticas e nas suas produções científicas. E por trás desses eventos reconceituadores, há fortes indícios de que a própria Igreja Católica teria subsidiado o rompimento do Serviço Social com o conservadorismo, entendendo a incapacidade e a defasagem dessa corrente de atuar no foco da questão social. Esse posicionamento foi possível ao se conciliarem catolicismo e Serviço Social, ou seja, assistentes sociais católicos aderiram ao movimento de Intenção de Ruptura influenciados pela Teologia da Libertação. O contexto político latino-americano instiga a procura de novos aportes e a cultura católica acompanha tal processo, onde “as ações inovadoras da Igreja no final dos anos 60 despertam a sociedade para o conteúdo político da fé e a função sócio-política e político-religiosa dos cristãos.”⁹⁸

E o aprendizado que se extrai da Teologia da Libertação é o conceito de transformação social cristã numa linguagem marxista. A mesma Igreja Católica, contestada pela aproximação ao Estado burguês e por defender princípios tradicionalistas, apropria-se do espírito revolucionário dos movimentos sociais, abrindo fogo cruzado contra os excessos do capitalismo com um discurso religioso conciliador. Não aceitando pacificamente os acordos

⁹⁷ “Considera-se que a radicalidade na ação às vezes guarda uma relação com certo humanismo radical, mas levando em conta sua implicação ideológica no sentido de um compromisso com a classe trabalhadora. Esta foi a questão-chave do movimento de reconceituação na América Latina. [...] a reconceituação, de linha marxiana, foi situada como o oposto ao Serviço Social tradicional com o questionamento crítico na busca de uma fundamentação teórica no marxismo, como fez a Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais de 1972 a 1975 e a Escuela de Trabajo Social de Valparaiso. Não se tratava, nesse caso, de repetir fórmulas do materialismo vulgar, mas de construir um projeto político da profissão.” Visto em: FALEIROS, Vicente de Paula (b), *O que o Serviço Social quer dizer?*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.108. São Paulo Oct./Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000400010&script=sci_arttext> Acesso em: 14 out. 2012.

⁹⁸ PINHEIRO, Lucí Faria. *Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010, p. 49.

em favor do mercado e da burguesia capitalista, ela busca, pelo despertar crítico dessas massas excluídas, formas de se opor a essas disparidades do capital. Desse modo, trata-se de uma nova maneira de deter a manobra capitalista de anular o discurso religioso e promover o político, de maneira a mascarar a realidade, enquanto o discurso religioso serve de analgésico, confortando e alienando os excluídos e oprimidos:

Quando se abandona o discurso religioso e hipertrofia o discurso político, se está de fato aceitando a apropriação que a burguesia fez do capital simbólico da fé e não enfrentando o desafio de desapropriá-lo. O discurso religioso deve ter o mesmo impacto libertador que o caracterizava na boca de Jesus e da comunidade cristã primitiva.⁹⁹

Tal crítica de Carlos Alberto Libânio Christo apoia-se na tentativa elitista de anular as ações populares de manifesto dos movimentos sociais, quando não atendem a seus interesses. Apoia-se também na ameaça, mesmo nos dias de hoje, de retorno da Igreja Católica ao conservadorismo e à neutralidade religiosa ante aos problemas sociais, abrigada na visão simplista de cotidiano. Por isso o movimento religioso de libertação rapidamente ganhou espaço na sociedade, pois se posicionou a favor das maiorias e tentou desvencilhar-se da minoria.

Por outro lado, profissionais e docentes “secularizados” influenciados pela corrente marxista das Ciências Sociais (principalmente pelo estruturalismo francês Althusser) não viam com bons olhos a Teologia da Libertação. Acreditavam que aderir ao movimento social em defesa de alguma causa pressupunha também transformar e desestruturar o problema em pauta e não apenas denunciá-lo e apontá-lo, alardeando movimentos populares sem apresentar soluções.¹⁰⁰

O movimento de Teologia da Libertação no Brasil logo perdeu força em meados dos anos 80, dado o enfraquecimento dos sindicatos e movimentos sociais defensores dos interesses da classe operária. Também foi determinante nessa derrocada o fato de as CEBs sofrerem descaracterização dos próprios ideais: elaboradas para dar voz ao oprimido (massas populares, classe trabalhadora), entraram num processo de abertura política que suscitou o

⁹⁹ CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. Disponível em: <<http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2012, p.13

¹⁰⁰ “A ‘sociedade justa e fraterna’, pregada pelos teólogos da libertação, antes identificada com a sociedade socialista, não parece mais possível. Ou seja, não é viável um unitarismo político, e os movimentos sociais buscam, cada vez mais, soluções ‘democráticas’ para todas as questões sociais, desde as econômicas até as ecológicas. Na Teologia da Libertação, essa mudança não se deu tranquilamente. Se o discurso necessitou mudar para acompanhar as transformações sociais, os problemas básicos denunciados não se alteraram. A ‘opção preferencial pelos pobres’ ganhou novos matizes, mas não novas soluções para os problemas da maioria da população.” Visto em: SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *Luta e perspectivas da Teologia da Libertação: o caso da comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo 1980 – 2000*. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde.../lutaeperspectiva.pdf> Acesso em: 1 out. 2012.

despertar da democracia. Isso levou ao atendimento parcial de certas demandas. Ocultamente, no entanto, essa democracia operou como aparelho repressor, já que as metamorfoses sociais do final dos anos 80 e durante a década de 90 forçaram os trabalhadores a segregar-se dos próprios interesses, individualizando a causa trabalhadora, não em prol do coletivo, mas para o sujeito.

As massas populares dos anos 80 se orientaram para a ilusão da democracia, mas as suas reivindicações sociais e econômicas se enfraqueceram e continuam se enfraquecendo, porque o peso das massas populares está diminuindo em todos os países da América Latina, inclusive no Brasil. As CEBs também sofreram o impacto deste enfraquecimento geral. A desindustrialização arrefeceu muito a força da classe operária, que cedeu lugar ao setor de economia informal. Neste mundo da economia informal, em que cada um se arranja por si, as CEBs se enfraqueceram, pois foram elaboradas para atuar junto às massas operárias.¹⁰¹

Com isso, as CEBs perderam seu principal objeto de defesa, de modo que essa classe individualizou a vida, buscando alternativas de amenização e satisfação das próprias necessidades. As CEBs se voltaram demais para a política partidarista e sofreram com as ofertas de outros grupos religiosos, principalmente os neopentecostais, que ofereciam o mesmo amparo que elas, porém de modo individual e personalizado.

Por fim, entendemos que o processo de secularização do Serviço Social se deu nas infrutíferas tentativas de conciliar a fundamentação da profissão com os preceitos religiosos, como no princípio da profissão. Dessa forma, no contexto latino-americano, o Brasil foi quem mais se destacou no movimento reconceituador, pois o rompimento com o conservadorismo permitiu engajamento maior na tentativa de buscar soluções para a questão social. Também permitiu que outros profissionais participassem desse processo emancipador: evento coletivo surgido juntamente com a efervescência do cenário social e político em grande parte da América do Sul, envolveu, além dos assistentes sociais, sociólogos, educadores, psicólogos e outros.

¹⁰¹ COMBLIN, Joseph. “*Expoente da ‘teologia da libertação’ confessa o fracasso das comunidades eclesiais de base*”. Entrevista concedida à Agência Boa Imprensa — ABIM. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm/idmat/B0F9D145-3048-313C-2ED4ED41E74C3C35/mes/Janeiro1993>> Acesso em: 5 jan. 2013.

2 RELIGIÃO, ASSISTENCIALISMO E SERVIÇO SOCIAL: ENTRE A IDEOLOGIA E O DISCURSO

2.1 O Que é o Assistencialismo?

O Serviço Social, no contexto religioso, encontrava-se em árdua batalha contra a pobreza, encarada como problema social e não mais como pecado individual. No entanto, sua prática de caridade e de filantropia também não dava respostas à altura da realidade social, cujo cenário era o das profundas consequências do capitalismo, como desigualdades sociais, má distribuição de renda e precárias condições de trabalho, além da crescente exploração da mão de obra.

A necessidade de sistematizar, teorizar e politizar o Serviço Social fez com que a prática da caridade e do ato de solidariedade se transformasse em um complexo problema operacional, ainda que não haja estudos aferidores dessa realidade. Em contrapartida, as ações paliativas de assistência resumiam-se a perpetuar a pobreza do indivíduo, o que atendia aos interesses políticos de determinada classe. Tal prática foi denominada assistencialismo.¹⁰²

Assim, considera-se assistencialismo a prática institucional de ações danosas à dignidade dos “clientes” atendidos. Tal condicionamento cerceia-lhes o acesso à cidadania ao torná-los dependentes das benesses recebidas em troca de favores. Ou seja, em troca do atendimento a suas demandas, eles têm de retribuir esse favor quando requisitados, principalmente no período eleitoral, quando o benfeitor deseja se manter no poder.

O assistencialismo, portanto, é uma forma equivocada de caridade, vinculada a interesses políticos e distante dos reais interesses da religião. Ele adentra a população a receber tais “benefícios” indiscriminadamente: o indivíduo excluído do mercado de trabalho recebe, por exemplo, uma cesta básica, sem acesso à sobrevivência sustentável.¹⁰³

Uma dessas marcas é a identificação da assistência com o assistencialismo paternalista e fundado em razões de benemerência. Sabemos que a atuação da rede

¹⁰² “O assistencialismo consiste na prestação de uma ajuda arbitrária, inconstante e vinculada a relações personalizadas entre aquele que “dá” e aquele que “recebe”, com ênfase na subordinação do ato de receber. Quem recebe fica devendo favor, fica obrigado a retribuir a doação numa oportunidade qualquer, com serviços, com lealdade ou com o voto de cabresto nas eleições.” Visto em: FALEIROS, Vicente de Paula. Coleção Primeiros Passos: *O que é Política Social?*. – São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 68.

¹⁰³ “Sua vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário dos homens em sua vida em sociedade, o que vem permitindo identificar a intervenção técnica com a ação voluntária. Constituída a partir de bases institucionais inspiradas em ações de rede filantrópica (instituições religiosas, entidades beneficentes etc.), apresenta marcas dessa forma de estruturação que resistem a inovações e mudanças.” Visto em: YASBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2006, p. 50-51.

privada no campo da assistência à pobreza remonta às origens de nossa sociedade e que, ao ser regulamentada pelo Estado, configura-se como uma relação cartorial que se efetiva a partir de registro e cadastramento para a obtenção de subvenções e auxílios técnico-financeiros. Esta relação é muitas vezes permeada pelo favoritismo na distribuição das “benesses” do Estado.¹⁰⁴

O assistencialismo pauta-se por ações institucionais de assistência prestada pelo Estado, visando sempre um objetivo das classes dominantes, interessadas na permanência no poder: a recompensa é o agradecimento sempre ao benfeitor no pleito eleitoral.

Quando o assistencialismo se articula à máquina do Estado, os “doadores” se utilizam dos recursos públicos para construir seu reduto privado de clientes, aparecendo como beneméritos, protetores, benfeitores. Controlam os benefícios concedidos e os próprios beneficiários, configurando-se clientelismo político. Com esse mecanismo, o autoritarismo é “esquecido” pelos subalternos, que, despojados, não tem a quem recorrer nos momentos de mais aperto a não ser ao doador.¹⁰⁵

Tendo em vista tal prática como cortina de fumaça da realidade, à guisa de curativo superficial aplicado à profunda chaga da pobreza, o Serviço Social foi aos poucos se adequando à emergência de medidas políticas, sendo as práticas assistencialistas aos poucos refutadas pelos próprios assistentes sociais, juntamente com o incômodo rótulo da “mocinha da caridade”, que “assiste o social” e “cuida dos pobres com cestas básicas e leite em pó, dentre outros”.

Além disso, cabe aqui assinalar que “o Serviço Social há muito foi retirado do registro assistencialista pelos seus estudiosos e militantes, que o situaram acertadamente no terreno da política”.¹⁰⁶

Esse cenário só foi possível com a sistematização do pensamento do Serviço Social e a profissionalização de suas práticas. Com a crescente consciência política quanto à “manutenção” da pobreza ou extensão dos chamados “direitos sociais”, ficou cada vez mais patente que “[...] o assistencialismo significa sempre o cultivo do problema social sob aparência da ajuda.”¹⁰⁷

Nessa perspectiva são praticamente negados os elementos constitutivos de uma política pública, visto que esvazia os conflitos disfarçados sob a cordialidade e sentimentos de dependência e lealdade que atrelam representantes e representados. Os bens e serviços públicos são mais acessíveis àqueles que traduzem mediante a lealdade e o voto, seu agradecimento ao representante com quem se identificam, sendo a assistência social, nesse sentido, esvaziada de seu sentido político.¹⁰⁸

¹⁰⁴ YASBEK, 2006, p. 50-51.

¹⁰⁵ FALEIROS, 2004, p 68-69.

¹⁰⁶ BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra Reforma Desestruturação do Estado e Perda de Direitos*. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

¹⁰⁷ DEMO, Pedro. *Política Social, educação e cidadania*. – 6 ed. – Campinas: Papirus, 2003, p. 30.

¹⁰⁸ ARAUJO, Cleonice Correia. *O clientelismo na política de assistência social: determinantes históricos e tensão entre rupturas e continuidades*. Disponível em: <http://www.gaepf.ufma.br/producao_cientifica/download.php?id=244> Acesso em: 12 maio 2012.

Entretanto, um dos maiores equívocos em discussões sobre assistência e assistencialismo é generalizar as práticas benevolentes como ações interesseiras atreladas a qualquer tipo de autopromoção. O que é de fato o assistencialismo? Padres, pastores ou pais de santo que promovem campanhas de doação de agasalhos, alimentos não perecíveis e eventos, visitas às famílias excluídas do mercado de trabalho e do sistema capitalista? Todo esse *script* visa à autopromoção como agente social, tendo em vista lançar-se a candidato a cargo político e contar com essas mesmas famílias beneficiadas?¹⁰⁹

Não se podem identificar todas as ações solidárias com as ações partidárias, como se faz hoje. O Serviço Social pode estabelecer nova aliança ou reaproximação com a religião, de modo que ambos se constituem e ao mesmo tempo mantêm fundamentos e diretrizes centrais, sem descaracterizar ou desmerecer conquistas e lutas. Por essa razão, o voluntariado é severamente criticado pelo Serviço Social:

[...] a ação voluntária costuma ser criticada no serviço social por três razões principais: 1. os voluntários foram vistos como agentes que desqualificavam a profissão e que contribuíam para o seu baixo status, uma vez que estes agiam em funções e áreas semelhantes as dos assistentes sociais; 2. o voluntariado, principalmente associado à religião, foi também vinculado a uma imagem do assistencialismo, pela ausência de requisitos profissionais para ação e por operarem projetos paliativos; 3. com o crescimento do "terceiro setor" no Brasil, a ação voluntária foi vista como uma forma de incentivo às políticas neoliberais e à redução do Estado.¹¹⁰

Nem mesmo o Terceiro Setor, marcado por forte participação da sociedade mobilizada em atos de altruísmo e solidariedade e campo fértil para atuação do assistente social e expansão do conhecimento científico, escapa às duras críticas de autores fiéis ao legado marxista. É imprescindível, portanto, discernir entre assistência e assistencialismo. A prática religiosa da caridade não significa assistencialismo e nem caracteriza prática nociva na vida do assistido.

Muitas vezes, as instituições religiosas cumprem papéis em que o Estado se omite, sem, contudo, estimular os “beneficiados” à dependência ou à mendicância espontânea.

¹⁰⁹ “A proliferação de centros sociais com nomes de políticos e a criação de entidades filantrópicas ligadas às igrejas, que funcionam basicamente com recursos humanos e financiamentos de agências governamentais, indicam que muitos são os caminhos para a troca de votos”. Visto em: MACHADO, Sergio Bacchi. *A ideologia de Marx e o discurso de Foucault: convergências e distanciamentos*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/04.pdf>> Acesso em: 30 maio 2012.

¹¹⁰ SIMOES NETO, José Pedro. *Religião e política entre alunos de Serviço Social (UFRJ)*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872007000100009&script=sci_arttext> Acesso em: 13 abr. 2012.

O trabalho social nessas instituições visa a que o usuário desses serviços alternativos busque o mesmo objetivo que pretendem as políticas públicas: o empoderamento do sujeito como cidadão:¹¹¹

O **objectivo** do *empowerment* é fortalecer em direitos e em participação, grupos, pessoas ou populações sujeitos a discriminação e exclusão, e por outro lado, fiscalizar os poderes estatais e os grandes interesses económicos, e lutar contra a opressão. Pretende favorecer a efectiva participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural, e uma distribuição mais equitativa dos recursos.¹¹²

Podemos apontar que traços históricos marcantes desde o descobrimento do Brasil, no mesmo contexto de outros países latino-americanos colonizados, percebendo profundas falhas na formação sociopolítica.

Por vários séculos, até se tornarem nações ou Estados independentes, esses países careceram de uma formação societal calcada na participação social ativa e tampouco de um pensamento coletivo democrático. Assim, sua submissão aos países colonialistas formou uma sociedade hierarquizada acrítica e apolítica, cuja base era a exploração da mão de obra escrava. A abolição da escravatura no Brasil só se deu por completo um ano antes da Proclamação da República, em 1888. Além disso, serviços públicos considerados hoje universais de direito, na época da abolição da escravatura restringiam-se unicamente à nobreza ou aos fidalgos proprietários de grandes terras e fazendas (os senhores de engenho). Essa realidade pôs a população à mercê de governos corruptos e oligarquias que ignoravam os problemas sociais, bem como qualquer cenário adverso.¹¹³

Praticamente a assistência social era minimamente prestada, na forma de sobras da nobreza e de seus dependentes. Também podemos levar em consideração que a questão social brasileira sempre foi tratada como caso de polícia, com forte repressão do Estado a fim de

¹¹¹ Por empoderamento ou *empowerment* entendemos o movimento iniciado nos fins dos anos 70 e durante toda a década de 80 pelo Serviço Social como metodologia de trabalho com os indivíduos, auxiliando-os através de ações educativas a tornarem-se independentes e emancipados do estado de dominação e submissão de ordem econômica, social, política e cultural. Essa metodologia ganhou notoriedade no Brasil a partir da influência de Paulo Freire no Serviço Social. Esse autor trabalha com o processo de conscientização em busca do rompimento com os laços de dependência do opressor e repressor e da consciência da realidade contraditória em que se vive. No Serviço Social, Vicente de Paula Faleiros foi quem mais trabalhou com o conceito do empoderamento nas literaturas do Serviço Social. Para Faleiros, “o assistente social deve inserir as suas intervenções num movimento de mudança social, tomando o partido dos grupos desfavorecidos a fim de serem alteradas as estruturas causadoras de injustiça e desigualdade”, fortalecendo o indivíduo ao retirá-lo parcialmente da segregação dos seus problemas.

¹¹² FAZENDA, Isabel. *Empowerment e participação: uma estratégia de mudança*. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.pdf>> Acesso em: 8 nov. 2012, p.02 grifo da autora.

¹¹³ “A assistência social, na sociedade brasileira, emerge sem referência pública, visto que a Igreja Católica não referenda o público, assim como os ‘senhores poderosos’ na realização de ações protecionistas. De forma que ao ser assumida pelo Estado – herdeiro da estrutura patriarcal, a assistência social se afirma por um padrão tutelar, caritativo. No âmbito de um sistema profundamente desigual, como o capitalismo brasileiro, a assistência social, como ação estatal, configura-se num mecanismo de enfrentamento da pobreza, restringindo-se ao caráter compensatório das desigualdades geradas pela dinâmica da acumulação de capital, a qual implica no agravamento da questão social.” (ARAUJO, 2011)

camuflar sua natureza limitada e ocultar dados da realidade social, bem como manipular a favor de seus interesses, repetindo o erro britânico da Lei dos Pobres. Como esses problemas eram ignorados pelos políticos interessadas apenas em sua restrita “clientela” (eleitores que os conduziam ao poder), rebaixou-se a dignidade das grandes massas populacionais, aproveitando-se seu desconhecimento e pensamento acrítico, lacuna oriunda da ausência de movimentos anárquicos. Essas massas populacionais elegiam as ações assistencialistas como dádivas de agentes divinos, justamente porque o Estado, sempre ausente, não atendia nem reconhecia o direito à cidadania das massas.¹¹⁴

Aos fatores políticos externos que atendem a interesses pessoais de minorias poderosas e ricas, sobretudo do próprio capital em comum, somou-se a ação dos “coronéis”. O coronelismo foi quem mais difundiu as práticas assistencialistas em regiões pobres, principalmente no Nordeste brasileiro. A consequência direta foi o agravamento de muitos problemas sociais, como o desemprego, a pobreza absoluta (fome, miséria, falta de saneamento básico nas cidades...), o analfabetismo, a indigência e muitas outras expressões da questão social.

Cabe aqui, nos limites do tema, debater o assistencialismo no âmbito religioso. Pelas próprias limitações de recursos e pelo raio de ação e intervenção, suas ações voltam-se a públicos-alvo restritos e suas práticas são fortalecidas pelas ações voluntárias de seus membros. Além disso, mesmo que a ação religiosa se mostre em grandes manifestações de solidariedade em grandes catástrofes e pela comoção individual em casos explícitos de fragilidade, não podemos ignorar a importância da religião ou demonizar a participação das igrejas (católicas ou protestantes) e de outras religiões como espíritas, orientais e outras no trato da questão social. Afinal, a influência dos sistemas religiosos vigentes promove transformações psicológicas nos indivíduos, de tal forma que ele inicia seu processo de empoderamento sob inspiração induzida, na busca de algo que lhe traga equilíbrio.

Assim, condenar a religião ou julgar suas ações filantrópicas e solidárias, abominando-as, é atestar a própria incompetência, já que, seguindo teorias da Ciência Política, o Estado é formado pelos cidadãos de determinada nação. Eleger culpados para os problemas sociais, propor ações inviáveis e abrir “fogo amigo” contra aliados é sustentar como certo o errado. A arrogância e a prepotência marxista do Socialismo individualizam os problemas macrossociais, produzindo indivíduos egocêntricos e sacralizando a figura do Estado como senhor supremo, libertador e conciliador dotado de todas as soluções. Por outro lado, incorre-

¹¹⁴ A pessoa em estado de extrema pobreza, sem perspectiva e esperança, se apóia em ações de solidariedade direcionadas, e daí se torna mais dócil e passiva.

se em outro erro grave ao atribuir todos os problemas ao Estado, objetivando desarticulá-lo ou destruí-lo.

Entende-se que “as políticas sociais servem ao interesse das classes dominantes, mas também ao interesse das classes dominadas enquanto contemplam, embora parcialmente, as suas necessidades”.¹¹⁵ Nesse viés, o assistencialismo vincula os interesses das classes dominantes e do Estado. Marginalizado, o assistencialismo é tratado como ferramenta covarde de maus políticos e governos corruptos, que expropriam a autonomia do indivíduo, fragilizando a pessoa humana e tratando-a como mero acaso ou utopia socialista.

2.2 O Que é ideologia?

O conceito inicial de ideologia seguiu o significado fiel da palavra: o estudo das idéias embasado somente nas próprias idéias. Sua “descoberta” deve-se ao pouco conhecido filósofo francês Destutt de Tracy e seu significado inicial no fim do século XVIII “[...] se reportava à fundação de uma ciência da gênese das idéias, que no final das contas teria como objeto as próprias idéias”.¹¹⁶ Após essa “descoberta”, o conceito de ideologia proposto por De Tracy foi rapidamente ultrapassado por várias correntes filosóficas e retomado décadas depois, a ponto de a noção inicial ser descaracterizada e tornada obsoleta. A corrente filosófica que mais trabalhou com a ideologia e foi mais aceita depois de (re) formulada foi o marxismo.

A ideologia a que se refere Karl Marx é um tanto vaga em sua definição, não havendo como fixar seu lugar. Foi necessário, para tanto, aguardar os estudos de “discípulos de Marx” (Antonio Gramsci, Louis Althusser, Lenin e outros) e críticos da visão marxista da ideologia. Usaremos os preceitos marxistas para explicar a ideologia, tendo em vista o escopo de nosso estudo.¹¹⁷

Em Marx, a melhor maneira de entender a ideologia é comparar a sociedade a um edifício: a infraestrutura social são as relações que envolvem direta e indiretamente o capital

¹¹⁵ ALAYON, 1995 p.50

¹¹⁶ PESSOTO, Umberto Catarino; SOBREIRA, Antônio. *Mídia e ideologia: uma leitura crítica*. In: Revista Formação. FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente, nº14 volume 2, 2007, p. 61-69 disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/7_pessoto_e_sobreira.pdf> acesso em: 24/04/2012 às 07:32hs, p.61

¹¹⁷ “Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformadora da realidade que se dá através da ideologia dominante: as idéias das classes dominantes são as ideologias dominantes da sociedade.” Ver em: LÖWY, Michael. *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 7.ed. – São Paulo: Cortez, 1991, p.12

(entendido aqui como aspecto econômico), a partir do qual se exercem as forças produtivas e as relações de produção. Já a superestrutura são os andares edificados sobre essa base. Os métodos de construção social desse “edifício” são a instância jurídica e política e a ideologia: “Esta metáfora espacial tem pois como efeito afectar a base de um índice de eficácia conhecido como nos céleres termos: determinação em última instância do que se passa nos andares (da superestrutura) pelo que se passa na base econômica.”¹¹⁸. Daí sintetizando o trabalho de Marx acerca da ideologia, verifica-se que:

“[...] o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real. Mais tarde, Marx amplia o conceito e fala das forças ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma consciência da vida real. Ele as enumera como sendo a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas políticas, etc.”¹¹⁹

Esse foi o marco inicial do estudo da ideologia. Em primeiro plano, veremos que em Louis Althusser a ideologia é aplicada por representantes das classes dominantes sobre a massa de classes dominadas. Essa coerção não é aplicada pela força bruta e sim mediante a articulação e coordenação de palavras num conjunto coesivo, capaz de reproduzir efeitos de submissão da classe subalterna à ideologia dominante “e uma reprodução da capacidade de manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também pela palavra, a dominação da classe dominante”¹²⁰.

Os representantes de classes dominantes são francos conhecedores da ideologia, mas seu conhecimento e uso não se restringem a eles. Althusser, embora afirmasse que as classes dominantes detêm exímio conhecimento da ideologia, usando-a no seu interesse, não as especificou nem nomeou. Situou-se a figura política do Estado como intermediador dessas classes, cujos papéis poderiam ser invertidos, não se denominando *a priori* burguesia e proletariado.

Esses agentes são denominados por Althusser como Aparelhos Ideológicos do Estado ou “AIE”, inseminadores de várias modalidades de ideologia destinados a atender os interesses de seus detentores (o Estado, diretamente, ou por meio de instituições por ele subsidiadas). Sendo assim, são denominados AIE, de acordo com Althusser:

- O AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas);
- O AIE escolar (o sistema de diferentes escolas públicas e particulares);
- O AIE familiar;
- O AIE jurídico;

¹¹⁸ ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Coleção Biblioteca Universal Presença, vol. 10 – Lisboa: Editorial Presença, 1980.

¹¹⁹ LÖWY, 1991 p. 12

¹²⁰ ALTHUSSER, 1980, p. 21-22.

- O AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos);
- O AIE sindical;
- O AIE da informação (imprensa, rádio, televisão, etc.);
- O AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.).

Em cada um desses AIE, a ideologia se aplica a um público-alvo, de modo a responder prontamente por uma realidade social propriamente dita. Lenin entende a ideologia como “qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais” ou “simplesmente qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe”.¹²¹ A ideologia leninista abandona o sentido negativo estudado por Marx, atrelando esse conceito, em igual medida, tanto à classe burguesa como à classe proletária.

Vimos até aqui um pequeno esboço da ideologia, ressaltando-se que ela se aplica à sociedade por um agente detentor do conhecimento ideológico. Adiante exporemos como a ideologia é aplicada e recebida na sociedade em geral, bem como os requisitos necessários para determinada ideologia ser aceita na sociedade, já que nem todas são aceitas e nem todas duram muito tempo.

Primeiramente, toda ideologia deve ser aceita e difundida de acordo com sua aplicação. O Marxismo pode ser considerado ideologia, não pelo sujeito individual de Marx como falante e propagador das idéias, mas pela forma como ele construiu seu discurso. Aperfeiçoando o estudo da infraestrutura e da superestrutura, Antonio Gramsci chamará os agentes representantes das classes dominantes de Althusser de intelectuais, aplicando-se pela hegemonia a ideologia na direção moral e intelectual da sociedade: “[...] onde a dominação “física” e corpórea é auxiliada pela instauração do consenso. O poder de coesão, conectado ao consenso, constituiria o predomínio de uma visão social de mundo e de convívio social”.¹²²

Gramsci sinaliza que para aplicar a ideologia não é necessária a força repressiva e coerciva, e sim a consciência crítica desenvolvida por um conjunto de ideologias hegemônicas, que auxiliarão em sua adesão em uma sociedade (aqui, exemplificamos com um caso em que a ideologia já aplicada a uma sociedade é combatida por uma ideologia contrária e crítica à existente), exatamente porque elas derivam de instituições ou “intelectuais” influentes: “Por isso, é necessário conhecer exatamente o modo de pensar e a ideologia destes intelectuais para melhor entender sua organização de hegemonia cultural e moral, a fim de

¹²¹ LÖWY, 1991, p. 12.

¹²² SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. *Gramsci e a comunicação: A mídia como aparelho privado de hegemonia*. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/26_rafael_bellan.htm> Acesso em: 29 abr. 2012.

destruí-la ou assimilá-la.”¹²³ Mas destruir a ideologia, tanto quanto assimilá-la, não é tarefa fácil, principalmente quando carregada por um dado conceito discursivo.¹²⁴

Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito e a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não discursiva, e assim por diante.¹²⁵

Não é possível equiparar os conceitos de ideologia e de discurso, com mútua justificação. O que se pretende é chegar a uma ponte entre a ideologia e o discurso como elementos que se aceitam dentro de suas peculiaridades conceituais através da história. “Para Pêcheux, a concepção de língua como instrumento de comunicação é muito restrita, porque acredita que a língua está em constante relação com a ideologia e com a história”.¹²⁶ Assim, optaremos pela abordagem da ideologia pelo viés da análise do discurso, nem tanto pela sua aplicação nos dias de hoje, mas por essa corrente de pensamento se aproximar mais de nosso objeto de estudo nesta pesquisa. Quando afirmamos que determinada ideologia necessita de uma linguagem aceita pelo meio social, recorreremos à necessidade de um ordenamento sociolinguístico denominado discurso:

Para Foucault, a clássica questão da relação do “pensamento” com as “coisas” é deslizada e transfigurada pelo conceito de formação discursiva. Com efeito, a enunciação é tomada agora não como uma expressão mais ou menos deturpada de um pensamento que a sustente, mas como o ato de inserção do sujeito em uma instituição que o domina. O discurso, desse modo, invade a realidade, sendo a um só tempo dispositivo social e representação.¹²⁷

O aceite da ideologia pode ser intermediado pelos signos contidos em um dado discurso, ou pela linguagem que permite a uma ideologia ser aceita ou assimilada, como afirma Gramsci. A ideologia precisa de uma linguagem ou de um conjunto de signos identificados pelo meio social como um todo. Nessa perspectiva, a ideologia se materializa no discurso de maneira que a existência de ambos liga-se intrinsecamente ao sujeito, ou seja, alguém tenta empregar a ideologia pelo discurso:

Partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux

¹²³ GRAMSCI, 1982, p. 101.

¹²⁴ [...] pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: a assim chamada “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e a “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Visto em: GRAMSCI, ANTÔNIO. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p.10-11.

¹²⁵ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 1. reimp. Brasília: Editora UNB, 2008, p. 91.

¹²⁶ PETRI, Verli. *Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60*. Disponível em: <http://www.ufsm.br/corpus/txts_profes/Verli_expressao.pdf> Acesso em: 30 maio 2012.

¹²⁷ MACHADO, 2006, p.70

(1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia; o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.¹²⁸

Considera-se aqui o agente instrumentalizador da ideologia pelo discurso cotejando essa sua condição com a sua posição discursiva, em que o sujeito situado num espaço qualquer é interpelado como tal, naturalizando evidências capazes de sustentar as bases retóricas e os sentidos no discurso. Tais bases são subsidiadas pelas formas de linguagem, ou seja, nenhuma ideologia assume teor valorativo sem que nela seja embutida uma forma de linguagem viabilizadora da consistência do enunciado. “Mais do que uma análise do texto serve como guia das ações humanas, pois procura desmistificar os discursos, decifrando as ideologias nele presentes, promovendo conscientização e emancipação”.¹²⁹

Nesta discussão, cabe situar também a importância da própria língua como subsidiária de uma ideologia quanto à sua influência no meio social. Assim sendo, por meio da língua é possível veicular uma ideologia a ser aceita na sociedade, já que nesse contexto “a língua, portadora de valores culturais e ferramenta essencial de intermediação das atividades sociais, pode ser tanto um instrumento de inclusão quanto de exclusão, de coesão de uma sociedade quanto da sua divisão”.¹³⁰

Assim, com o esboço desse conceito, chegamos ao final desta discussão, para, em seguida, buscar identificar as ideologias presentes e dominantes no Serviço Social. Consideramos que a ideologia mais refutada influi fortemente no meio, seja pelos processos sociais das relações humanas através dos signos da linguagem, seja pelo processo gerador de enunciados retóricos hegemônicos, traduzido na dominação em determinado campo científico, pois suas objeções estarão sempre a serviço do emissor.

Dessa forma, a cultura orientará ideologicamente as relações sociais e subsidiará as ideologias hegemônicas e periféricas retratadas no contexto social.

¹²⁸ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007, p. 17.

¹²⁹ BARROS, Genize Molina Zilio. *Ideologia e Argumentação no Artigo de Opinião*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlc/enil/pdf/50_Genize_MZB.pdf> Acesso em: 26 maio 2012., p.01

¹³⁰ LEIRO, Eliana Maria Virgili Filgueiras. *Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de língua estrangeira e a formação de alunos críticos: a lacuna entre a teoria e a prática*. In: GUIMARÃES, Eliana. **Texto e discurso: confluências**. – São Paulo: Editora Mackenzie, 2008, p. 153.

2.3 As Ideologias do Serviço Social e a Religiosidade nas Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo anno*

Conforme já estudado, as encíclicas papais embasaram os referenciais do Serviço Social tutelado pela Igreja Católica, especialmente as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Sintetizaremos aqui o que se entende como ideologia do Serviço Social nessas encíclicas.

Começemos pela análise do cuidado adotado pelos autores da disciplina em traçar as possíveis ideologias do Serviço Social. De fato, o ideário próprio do Serviço Social se ampara no pensamento da assistência, atribuindo-se-lhe equivocadamente o caráter de ideologia discursiva, em vez de ideologia pragmática (prestar assistência e fazer o assistencialismo) sempre remetida à religião, em especial à Igreja Católica, como difusora dos interesses burgueses, tendo em vista o conservadorismo presente na história da profissão. A superação da maneira errônea de prestar assistência e praticar caridade nada tem a ver com a superação do Serviço Social confessional e conservador, mas depende da distinção entre ambos.

Qualquer assistente social pode seguir (quando houver) sua tendência conservadora, mas ele mesmo não pode justificar práticas profissionais embasadas em sua vertente conservadora, ao responder profissionalmente.

Como já foi dito aqui, o conservadorismo é muito negado e criticado pelos defensores do atual modelo profissional e a manutenção dos preceitos religiosos torna o conflito entre as alas conservadora e reconceituadora insolúvel. Como não há acordo, suas práticas trilham caminhos autônomos e contrários, com mútuas críticas e ataques ideológicos.

No entanto é inegável que a legislação atual não convive mais com o que pensava o conservadorismo acerca da questão social. Sua evolução ressaltou a importância dos direitos sociais e o fortalecimento do estado laico, mas ainda temos uma formação profissional alheia a certos aspectos religiosos, sociais e culturais dos futuros assistentes.

Mesmo quando esses profissionais inserem-se no campos de trabalho, sua visão religiosa de mundo ainda lhes determinam as ações de solidariedade e caridade do cotidiano, que acabam violando direitos sociais dos usuários com o assistencialismo nas instituições.

Assim, a formação profissional entra em crise especialmente quando a práxis profissional do assistente social destoa da teoria acadêmica. O excesso de criticidade ao

sistema capitalista não ganha os mesmos ares no contexto pragmático, e mesmo ao nível do saber científico, são poucas as obras voltadas para a realidade profissional do assistente social.

A formação acadêmica prima pelo profissional intransigente e fiel aos ideais assumidos pelo Serviço Social secularizado, mas esse profissional é visto como fundamentalista político, partidarista e dificilmente se insere nos campos de trabalho sem abrir mão dessa “nova” identidade. Ou se torna um profissional flexível ideologicamente, desdenhando da criticidade aprendida, resguardando-a para si ao aceitar o comportamento acrítico, como os profissionais dos primórdios do Serviço Social, em defesa da permanência no trabalho. Acredito que a válvula de escape para essa situação seja o campo científico, que evitamos, temendo danos à carreira profissional.

Fica o desafio do Serviço Social da contemporaneidade: conciliar teoria e a prática em uma realidade de contradições (o assistente social é um cidadão comum, um trabalhador vendendo sua força de trabalho e dotado da mesma necessidade de qualquer outro trabalhador) em que sua intransigência na defesa dos direitos do cidadão é mal vista pelos empregadores, e mesmo assim cobrados pelos conselhos regional e federal de Serviço Social. Então, o que fazer?

Desconstruir a ideologia marxista na profissão ou associá-la às ideologias existentes, conciliando a religião com o marxismo, talvez fosse o caminho a ser adotado a curto prazo, em meio à ameaça do movimento neoconservador ascendente. Não me situarei favoravelmente a essa desconstrução antes sem que o contexto da profissão seja analisado e pensado cuidadosamente.

Conforme já dito, nem mesmo a legislação atual confere subsídios diretos ao retorno do pensamento conservador. Seria inconcebível, portanto, que o Serviço Social não efetivasse sua própria evolução, tanto como profissão quanto como disciplina científica, diante de uma sociedade cada vez mais dinâmica e complexa.

O que não se sabe ainda é quem de fato é o alvo das críticas: se a prática da caridade ou o oportunismo das classes dominantes no trato da caridade. Apenas vemos uma crítica com o significado intrínseco da famosa frase de Marx – “A religião é o ópio do povo” – como se as ações religiosas fossem responsáveis por todos os problemas sociais, quando Igreja e classe trabalhadora são vitimadas pelo mesmo sistema gerador de exclusões. É essa a ideologia presente no Serviço Social diante da doutrina religiosa das encíclicas papais. Por isso apontamos aqui como divisor de águas para a secularização do Serviço Social a rejeição da religião em qualquer discussão ou geração de conhecimento científico.

Na verdade, o que querem esses autores é justamente legitimar a importância do Serviço Social em detrimento da religião, como se esta se estagnasse no tempo, incapaz de evoluir. Ao pensarmos no Serviço Social como gerador de ações caritativas das igrejas, por exemplo, logo nos deparamos com o argumento de que retornamos ao passado, ao atraso profissional, ou denegrimos a imagem do assistente social secularizado. É forte o preconceito contra o trabalho conjunto de Serviço Social e religião, qualquer que seja o sistema religioso. À primeira vista, enxergam essa parceria como consolidação do assistencialismo e fortalecimento ideológico do pensamento apolítico e acrítico.

O estudo das encíclicas descritas aqui presume que hoje paulatinamente o Serviço Social parece retornar aos primórdios. A profissão vem sendo exaustivamente bombardeada por publicações científicas que não justificam claramente as razões da cisão com a igreja, com a religião ou com o dogma religioso sem uma explicação convincente além do estigma do neoconservadorismo.¹³¹

Algumas igrejas e instituições religiosas empregam assistentes sociais e as práticas desses profissionais, mesmo inseridos na filosofia cristã, não descaracterizam nem deslegitimam a sua práxis profissional, exatamente porque essas instituições seguem os princípios e diretrizes das políticas públicas e não restringem o cumprimento do Código de Ética do Assistente Social:

Os assistentes sociais são atores privilegiados para estimular a reflexão crítica e engajamento político dos usuários de seus serviços. Esta potencialidade deixa de existir à medida que os próprios assistentes sociais não são capazes de materializar seus ideais em uma práxis transformadora, que necessariamente deva passar pela consolidação dos direitos de cidadania garantidos em lei. A luta da categoria precisa incidir sobre a conotação que a assistência social assume na atualidade. A conjuntura reclama a necessidade da produção de novos conhecimentos na academia, não desvinculados da ação prática, que rompam com o atual modelo, como no episódio da elaboração da LOAS. Estes esforços se colocam como um imperativo para o assistente social, por ser ele o profissional que possui o saber técnico para arremeter tais ações e ter o compromisso ético político em contribuir para a transformação societária, princípio do Serviço Social maduro.¹³²

¹³¹ Em seu livro *Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro*, Josiane Soares Santos faz um inteligente estudo apontando as falácias do pensamento conservador na profissão, de modo que, ao apontar para a vertente do neoconservadorismo pós-moderno, preocupa-se antes de tudo com o retorno da profissão, não somente ao pensamento conservador de origem, mas à dependência metodológica do Serviço Social norte-americano (hoje como trabalho social ou o *social work*) destituindo a brasilidade do Serviço Social e a autonomia conquistada com o movimento de reconceituação. No entanto, essa autora admite que “mesmo com todos os desenvolvimentos que teve até o presente momento, não seja suficiente para apagar vestígios do conservadorismo do campo do Serviço Social (defendi mesmo que este, alias, não é o seu objetivo), *ela contribuiu para o esclarecimento das relações entre esse e o pensamento conservador*, na medida em que desvendou o componente – este sim, intrínseco da profissionalidade do Serviço Social - da divisão sócio – técnica do trabalho” visto em SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

¹³² OLIVEIRA, Leonardo Simplício Lima de. *A ideologia da assistência: autonomia ou amortecimento?* Disponível em: <<http://web.intranet.ess.ufjf.br/monografias/102002790.pdf>> Acesso em: 17 maio 2012, p.54

Percebe-se nessas palavras a nítida preocupação da ala marxista quanto à perda do “prestígio” do Serviço Social, adquirido após a cisão com a igreja. Naturalmente, a ideologia do sistema capitalista e o renegado pensamento neoliberal transformam essa batalha no campo científico em descaracterização teórico-metodológica do Serviço Social, quando analisamos a sua prática profissional.

Seria esse um rumor de fracasso no processo de secularização do Serviço Social? Ou seria a resposta da verdadeira práxis profissional vivenciada nos campos de trabalho omitida nas literaturas profissionais? Ou melhor, se os autores assistentes sociais afirmam não haver ideologias próprias no Serviço Social, quem apóia fielmente essa afirmação?

As ideologias do Serviço Social, antes nem estudadas nem levantadas, têm na própria questão social um enunciado ideológico característico do pensamento marxista na contemporaneidade. Assim, se sujeitam à defesa de um discurso sustentado nas mazelas da dominação do capital e da exploração excedente da força de trabalho, gerando o sobrelucro ou a mais valia para os detentores dos meios de produção.

Mas essa neutralidade ou omissão do Serviço Social em definir sua ideologia ou esclarecer a influência ideológica – se marxista ou não – acaba promovendo o questionamento dessa neutralidade, no sentido de se descobrir a quem ela interessa.

Assim sendo, critico a maneira como o Serviço Social aborda a manutenção da solidariedade das instituições religiosas, citando-as como prática desabonadora e rejeitando seu passado de lutas contra o regime burguês e suas vicissitudes (clientelismo, assistencialismo e outros), marcando o resgate do passado benemerente e assistencialista da profissão:

Essa ideologia proclama a futilidade (de fato, o caráter contraproducente) da solidariedade: de juntar forças e subordinar ações individuais a uma “causa comum”. Ela ridiculariza o princípio da responsabilidade comunal pelo bem-estar de seus membros, depreciando-o como uma receita para um enfraquecedor “Estado-babá” e advertindo contra a preocupação com o outro, que levaria a uma repugnante e detestável “dependência”.¹³³

Já que não há ideologias claras e óbvias cristalizadas no Serviço Social, a própria secularização da profissão como fonte de conhecimento científico já responde pela exigência indicada pelos próprios estudos marxistas quanto à ideologia e seus seguidores, através do discurso de oposição ao binômio capitalismo/neoliberalismo, cujo foco da realidade brasileira

¹³³ BAUMAN, Zygmunt. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 118.

estaria acordo com possíveis vetores na temática do mundo do trabalho, justificando a necessidade de análise a partir do processo antagônico e dialético das relações sociais.¹³⁴

Os gêneros discursivos encontrados nas literaturas do Serviço Social indicam a intenção de mascarar a realidade com base no fatalismo exaustivo aplicado em grande parte de sua produção científica, camuflada em um contexto de perpétua ausência do Estado, permitindo o esmagamento da classe trabalhadora, obrigada a se submeter ao grande capital e expropriada da emancipação e da autonomia, princípios de cidadania e soberania inerentes ao homem:

[...] a noção de gênero discursivo reenvia, em termos operacionais, a um estudo do uso, (dimensão pragmático-social), da forma (dimensão lingüístico-textual) e do conteúdo temático dos discursos (dimensão temática/macroestrutural) materializados na forma de texto. Em suma, para se depreender a natureza do gênero discursivo, as entradas a serem feitas no texto (aqui tomado como a unidade de análise) hão de contemplar todas as dimensões que o constituem, caso contrário, se apenas iluminar uma delas, deixando as outras à sombra, neutralizando-as, pode-se correr o risco de lidar com outra realidade lingüística e aí criar outro objeto de estudo.¹³⁵

As obras científicas que espelham um Serviço Social mais contemporâneo, herdeiro da ruptura com a perspectiva conservadora e aderente à perspectiva secularizadora, parecem não encontrar solução para certas discrepâncias entre a perspectiva teórica e a realidade.¹³⁶

Assim sendo, no período em que as encíclicas foram empregadas e mesmo poucos anos depois, o Serviço Social sempre se viu incomodado com o cariz assistencial pregado por esses documentos, exatamente por entender que sua natureza humanitária não daria conta de realidade tão complexa, considerando ingênuo e simplista englobar todos os problemas sociais. Esse campo de estudos criou o contexto de questionamentos sobre a Doutrina Social Católica – sua eficácia ante o desprezo do processo de transformação da sociedade e a desconsideração do processo de mundialização do capitalismo através do processo de globalização.

Dessa forma, a negação de uma ideologia própria aponta para uma possível discordância científica entre teoria e prática, tendo por consequência possíveis (des) caminhos na profissão, o que retira da pauta de debate determinados assuntos ou os camufla, semeando dúvidas e questões sem resposta clara e convincente. Afinal, para que encarar a religião como

¹³⁴ A exemplo da essência da filosofia marxista, identificadora do marxismo como elemento próximo da discussão acerca do trabalho, ao “desvendar” o capitalismo e estabelecer a teoria segundo a qual as relações sociais de classes são estabelecidas na relação homem x natureza nos processos de trabalho, sistematizando a prática humana de interação consigo mesmo e com a natureza, assim nasceram os processos de trabalho e os modos de produção.

¹³⁵ SILVA, 1999, p.13

¹³⁶ Afinal, se o assistente social é esse agente revolucionário da transformação social, contribuindo para a degradação de um sistema excludente, desarticulando-o teoricamente, por que não temos na prática essa ação transformadora?

inimigo fervoroso, desprezando e rechaçando um tratado de cooperação mútua? Podemos chegar à conclusão de que o Serviço Social ainda depende de fundamentações teóricas que o puseram no caminho errado do comunismo como regime político.

2.4 Debatendo o Discurso Político e o Discurso Religioso no Assistencialismo

Abordaremos aqui, entre outros assuntos, as ideologias dos discursos religioso e político na prática do assistencialismo. Muito embora se queira diminuir sua importância na sociedade, eles se situam naturalmente em todos os temas do assistencialismo, pois esse fenômeno é trabalhado e discutido no âmbito de ambas as esferas, despontando argumentos que favorecem a sua sustentação. Em ambos os discursos, o assistencialismo é refutado, mas o impacto é muito diferente nas esferas religiosa e política.

Antes de iniciarmos o debate, entendamos o termo discurso a fim de buscar conexões entre as suas modalidades política e religiosa no âmbito de nosso estudo. Discurso é “uma atividade comunicativa, produtora de sentido, construída por sujeitos sociais nas interações de que participam. O discurso se manifesta linguisticamente por meio de texto, este, por seu turno, pode-se materializar nas formas oral e escrita”.¹³⁷

A escolha dos discursos religioso e político atende ao objetivo desta pesquisa, ao mesmo tempo em que o tema correlaciona-se intrinsecamente através dos fatos históricos, respeitando as peculiaridades de ambos os discursos no contexto no qual se revelaram.

Assim tentaremos estudar o discurso como instituição necessária, que reveste o mundo das significações, dos enigmas e de outros mistérios que despertam o estudo para a interpretação e a elucidação pela via do próprio discurso, analisando seu aspecto social e cultural. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.”¹³⁸

¹³⁷ SILVA, Jane Quintiliano G. *Gênero discursivo e tipo textual*. In: Revista *Scripta*. Belo Horizonte: Editora PucMinas, V.1, n. 1, 1999, p. 87-106. Disponível em: <<http://www.ich.pucminas.br/posletras/06.pdf>> Acesso em: 21 maio 2012.

¹³⁸ FAIRCLOUGH, 2008, p. 91.

No discurso religioso, a prática da caridade é associada à entrega de donativos, cestas básicas e outras ações de “alívio imediato” meramente paliativas e pontuais, que associam o amor ao próximo ao sentimento de cuidar, alimentado pela comoção pública.

Constitui também motivo de crítica quando se destitui o indivíduo da capacidade de prover as condições e recursos para mudar sua atual condição de dependência social.¹³⁹ Nesse compasso, a solidariedade é para ambos a essência divina contida em cada um:

O discurso religioso (independente da instituição) renasceu com toda força no intuito de “significar” o drama; de outro ângulo, as instituições religiosas se esforçaram por “controlar” a tragédia. As igrejas mais se ocuparam com o assistencialismo da primeira hora (leia-se distribuição de donativos) do que com a solidariedade que as vítimas realmente careciam. [...] Enfim, o discurso religioso só aprendeu a “significar” as experiências, custe o que custar. Perante o absurdo, mais vale uma “absurda” explicação do que a possibilidade de aceitar o próprio “absurdo”.¹⁴⁰

Esse drama vincula-se mais com as ações de comoção pública caracterizadas por eventos pontuais, como catástrofes ou desastres naturais, e a população, movida pelo sentimento humanitário de solidariedade e compaixão pelo próximo, promove campanhas de arrecadação de donativos em prol das populações afetadas.

No caso do assistencialismo no discurso religioso generalizaram-se todas as ações de caridade voltadas à comoção pública e perverteu-se a solidariedade com manobras interesseiras e falácias explícitas de grupos políticos interessados em permanecer no poder.

As ações de caridade católicas geraram o questionamento por parte das igrejas evangélicas e dos intelectuais ligados às ciências sociais, principalmente de ideologia marxista, sobre um possível oportunismo em recatolizar as classes desfavorecidas. Essas “manobras” são fortemente denunciadas por outros sistemas religiosos como uma batalha travada em busca de novos fiéis. Portanto, cada sistema religioso pretende, dentro de sua ideologia, ganhar mais ovelhas para o rebanho de Deus, caracterizando a mútua exclusão desses sistemas.

Mas quando se analisa o discurso político do assistencialismo, percebe-se que tanto a Igreja Católica quanto as igrejas evangélicas podem se deixar levar pelas falácias do poder político que o Estado exerce sobre ambas. Nesse viés, atende-se uma pequena parcela da população, paliando suas demandas imediatas em troca do emudecimento do favorecido no que tange a manifestações contrárias à política estatal.

¹³⁹ De um lado, o catolicismo prega o amor ao próximo, e do outro, os evangélicos acreditam que a predestinação do homem faz com que ele mesmo seja o responsável por sua ascensão ou declínio, e a caridade ganha ares de ação social.

¹⁴⁰ LOBOSCO, Ricardo Lengruher. *Quando tudo pe(r)de um sentido*. Disponível em: <<http://www.cebi.org.br/noticia.php?secaoId=8¬iciaId=1765>> Acesso em: 14 abr. 2012.

Como numa grande família em que as ações, condutas e decisões paternas não são questionadas e nem contestadas sob o dogma soberano de o pai sempre querer o bem para seus filhos, os clientes contemplados pelo assistencialismo tornam-se apolíticos, acríticos e alienados para não perder tal concessão dos “benefícios”. Daí dizer-se dessas políticas que são paternalistas, ou o Paternalismo (em latim *Pater*=Pai).

O discurso político tenta se apoderar da questão religiosa para se legitimar. O discurso religioso sofre várias interpretações ao longo do tempo, mas não se torna mutável ou influenciável por se tratar de construção institucional milenar passada de geração a geração. Já o discurso político adapta-se a qualquer condição e serve a ideologias dominantes. Assim, religião e política aliam-se, aceitando-se sem renegar suas características. A exemplo disso, vejamos o comentário de uma entrevista concedida por Dominique Maingueneau ao Jornal da Cidade em Bauru-SP, após a palestra “O posicionar-se no campo do discurso político”, em 2010:

Maingueneau diferencia o discurso político do discurso religioso em sua constituição. Para o professor, o segundo é auto-legitimado por uma entidade absoluta, enquanto o primeiro é apoiado em outros discursos, como o científico, econômico ou mesmo no discurso religioso.¹⁴¹

Nesse caso, o discurso político apóia-se no discurso religioso, de tal maneira que ao “atender” a tal benevolência, usa-se muito a representação de Deus atrelado à imagem do assistencialista, “sacralizando-a” e imortalizando-a diante do recebedor dessas “dádivas”: quem assiste o necessitado é o “único” a zelar por ele, quando outros se omitiram.

Entende-se agora a razão das astúcias eleitoreiras para facilitar a ascensão ao poder, como sacolões de verduras, cestas básicas e outras falácias temporárias, esporádicas e interesseiras. Se considerarmos o assistencialismo como prática de interesse individualmente eleitoreiro não apenas concebida pela prática, mas por suas próprias enunciações, podemos perceber:

A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos.¹⁴²

Seja no discurso político, seja no religioso, a prática assistencialista é a prática do bem caritativo, com intenções finais muito distintas, mas sempre a serviço de suas ideologias dominantes próprias. Ao ser questionado sobre suas reais intenções, o discurso político cai por

¹⁴¹ MAINGUENAU, Dominique. *Discurso político transcende a realidade*. Entrevista concedida ao repórter STRONGREN, Fernando pelo Jornal da Cidade de Bauru-SP, em 14/09/2010. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=192951&ano=2010> Acesso em: 16 abr. 2012.

¹⁴² CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 39.

terra, inexistindo base argumentativa sustentada em representação criada, mas representação instituída. E “se no discurso religioso há certa autonomia em relação a outras esferas, que mesmo retomando-as o faz à luz de suas próprias teses, já no político, temos que sua adesão depende de uma *doxa*, muitas vezes instaurada pelos discursos constituintes, tais como o religioso.”¹⁴³

O assistencialismo é refutado como mancha negra nas relações sociais entre dominantes e dominados, porque ao exemplar-se na teoria marxista, vê-se desarmado pelo extermínio capitalista das lutas de classes, que desconstrói todas as bases filosóficas e os fundamentos de várias teorias estruturais sem que o conflito seja necessário. É justamente a proteção puramente assistida, pois as massas populares se vêm manipuladas e mais dóceis ao regime exploratório do capitalismo.¹⁴⁴

Para melhor entendermos essa lógica, exemplificaremos com o caso de Getúlio Vargas, precursor do Paternalismo estatal. Vargas usou do discurso revolucionário para ascender ao poder como opositor à exploração do trabalhador.

Para isso, ele teve o povo nas mãos. Já no poder, Vargas tentou atender a todos de maneira indiscriminada, tendendo sempre ao meio da balança: ao mesmo tempo em que criou vários dispositivos legais entendidos hoje como direitos (carteira de trabalho, redução na jornada de trabalho e entidades federais de assistência e seguridade), sufocou o povo com verdadeiros arrochos salariais, atendendo a classe burguesa (que o colocou no poder). Também impôs sua própria ditadura.

No campo do discurso religioso, Vargas atendeu prontamente a Igreja Católica (religião de maior número de fiéis no Brasil), não a anexando ao Estado, mas legitimando suas práticas ao respaldar o desenvolvimento de projetos e ações a ela vinculadas (enquadra-se o Serviço Social nessas ações), exatamente por temer a influência da religião em sua permanência no poder.

Vargas temia abrir fogo contra a Igreja Católica, detentora do maior no número de “eleitores” (fiéis). Não bastasse isso, a classe burguesa brasileira, que permitiu a Vargas tomar o poder na Revolução de 1930, era esmagadoramente católica:

As vantagens obtidas pela Igreja nesta etapa resultaram de uma complexa interação com o governo de Vargas, que reconhecia nela um aliado apreciável a ser atraído em

¹⁴³ SANTOS, Débora. *O ethos no discurso político-evangélico: estratégias de captação*. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/nad/anaisIIISimposioAD/pdfs/SANTOS-DeboramartinsdaCostaBarbosa.pdf>> Acesso em: 17 abr. 2012.

¹⁴⁴ “Essa dimensão discriminatória, camuflada pelo discurso filantrópico, pelos vínculos de compadrio e pela mediação do favor, consolida-se numa aparência fetichizada que inviabiliza a percepção da assistência social como relação histórica, inserida numa dinâmica de forças sociais em confronto, apresentando, portanto, caráter de classe”. (ARAUJO, 2011).

função da sua influência e autoridade, especialmente depois de alguns confrontos nos quais a hierarquia deu provas da sua disposição de luta (em 1931, D. Sebastião Leme não hesitou em proclamar que “...ou o Estado... reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhece o Estado”).¹⁴⁵

As conquistas da Igreja Católica consolidaram sua hegemonia religiosa, bem como fortaleceram suas práticas assistenciais e filantrópicas.

Citemos, a propósito, “a disposição de tornar facultativo o ensino religioso nas escolas públicas [...] já que implicou a recuperação de um poderoso veículo de influência religiosa”,¹⁴⁶ como síntese desse cenário.¹⁴⁷

Tanto no discurso político como no religioso, a ideologia pareceu orientar a mesma prática, mas em direções diferentes, que determinariam a influência do assistencialismo na prática profissional do assistente social.

Na perspectiva do discurso religioso, não se encontra sentido politizado. Tampouco ele é estilizado por teses e deduções entendidas como tentativas de submeter à dependência o ser humano fragilizado pela “benemerência política” do assistencialismo, e nem é entendido como assistencialismo o fiel de uma igreja qualquer oferecer ajuda a outro fiel ou a outro indivíduo fragilizado. Aplicam-se aqui a ideologia do humanismo cristão e a manutenção de uma sociedade mais solidária e mais humana dentro dos preceitos cristãos.

Na perspectiva do discurso político, cuja crítica à prática da caridade ao próximo é muito mais pesada, encontra-se a ambivalência dos valores religiosos e políticos: cada um deles se dirige ao domínio da ideologia do outro. Aqui, o assistencialismo ganha sentido de acordo com a intenção do autor, movido, por sua vez, pela comoção e sensibilidade a uma situação precária ou desfavorável.

Dessa forma, ele pode também conquistar (se assim pudermos interpretar) confiança e simpatia para assim, quando “necessitar”, dar ao necessitado o sentimento do retorno, de retribuição (visto pelo pensamento marxista como favor ou falsa solidariedade burguesa) ou a obrigação de retribuir o benefício recebido. Aqui o assistencialismo traduz-se em ações de

¹⁴⁵ CASTRO, Manuel Manrique de. *História do Serviço Social na América Latina* – 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 102.

¹⁴⁶ CASTRO, 2011, p. 102.

¹⁴⁷ “[...] as instâncias dos discursos político e religioso têm qualquer coisa em comum: o representante de uma instituição de poder e o representante de uma instituição religiosa supostamente ocupam uma posição intermediária entre uma voz-terceira da ordem do sagrado (voz de um deus social ou de um deus divino) e o povo (povo da terra ou povo de Deus). Em contrapartida, veem no que diferem, apesar do que dizem alguns, as instâncias política e publicitária. As duas são provedoras de um sonho(coletivo ou individual), mas a primeira esta associada ao destinatário – cidadão e constrói o sonho (um ideal social) com ele, em uma espécie de pacto de aliança (“Nós, juntos, construiremos uma sociedade mais justa), enquanto a segunda permanece exterior ao destinatário-consumidor ao qual ela oferece um sonho supostamente desejado por ele (singularidade do desejo): o destinatário-consumidor é o agente de uma busca pessoal (ser belo, sedutor, diferente ou estar na moda) e de forma alguma coletiva.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 80)

mobilização centradas na permanência de figuras políticas partidárias no poder, interessadas na sua permanência.

Eis que surgem então dois perfis distintos de assistente social, o conservador e o crítico:

O assistente social conservador trabalhava para que houvesse mudanças, mas **não se compreendia como agente de transformação social**, daí sua intervenção profissional ser reprodutora da ideologia dominante. Ao contrário do profissional crítico que fundamenta sua prática nos elementos pedagógicos da organização, mobilização, participação e capacitação **e se apresenta para o mundo e para suas relações sociais enquanto facilitador das mudanças**. Sendo, portanto, a sua prática profissional norteadora por um projeto político e utópico de sociedade.¹⁴⁸

Nesse caminho, encontra-se o assistente social híbrido, herdeiro de dois discursos: de um lado, sua politização se impõe pela formação profissional; por outro, sua crença religiosa, seguido por ele no exercício da profissão.

Tendo em vista o discurso político adotado pelo Serviço Social secularizado, o assistencialismo é uma maneira covarde do Estado burguês de garantir sua hegemonia, aqui se adota o discurso do humanismo como alternativa de combate da questão social, submetendo-se a população à dinâmica do favor ou à sacralização do Estado.

Já sob o crivo do discurso religioso adotado pelo Serviço Social conservador, o assistencialismo não é a subordinação de usuários/clientes às benemerências das classes dominantes e sim a manutenção e resgate da solidariedade para com o próximo considerando também que o conservadorismo é marcado pelas perspectivas acrílicas e apolíticas. De acordo com as literaturas do Serviço Social secularizado essa subordinação assume valor dualista e inócuo pois trata-se de uma tentativa de manipulação aos interesses políticos da classe dominante mascarando a realidade e ocultando problemas estruturais de ordem sócio-econômica.

Nesse caso, quem poderia se apropriar do empoderamento fica aquém disso e se enquadra como eterno cliente. Portanto, o usuário é vitimizado enquanto o Estado é sacralizado (para Bauman, entendido como Estado Babá) desabando pelo desgaste dessa discussão.¹⁴⁹

¹⁴⁸ SOUZA e GOMES, 2004, grifos meus.

¹⁴⁹ Em meu trabalho monográfico “A Assistência Social Brasileira: um neo-assistencialismo?”, proponho o estudo de uma visão crítica ao fenômeno inverso que ocorre na relação usuário x Estado no que diz respeito à política pública de Assistência. Há uma inversão de valores adverso ao assistencialismo tradicional: Ao invés do Estado manter seus clientes com ações residuais e paliativas em um paternalismo ao máximo, ele se reduz e ausenta-se cada vez mais (princípio fiel do Neoliberalismo) e os que estão contemplados pela política pública de Assistência, se prendem a condicionais exigidas para o acesso e a cobertura desses “direitos” com o intuito de não perder o benefício (ex: Bolsa Família) sem buscar sua própria emancipação do qual não necessita mais estar inserido nos programas assistenciais.

Nesses dois discursos, a ideologia que se prega contradiz o que ocorre de fato: para que lado tende o assistente social que vive a realidade de seu campo de trabalho, mesmo tendo em mente que sua profissão se insere na divisão social do trabalho (sua figura sujeita-se ao fetiche do salário e da venda de sua força de trabalho abstrato), ao mesmo tempo em que faz parte do forte antagonismo relativo à sua ação pragmática, ou sua práxis profissional:

A proposta abstrata de uma eventual opção pelos pobres vai se transformando, para muitos, na realidade concreta da pobreza que optou por eles estruturalmente, marginalizando-os do mercado de trabalho e alienando-os da potencial capacidade de obter objetos simbólicos (casa própria, automóvel, férias), cuja acessibilidade era previamente dada como certa.¹⁵⁰

É exatamente nessa perspectiva que o Serviço Social trabalha. O assistente social pode estar inserido indiretamente nessa realidade, mesmo como formador de opinião, o que, claro, não o isenta dos riscos e nem o eleva a “popstar”, como preconizado nas obras científicas do Serviço Social.¹⁵¹

Sendo assim, ao criticar o passado da profissão, acusando-o de “ingênuo”, nas palavras de José Paulo Netto, verificamos que essa “ingenuidade” continua viva, não no aporte teórico ideologicamente politizado, mas na prática de pilar teórico enfraquecido, produtor das utopias que questionam a veracidade da própria teoria.

Nas palavras Josiane Santos referenciadas nos estudos de José Paulo Netto só retratam o totalitarismo absurdo e inconsequente, reproduzindo o erro socialista do radicalismo revolucionário. Não se abrem espaços de discussão, a fim de persuadir o leitor (estudante ou o assistente social) a reproduzir tal intolerância, reificando a sua verdade como única, absoluta e a mais próxima da realidade estudada por Marx e seu legado. Essa troca de saberes seria nociva, em vez de benéfica, como cita, sob respaldo científico José Paulo Netto, “reproduzindo acriticamente toda a ‘ladainha’ própria do ‘saber de 2º grau’”.¹⁵²

Usando o trabalho de Patrick Charaudeau sobre a distinção entre os discursos político e religioso apenas como suporte auxiliar do nosso estudo, tentamos reconstruir essa discussão quando lhe interposemos o assistencialismo, mas entendemos que tal análise ainda não se fez com profundidade suficiente. Tampouco se discutiu o assistencialismo, ao contrário das produções científicas. Criticamos aqui essa postura, ao discutirmos o conceito de

¹⁵⁰ BEDFORD, Nancy. *A teologia da missão integral e o discernimento comunitário* In: PADILLA, C. René.; COUTO, Péricles. *Igreja: agente da transformação*. Trad. Albana Neves e Dilmar Devantier. Curitiba: Missão Aliança, 2011, p. 73-74.

¹⁵¹ Ao mesmo tempo em que o profissional “pode tudo”, ele tem deveres e ainda que queira exercer seus direitos plenos, muitas vezes, em nome da permanência no campo, abre mão desses direitos ou simplesmente não os exerce e nem os solicita.

¹⁵² SANTOS, 2007, p. 99

assistencialismo e a maneira como tal prática implica tanto a atividade profissional do assistente social como sua própria identidade científica e profissional do conhecimento.

2.5 - Quando a Ajuda ao Próximo se Tornou Prejudicial ao Assistente Social: Analisando Trechos das Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*

Ainda que isso não se explicita nas literaturas da profissão, o Serviço Social como citado até aqui buscou pela profissionalização da ajuda (ou da caridade cristã) a legitimação do voluntariado, de modo que suas raízes históricas não seriam abaladas e a identidade do Serviço Social continuaria atrelada à filosofia cristã.

No entanto, na atuação, não era possível seguir, ainda que minimamente, a Doutrina Social Cristã explicitada nas encíclicas papais de destaque no Serviço Social, *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), por considerar que a realidade diferia totalmente do que pensava a Igreja Católica, dado que os problemas sociais eram muito mais complexos do que a teoria da Doutrina Social Cristã.

A encíclica *Quadragesimo Anno* foi publicada em 1931 e sua redação enfatizou os escritos da *Rerum Novarum* em reverência a Leão XIII, papa no ano de sua publicação. Essa encíclica foi a edição de aniversário da escrita por Leão XIII e seu contexto sócio-histórico era muito distinto da *Rerum Novarum*. As “ameaças” do Comunismo e do Liberalismo já encontravam um mundo onde o sistema capitalista conheceu sua primeira grande crise.

A Igreja Católica precisava atuar nessa frente e contou com esse reforço do Serviço Social de polarização da situação, atuando em ambas as frentes (religião e política) de maneira a atender a demanda social. Como vimos, a iniciativa malogrou, tendo em vista o antagonismo entre a realidade e a perspectiva da Igreja Católica.

O problema estava no *modus operandi* do assistente social no que se referia à questão social. Era impossível ater-se ao olhar clínico e menosprezar os problemas estruturais (desemprego, marginalidade, pobreza absoluta, etc.) da sociedade capitalista.

A complexidade desses problemas não condizia com uma relação amistosa, pacífica e passiva entre o Estado laico e burguês e a classe trabalhadora, como desejavam essas

encíclicas, mesmo porque a sociedade se tornava mais individualista e menos solidária. A misericórdia e a piedade dedicadas à pobreza rebaixavam ainda mais o senso de dignidade de homens, mulheres, crianças, idosos e deficientes, tratados pelo sistema capitalista como mercadorias economicamente ativas, produtivas ou improdutivas.

O papel da Assistência Social entre 1930 e os anos 1970 não trilhou a efetivação de uma política pública como direito, mas configurou moeda de troca política (terreno fértil ao assistencialismo) e de interesses individuais eleitoreiros e de captação de recursos financeiros sem o devido tratamento político e fiscal.

Assim sendo, escolhemos um caminho não muito frequentado pelos estudiosos de políticas sociais e públicas: a análise do discurso, que não se resume a buscar a significação sintática ou morfológica de palavras num enunciado, mas decifra o que há por detrás da escolha dessas palavras, compreendendo todo um universo oculto nessa construção. O sentido que desmascara a realidade não está inserido diretamente nessas palavras, mas na forma como essa linguagem se dá e a quem é remetida.

A principal crítica a essas duas encíclicas diz respeito à maneira como a Igreja Católica vê a questão social, e tal vertente justifica este capítulo: até quando a prática da caridade pode ser nociva ao assistente social?

Começamos embasados na prática do assistente social contemporâneo: como o Serviço Social é uma das profissões privilegiadas pelo estreito contato com a realidade de um dado lugar, o assistente social facilmente detecta o foco do problema.

Feito isso, ele trabalha de modo a despertar no usuário dos serviços públicos o interesse em soluções para suas demandas. Os benefícios sociais (em gênero alimentício ou monetário) o atenderiam por um período de tempo que não lhe determinasse a dependência. Logo, o papel educativo do assistente social o torna “gerente” de sua própria emancipação ou sua inserção no sistema que o exclui, qualquer que seja a razão. Mas nem sempre foi assim. Pode acontecer que o assistente social, tomado pelo pensamento dominante na profissão, não tenha visão politizada de emancipação social do usuário. Além disso, ele pode se postar passivamente diante das vicissitudes da dependência própria ou do apego à condição de pobreza em seu estado atual.

Assim, ele pode se sentir sensibilizado por uma família que simule um cenário de risco social, travestindo-se de pobreza. Não há nesse tipo de intervenção profissional nenhum despertamento para a emancipação dos usuários, o chamado empoderamento do indivíduo.

Abaixo, seguem alguns trechos das duas encíclicas, demonstrando a falha no pensamento católico dessa época sobre a prática da ajuda em sua práxis profissional:

11. O primeiro princípio é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza, todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença de suas respectivas condições. (RERUM NOVARUM)

Nesse trecho, percebemos que de acordo com a encíclica, a sociedade, em especial os indivíduos, devem ser passivos ao aceitarem as condições injustas como desígnios divinos, ou seja, suas condições se dão pela vontade de Deus e por isso é impossível transformá-las.

Essa aceitação se aproxima do perigo que a prática da caridade encontrou: uma realidade social adversa ao que se propunha a encíclica, pois dizer a quem vive em pobreza extrema, assolado pela fome ou pela falta de oportunidades, que tal realidade tem de ser aceita como vontade de Deus, ou como resultado de penitência a ser paga, só agravaria ainda mais o problema. Afinal, naturalizar um problema estrutural seria negar sua existência ou tratá-lo com a destreza de quem prefere ignorar a sua real gravidade.

Caminho a seguir

As circunstâncias, veneráveis Irmãos, mostram bem qual a via a trilhar. Como noutras épocas da Igreja, temos de defrontar-nos com um mundo quase recaído no paganismo. Para reconduzir a Cristo, a quem renegaram, essas classes inteiras de homens, devem escolher-se e formar-se de entre elas soldados auxiliares da Igreja, que conheçam bem os mesmos homens, os seus pensamentos e aspirações, e possam pela caridade fraterna penetrar-lhes suavemente no coração. Os primeiros e imediatos apóstolos dos operários devem ser operários; os apóstolos dos artistas e comerciantes devem sair dentre eles. (Quadragesimo Anno)

Nesse trecho é identificável a condução do Serviço Social na década de 1930. Após a grande crise do sistema capitalista, em 1929, o caos econômico afetou praticamente todas as nações industrializadas e desenvolvidas. Obviamente, o descontentamento da população subalterna era alimentado pelo inconformismo do movimento comunista, fomentador dos conflitos de classe.

Os “soldados auxiliares da Igreja” seriam aqueles que estariam em contato direto com as massas dominadas, com aqueles que para a Sé estariam em condições de misericórdia, aliando-se a caridade e o amor ao próximo à presença da Igreja e do apostolado de Deus, com o objetivo de resgatar a paz por meio do comum acordo. Dominadores poderiam dominar, porém em pequenas doses, e dominados poderiam estar submissos, desde que não fossem demasiadamente explorados. Dessa maneira simples, questões sociais de alta complexidade seriam resolvidas.

Os assistentes sociais eram esses soldados auxiliares da igreja, com o papel de propagar o catolicismo entre as massas emergentes, popularizando-o entre os dominados, uma vez que a base referencial teórica das escolas de Serviço Social católicas residia justamente nessas duas encíclicas, consideradas como Doutrina Social Católica. Além disso, esses homens descritos no trecho “*bem os mesmos homens, os seus pensamentos e aspirações, e possam pela caridade fraterna penetrar-lhes suavemente no coração*” na verdade eram seres humanos associados à imagem da mulher na sociedade do início do século XIX para meados do século XX.

Interpretamos essa passagem tendo em mente que o papel do homem é o trabalho pesado, sujo. O homem é aquele que vende sua força de trabalho em troca do soldo. Não que todos os homens devessem ser assim, mas a posição machista da sociedade trazia a imagem da mulher como ser de amor eterno, puro, casto e misericordioso, espelhando a Virgem Maria, entronizada pelo catolicismo como Mãe de Deus e protetora de todos os cristãos em seu sublime amor ao próximo. “Fazer o bem sem ver a quem”, frase cunhada pela prática da caridade católica, oferecia ao necessitado conforto ou alívio imediato.

Logo, “a mocinha caridosa que cuida e assiste aos pobres” remete aos primeiros assistentes sociais, imbuídos que eram esses “profissionais da caridade” da missão de resgatar a sociedade doente e inebriada pelo espírito libertário de revolução do comunismo. Esse cenário configurou-se na contradição do processo de construção da sociedade civil viável, pela institucionalização dos grupos sociais, “a concepção de virtude do indivíduo, revestida pelo discurso religioso, foi exarcebada pelo advento do liberalismo, o que minimizou a ação política do Estado.”¹⁵³

Justamente o Estado, reduzindo ao mínimo a sua ação política e tratando o proletariado como massa marginal, *grosso modo*, via a caridade religiosa como “solução de todos os seus problemas” sem intervir na desigualdade social, na má distribuição de renda e na exploração do trabalhador. E essa passividade do Estado foi severamente criticada pela encíclica *Quadragesimo Anno*:

Trecho 1: Com tal estado de coisas facilmente se resignavam os que, nadando em riquezas, o supunham efeito inevitável das leis económicas, e por isso queriam que se deixasse à caridade todo o cuidado de socorrer os miseráveis; como se a caridade houvesse de capear as violações da justiça, não só toleradas, mas por vezes até impostas pelos legisladores.

Trecho 2: Ao contrário só a duras penas o toleravam os operários, vítimas da fortuna adversa, e tentavam sacudir o jugo duríssimo: uns, levados na fúria de maus conselhos, aspiravam a tudo subverter, os outros, a quem a educação cristã demovia

¹⁵³ MARTINS, 2011.

d'esses maus intentos, estavam contudo firmemente convencidos de que nesta matéria era necessária uma reforma urgente e radical. (Quadragesimo Anno, 1931)

Assim sendo, essa encíclica insinua que o avanço do movimento comunista liga-se intimamente a esses problemas que o Estado não tratava, dispondo-os sob total responsabilidade da igreja, da benevolência da sociedade, regime hoje denominado descentralização do Estado, proposta inicial do Liberalismo desse período visto pela análise do trecho 2. A Igreja Católica se posicionava contrariamente não apenas ao movimento comunista/socialista, que buscava incitar as lutas de classes pelo ódio, pela revolta violenta a título de legitimação de suas ações, como também se opunha ao liberalismo, julgado responsável pelo problema.

E quando analisamos a crítica do catolicismo ao comunismo/socialismo nessas encíclicas, enveredamos pela imparcialidade de um discurso que tende a contradizer suas palavras, posicionando-se de maneira a contemplar posições díspares como mediador ambíguo:

O erro capital na questão presente é crêr que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as Instituições possuem uma virtude admirável e múltipla. (RERUM NOVARUM)

Aqui a Igreja Católica critica o comunismo, em especial por privilegiar as lutas de classes de modo a incentivar a guerrilha urbana e o descontentamento geral por meio de greves e manifestações populares, dentre outros. Por outro lado, a estratégia da Igreja Católica só falhou por causa da Grande Depressão Econômica de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, logo em seguida. Essa estratégia consistiu em atribuir a principal culpa pela desordem ao movimento comunista, responsabilizando simultaneamente o Liberalismo pela provocação à ira dos comunistas. De certa forma, a Igreja tentou esmagar o movimento comunista usando como discurso a manutenção da moral e da ordem.

Logo, o enfraquecimento se serviria de integrantes católicos, capazes de desarticular o movimento pela raiz, marginalizando o comunismo. A sociedade capitalista da época (ainda atrelada ao moralismo e ao sentimento de ordem como elemento harmônico entre os sujeitos), majoritariamente católica, poderia ganhar força contra o comunismo, mas tal efeito não se

deu, graças à ação da força política dos sindicatos, que denunciavam publicamente os “acordos” que não equiparavam os interesses do trabalhador aos dos patrões.

No entanto, em nossa análise, encontramos dois equívocos graves, na interpretação da encíclica e nela própria. O primeiro equívoco, sob a ótica marxista, está na maneira como a encíclica lida com o termo “luta de classes”, associando-o ao confronto bíblico entre Davi e o gigante Goliás. Sempre haverá divergências entre os interesses opostos, como diz a frase popular: “Quem não tem muito quer ter o que não tem e quem tem muito quer sempre muito mais”.

Cumprе questionar o posicionamento do capitalista burguês quanto aos próprios interesses e nesse ponto as encíclicas papais deixavam a desejar, tratando as questões de grandeza como simples acordos, como modo de resolver questões mais complexas sem conflitos. O mais famoso desses acordos, malogrado, foi descrito por Ricardo Antunes como compromisso fordista, que previa desde a redução na jornada de trabalho até a promessa de melhores salários e melhorias nos processos de trabalho.

O segundo equívoco é a inocência no trato com o Liberalismo e a exploração dos trabalhadores. As encíclicas simplesmente “pedem” que os patrões não explorem os empregados e lhes paguem salários mais justos, em nome de uma harmonia social calcada na moral cristã de solidariedade que inexistе no capitalismo. Caminho fértil para a crítica do Serviço Social secularizado:

O tom do discurso das encíclicas sociais, que orientam a ação do apostolado laico, já é em si, claramente, pró-capitalista e opõe-se radicalmente ao socialismo. A crítica ao capitalismo limita-se aos “excessos” e não se atém à essência do modo de produção e o seu caráter histórico. Esses excessos ou abusos se originariam do homem e podem, portanto, ser corrigidos através da correção do homem.¹⁵⁴

Sabemos que essas encíclicas são insuficientes e surreais no contexto social das desigualdades do capitalismo. Sabemos também que, muito embora suas redações oficiais equivoquem-se ao lidar com o capitalismo e suas consequências, essas medidas foram tomadas de acordo com o conhecimento da época desses documentos. Ao criticá-los ou endossá-los, podemos concluir que, apesar de esses estudos não atenderem às expectativas, as encíclicas serviram de abertura para suas correções e o desenvolvimento científico nascido dessas críticas, que dirigiu o estabelecimento da distinção entre a prática da ajuda e o exercício da assistência.

Sobre o lado nocivo da prática da ajuda, entendemos que as ações solidárias jamais podem se caracterizar como democráticas ou cidadãs. O motivo dessa afirmação se apóia na

¹⁵⁴ IAMAMOTO, 2011, p. 243.

principal crítica do Serviço Social à prática da ajuda: a transferência das responsabilidades do Estado referentes aos custos para a sociedade civil, caracterizando a intenção de camuflar e degradar as ações que deveriam se constituir como ato cidadão, diminuindo o raio de ação dos direitos sociais consolidados pelas lutas de classe e abastardando a dignidade dos usuários de serviços públicos ao lhes expropriar a ação democrática e cidadã.

2.6 O Discurso do Serviço Social em Análise: O Que Há por Detrás das Literaturas Profissionais

Neste capítulo, analisaremos o discurso de trechos das obras mais referenciadas no Serviço Social, no que diz respeito à sua formação discursiva, de modo a identificarmos o foco dessas palavras, dispostas de modo a atender demandas do saber profissional ou interesses próprios, legitimando a profissão e enriquecendo o aporte científico. Iniciaremos no trecho abaixo, indicando o que propõe o Serviço Social, em sua contextualização marxista, analisando-o na perspectiva contemporânea da profissão:

Trecho 1: Reafirma-se, portanto, a premissa de que a história é a fonte de nossos problemas e a chave de suas soluções. Dessa maneira, a ruptura com o profissionalismo estreito, a implosão do “estritamente profissional” a abertura para mais longe – para o amplo horizonte do movimento da sociedade – é que torna possível iluminar as próprias particularidades do Serviço Social, apreendendo-o na trama de relações que explicam sua gênese, seu desenvolvimento, seus limites e possibilidades, trama essa que condiciona o âmbito de alternativas que se apresentam aos sujeitos profissionais em cada momento conjuntural.

Trecho 2: Em outros termos: se a profissão é socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas, as quais conferem uma direção social predominante à prática profissional – condicionando ou mesmo ultrapassando a vontade e a consciência de seus agentes individuais -, ela é também produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente, em condições sociais dadas.¹⁵⁵

Nesse trecho, entendemos um pouco da proposta do Serviço Social secularizado e sua crítica ao modelo antecessor e germinal, interpretado no trecho 1 entende-se que o Serviço Social é mais do que uma profissão, é uma filosofia que melhor entende as relações sociais entre burguesia e proletariado, dentro de suas próprias contradições, amparada no conceito de

¹⁵⁵ IAMAMOTO, 2011, p. 203-204.

questão social e imersa na realidade da classe trabalhadora (objeto de estudo do marxismo). Isso mostra o Serviço Social como agente mutável e adaptável ao modelo em que se insere, tendo por base a história como problema e solução a ser debatida. O excerto selecionado confere uma clara idéia de apoio ao materialismo histórico, sendo que a dialética interpreta e justifica seu campo de ações, por ser a sociedade dinâmica e complexa.

O profissional deve seguir essa tendência, bem como buscar alternativas para melhor adequar a práxis profissional ao objeto a ser estudado e modificado, de acordo com sua intervenção à luz do projeto ético-político assumido pelo Serviço Social secularizado.

Eis, então, nossa crítica e questão: em que História se buscam as soluções e problemas nessa perspectiva? Toda crítica tem de se apoiar em evidências que a justifiquem. Ao se tratar da questão religiosa no Serviço Social, subjuga-se o usuário dos serviços sociais, atribuindo-lhe o *status* de “pobre coitado” merecedor da piedade dos mais favorecidos. Nesse caso, o assistencialismo desponta como prática única do voluntariado e filantrópica das igrejas em geral e da “aliança” da igreja com o Estado liberal, atrelando essas práticas ao amadorismo germinal da profissão.

A flexibilidade ausenta-se dessa análise precipitada, e é mínima a quantidade de publicações e produções científicas que foquem os dois eixos temáticos sem remeter à historicidade peculiar da profissão. Ou seja, falar de religião no Serviço Social seria resgatar os acertos e erros do passado conservador e confessional, de maneira a mesmo derrubar todo o construto de 1979 (ano do Congresso da Virada) para cá.

Nota-se ainda disparidade, inconsistência e contradição contundente nesse discurso, pois não se pode simplesmente estudar e entender bem a história das relações gerais na sociedade ocultando seu próprio passado, de maneira a banalizar suas práticas, ignorando o contexto do período. Constrói-se com a história o que convém, o que mais se aproxima do ideal a ser alcançado, e esse ato é próprio das ideologias. Se por um lado dou razão à lógica desse discurso, por outro teço-lhe críticas, respeitando a condição histórica das práticas hoje ultrapassadas, mas que na sua vigência atenderam prontamente ao esperado nesse contexto.

Temos também neste trecho o que estuda Norman Fairclough quanto aos traços e pistas deixados no texto e seu trabalho intenta investigar “[...] pistas com o objetivo de tornar visíveis as relações entre linguagem e outras práticas sociais, muitas vezes naturalizadas e opacas e, portanto, muitas vezes não percebidas pelos indivíduos.”¹⁵⁶ Essa realidade discursiva é descrita como uma autonomia plena na profissão. Mas também é propriedade

¹⁵⁶ MEURER, Jose Luiz. *Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough*. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 82.

opaca a verdadeira realidade dos campos de trabalho: a subordinação do profissional em troca da sua permanência, já que seria um incômodo para certos gestores de projetos e coordenadores de programas, manter um assistente social, pois esse perfil ameaçaria seus próprios interesses e de seus empregadores, havendo assim

[...] a chamada naturalização de realidades criadas discursivamente. A noção de naturalização é associada à de opacidade. Significa que as “realidades” criadas discursivamente passam a ser percebidas como algo natural, imutável, parte da sua própria natureza. Uma vez que determinada perspectiva se torna naturalizada, torna-se “legítima”, subliminar e de difícil desconstrução.¹⁵⁷

Por outro lado, essa naturalização da realidade discursiva é criticada pelo Serviço Social marxista, por ser a sua realidade criada não discursivamente, mas pela agenda neoliberal. Ou seja, as proporções reais não se apresentam na ordem discursiva e sim no complexo ideológico em que essa ordem está contida.

Trecho 1: E somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social.

Trecho 2: A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, “à racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica.¹⁵⁸

Nessa passagem, enfatiza-se a importância do Serviço Social e justifica-se sua existência no que diz respeito ao exclusivismo das atividades referentes à questão social. No entanto, percebe-se também a preocupação com a ameaça de a profissão se tornar obsoleta, de maneira que essa preocupação está implícita na passagem do trecho 2. Essa radicalização contra a filantropia e a caridade reflete o receio de que a profissão de assistente social seja exercida por qualquer pessoa com inspiração intelectual filantrópica e caridosa, ou que suas atribuições, mesmo na nova configuração da profissão, sejam entregues a profissionais, como psicólogos, educadores sociais, administradores e outros. Assim sendo, a necessidade de criar dispositivos legais privativos ao assistente social só se iniciou com a secularização da profissão mas como também se iniciou a partir da iniciativa de proteger a profissão da perda de relevância de si mesma.

Também nessa passagem rejeita-se o valor pejorativo da caridade herdado da tradição. Cabe a discussão sobre essa problemática, enfatizando-se a funcionalidade do Serviço Social, do seu emprego, ou ainda o verdadeiro porquê do Serviço Social como atividade profissional.

Emergido como profissão, a partir do background acumulado na organização da filantropia própria à sociedade burguesa, o Serviço Social desborda o acervo das suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e

¹⁵⁷ MEURER, 2005, p. 82.

¹⁵⁸ NETTO, 2009, p. 73.

técnica) do trabalho da ordem monopólica. Originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador, adequou-se ao tratamento dos problemas sociais quer tomados nas refrações individualizadas (donde a funcionalidade da psicologização das relações sociais), quer tomados como sequelas inevitáveis do “progresso” (donde a funcionalidade da perspectiva “pública” da intervenção) – e desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas sociais.¹⁵⁹

Novamente vemos o enunciador reportando-se à relevância do Serviço Social, mas rejeitando claramente a pecha de filantropia organizada ou de caridade institucionalizada e profissionalizada. O movimento de reconceituação logo tratou de abominar o passado bastardo da profissão, justamente para que ela não se reduzisse ao senso comum: “Para dar cesta básica, não precisa estudar ou fazer curso de nível superior!”; “assistente social assiste aos pobres e pronto!”. Essa ressalva é muito importante no sentido da equiparação a profissões que lidam com a defesa ou efetivação de um conjunto legal de concessões, deveres e direitos.

Por essa razão, a palavra “background” foi escolhida para esconder esse passado inglório como pano de fundo: situa-se em primeiro plano a atual perspectiva do movimento e retrata-se o passado da profissão como secundário, ou semioticamente falando, disposto num plano de submissão, do qual a renovação do Serviço Social se encontra desfocalizada. Tudo isso sempre à luz da questão social, objeto de estudo e fetiche para o Serviço Social. Dessa forma, considera-se “que o limite posto nos antecedentes, nas fontes, nos precursores que teriam levado à criação do Serviço Social é absolutamente arbitrária”,¹⁶⁰ caracterizando-se a profissão como emergência de um passado caritativo e filantrópico e desconsiderando-se toda e qualquer ligação desse passado com presente.

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido. É uma profissão que nasce articulada como um projeto de hegemonia do poder burguês, gestada sob o manto de uma grande contradição que impregnou suas entranhas, pois produzida pelo capitalismo industrial, nele imersa e com ele identificada.¹⁶¹

Outro autor, portanto, marca o discurso totalizador sobre a importância do Serviço Social como algo neutro. A artimanha se vislumbra no adjetivo “articulada”, que detém sentido duplo de interesse multilateral. No entanto, é válida a idéia de que sem esse apoio estatal e do poder burguês, o Serviço Social sequer seria pensado. Afinal, o pensamento atual da agenda neoliberalista emprega como solução de macroproblemas a responsabilização de

¹⁵⁹ NETTO, 2009, p. 79.

¹⁶⁰ MONTAÑO, Carlos. *A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 29.

¹⁶¹ MARTINELLI, 2007, p. 66.

seus focos, aplicando o termo “ofensor” ao indivíduo inserido num cotidiano desfavorável à dignidade humana. No caso dessa autora, há um caráter especial que analisaremos no último capítulo.

Assim visto, o Serviço Social tem um papel a cumprir dentro da ordem social e econômica – como uma engrenagem da divisão sócio-técnica do trabalho –, na prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado (e para isso foi criada a profissão) participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante.¹⁶²

Por fim, nesse último trecho fica mais clara a influência do Movimento de Reconceituação sobre todo o pensamento científico do Serviço Social. O autor remete a Marilda Iamamoto, que desenvolveu o inteligente estudo sobre o Serviço Social contemporâneo a partir do seu processo de renovação e reconceituação. Mas encontramos aqui dois cenários específicos: de ambiguidade discursiva e de flexibilização de interesses múltiplos.

A ambiguidade discursiva reside na simultaneidade da crítica do sistema de dominação capitalista e da aliança ao sistema vigente, tal posicionamento atendendo tanto os interesses dos dominados quanto os da classe dominante. Ou seja, essa flexibilidade põe em dúvida o próprio discurso de defesa da classe trabalhadora quanto aos seus direitos preconizados pela lei e violados pela classe dominante, parcial ou totalmente.

No discurso do Serviço Social, o profissional deve atender a uma série de requisitos em concordância com seu código de ética e a perspectiva marxista de apoio e assistência às classes operárias, haja vista sua inserção na mesma realidade como assalariado. Mas nesses trechos, existem muitos pontos de sombra a respeito dos paradigmas a que a profissão tende de fato a obedecer.

Vemos que as muitas disparidades e contradições geradas pela religião não invalidam seu poder de persuasão, aliás muito maior e mais coerente que as opiniões contrárias. De certo modo isso surge para os assistentes sociais marxistas como condicionantes do processo de alienação, que faz da religião um fator inquestionável.

No que tange às encíclicas papais, discutir a influência dessas obras sobre o Serviço Social serviu como divisor de águas muito importante na expansão e otimização da profissão. De fato, “A Doutrina Social Católica defendida pelo clero até a primeira metade do século XX era assistencialista, paternalista e propunha como solução para os problemas socioeconômicos uma conciliação entre as classes”.¹⁶³ Entretanto, é preciso considerar esse

¹⁶² MONTAÑO, 2007, p. 31.

¹⁶³ ZACHARIADHES 2010, p. 125.

equivoco do passado como necessário para lapidar o produto até conduzi-lo a sua forma atual (imperfeita, mas antagônica, contraditória e dialética). Assim, o respeito ao encaminhamento histórico da profissão é preconizado pelos autores que criticaram o seu processo de secularização.

Se mesmo os produtores de conhecimentos científicos religiosos parecem aceitar e produzir teorias que questionam os processos alienantes dos sistemas religiosos, por que não tornar a religião uma parceira do Serviço Social?

São poucos os estudos que demonstram a plausibilidade desta linha investigativa, além de serem trabalhos com pouquíssima divulgação nacional. A considerar pela literatura profissional e pelos programas ministrados, o ensino de Serviço Social não detém mais nenhum traço explícito de influência religiosa. [...] Então, ao se mostrarem os fundamentos da relação entre valores religiosos e a prática do Serviço Social será posto em evidência um aspecto que, mais do que negligenciado pela literatura profissional, tem sido considerado como inexistente.¹⁶⁴

Nessa perspectiva, encontramos um caminho muito fértil para múltiplas discussões, a meu ver, minimamente explorado. Trataremos de algumas delas no capítulo a seguir.

¹⁶⁴ SIMÕES NETO, 2005, p. 18.

3 RELIGIÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM ACERTO DE CONTAS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE¹⁶⁵

3.1 O Papel Social das Instituições Religiosas Diante da Questão Social

As instituições religiosas vêm apresentando um quadro diferente do que encontramos nas literaturas do Serviço Social. É grande o número de instituições voltadas ao trato da questão social. Como exemplo, temos a Igreja Católica (grande maioria), igrejas evangélicas e outras instituições religiosas (espíritas, kardecistas, budistas e outras). Também é grande a relevância do trabalho exercido nessas instituições quando pensamos em um modo de intervenção nos problemas sociais. Cabe aqui ressaltar que nossa abordagem dirige-se somente a apontar vetores para uma visão diferente da religião.

Quando analisamos brevemente o trabalho de uma instituição religiosa, o primeiro item dessa análise é o amadorismo, somado ao voluntarismo, que leva à prática da caridade, culminando com o assistencialismo. No entanto, uma análise mais profunda revela a dinâmica dessas instituições. Partimos do conceito de que:

O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais.¹⁶⁶

No caso das instituições religiosas, as demandas de determinado a um público-alvo atingem as mesmas similaridades do público alvo das políticas públicas. O mesmo usuário de serviços públicos pode ser atendido por um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), como por uma pastoral, instituições de Ação Social religiosa e outras, pois em todas ele procura caminhos de resolução de sua demanda.

¹⁶⁵ Seguindo a sugestão da banca orientadora (na pessoa do Prof. Dr. Julio Zabatiello), o termo Religião estará diretamente relacionado ao Cristianismo considerando de que este capítulo aborda questões referentes às Igrejas Católica e Evangélicas enfatizando com maior foco à Igreja Católica que foi longamente citada anteriormente a este capítulo.

¹⁶⁶ IAMAMOTO, Marilda. Villela. *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social*. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/15556754/965251170/name/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf> Acesso em: 25 dez. 2012, p.19

“A religião concorre, de algum modo, para a formação social na medida em que favorece a convivência dos cidadãos”.¹⁶⁷ Tal relação de convivência com os cidadãos permite à religião o mesmo papel enfático no trato da questão social que o Serviço Social exerce. O papel social de instituições religiosas estimula não apenas a prática do voluntariado e do resgate da solidariedade ao próximo como também cumpre com a agenda das políticas públicas, de modo que cada instituição, ao tratar de determinado recorte da questão social e seus problemas, a religião se submete aos parâmetros e exigências de legislações próprias, como a LOAS, o SUAS e outras.

E a importância da religião na sociedade acaba abafada pelo estereótipo da submissão às classes dominantes ou da nulidade do pensamento crítico ao regime capitalista. Ora, tal lugar-comum não faz jus ao papel da religião na transformação social do indivíduo ou à importância do trabalho religioso prestado à sociedade. Ele oculta o fato de que a religião atua no espaço em que o Estado não pode estar, por também ser instituição formada por seres humanos, sujeitos sociais e destituída de onipresença.

Se as ações das instituições religiosas no trato de algum recorte da questão social são desprezíveis, de acordo com esses autores, para que serviria a democracia e para que precisaríamos de uma sociedade mais participativa no trato de seus problemas? Não há abundância de produções científicas no Serviço Social debatendo essa importância, mas sabemos que a inserção de assistentes sociais em instituições religiosas tem crescido consideravelmente e vem contribuindo tanto para o fortalecimento do conceito cristão quanto para o combate à questão social.

Por outro lado, “as religiões têm adentrado o campus social de maneira expansiva. As pessoas têm procurado buscar o bem estar em lugares que vão além daqueles oferecidos pelo governo”.¹⁶⁸ Esse papel assumido pela religião só reforça a insuficiência do Estado no trato da questão social, fazendo recrudescer nossa crítica ao que vêm produzindo as literaturas do Serviço Social no que diz respeito à atuação de instituições religiosas no campo social e sua assistência, de modo que o trabalho dessas instituições vai muito além do que o Serviço Social imagina.¹⁶⁹

¹⁶⁷ WOLFF 2005, p. 219.

¹⁶⁸ LESSA, Cristiane Fiaux. *A Prática Religiosa e a Questão Social: considerações sobre condições de vida e saúde na visão dos pastores e fiéis pertencentes à denominação metodista*. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/4936/2/1046.pdf>> acesso em: 25/12/2012 às 17:25hs, p.39

¹⁶⁹ “O movimento religioso tem estabelecido e oferecido serviços especiais de cuidado e atenção a pessoas necessitadas através de ajuda financeira, de centros de reabilitação para viciados, de classe de alfabetização, de atendimento médico através de profissionais voluntários, de visitas hospitalares através do serviço de capelania hospitalar, de ações que ajudem a solucionar problemas urgentes e que geram sofrimento físico, espiritual e

Tanto nas instituições subsidiadas pela Igreja como dentro da própria Igreja, o público-alvo das políticas públicas estatais procura muito mais do que o simples acesso ao que lhes pertence por direito. Procura a sensação de amparo, ajuda material e a esperança que não encontram na instituição Estado. A assistência social para esses sujeitos perpassa o sentimento do abandono, do desrespeito e do desdém que o poder público reserva ao assistido.

Assim sendo, as falhas deixadas pela assistência social do Estado são sanadas e supridas pelas entidades filantrópicas religiosas, que não só proporcionam o alívio material como também exercem um importante papel de responsabilidade social (tão criticado pelo Serviço Social). Com efeito, não basta recorrer à abstração de orar e interceder por grupos de apoio, diaconatos e pastorais. É preciso valorizar o excluído e massacrado pelas desigualdades sociais e apoiar o desacreditado pelas próprias instituições sociais que enfeitam discursos vazios de inclusão social. A religião se torna, mais do que nunca, importante via de acesso aos objetivos dessa assistência social: a dignidade da pessoa humana e sua emancipação com vistas a resgatar seu respeito e sua cidadania, expropriados pela individualização.

A descrença no poder público é retratada pelas constantes denúncias de corrupção dos intitulados “representantes do povo”, os mesmos que legislam o raio de atendimento das políticas sociais. A religião não oferece a ilusão de assistência, audição e acompanhamento, mas conforta de maneira terapêutica, respondendo até mesmo à intenção de empoderamento do sujeito, quando este logra emancipar-se, buscando prosperidade, sucesso e perspectiva de melhor qualidade de vida, quando trabalhado em sua estrutura sócio – psíquica.

Obviamente não é obrigação da religião solucionar todos os problemas sociais e nem diminuir ou substituir a presença do Estado, mas cumpre a mesma função do assistente social, fiscalizando, cobrando e denunciando qualquer ação que viole ou ameace os direitos do cidadão. Dessa forma, não se propõem fórmulas milagrosas ou métodos infalíveis de prosperar.

Na religião, o ser humano encontra nas próprias experiências e na consciência desperta a necessidade de uma mudança que lhe permita chegar aonde deseja. Tal é o trabalho do empoderamento do sujeito e com a consciência. Não há espaço para o assistencialismo político e a questão de solidariedade jamais pode ser confundida com essa prática. Cabe à religião também tornar-se acessível, não promovendo a segregação social, mas garantindo a

esse sujeito que ao resgatar sentimentos defendidos pelo cristianismo, ele seja propagador das ações que o levaram a alcançar seus objetivos.¹⁷⁰

A crítica aceitável nesta pesquisa relaciona-se ao papel da religião em segregar os fiéis dos sistemas religiosos, levando-os às margens da sociedade ao criar uma vida social de acordo com seus dogmas e modos próprios de vida. Percebe-se que a religião pode criar esse submundo na sociedade, como clãs ou blocos marginais que não interagem com outros grupos sociais, gerando fenômenos de proselitismo e intolerância religiosa entre os membros de um determinado grupo.

3.2 Repensando a Religião no Serviço Social: Caminhos Para Novos Debates

Criticamos o modelo conservador da profissão e refutamos toda influência das práticas da religião na atividade do assistente social e sua base teórico-metodológica adotada pela cisão com a Igreja Católica. No entanto, não só a tão criticada Igreja Católica, mas também as demais religiões acompanharam o processo de transformação social no Brasil e mesmo as Igrejas consideradas tradicionais oferecem fértil campo de discussão da realidade social.

Nesse caso, não é necessário que a religião se adapte aos ideais do Serviço Social e vice-versa, apenas que se aceite com espinhos essa relação:

Um debate tem sido travado entre aqueles que acreditam ser a religião um tema pertinente à prática profissional e aqueles que discordam desta posição, entre aqueles que querem inserir no currículo profissional disciplinas ligadas a este tema e aqueles que rejeitam esta idéia; entre propostas e metodologias de intervenção, baseadas em pressupostos religiosos e outras baseadas em pressupostos teóricos (no sentido estrito das ciências sociais); além de vários levantamentos quantitativos e qualitativos, em que se busca identificar se os assistentes sociais são ou não religiosos.¹⁷¹

Religião e sociedade são instâncias que se interpenetram, dado verificável tanto na história das religiões quanto na das sociedades.

¹⁷⁰ “As instituições religiosas têm dirigido a atenção aos pobres, ajudando-os a enfrentar a realidade social. Muito embora haja preocupação dos fiéis com sua vida no presente e com seu sustento diário, ainda assim percebemos que alguns pastores estimulam os fiéis a continuarem a batalha diária e a vencer as dificuldades, na crença de que as realizações são parciais e a plenitude ainda está por vir com a salvação eterna. Entendemos esse discurso como uma forma de consolo que leva o sujeito a sustentar-se na situação em que se encontra.” (LESSA, 2008, p.81).

¹⁷¹ SIMÕES NETO, 2005, p. 17.

As práticas voluntárias caritativas ligadas a alguma igreja em especial não ferem as propostas marxistas do Serviço Social secularizado e, dessa forma, o assistente social inserido no campo religioso atua como se estivesse inserido na esfera estatal pública. Assim sendo, suas práticas são muito importantes na vida dos usuários, pois através da religião “muitos estão redescobrando a esperança que infunde o viver pela fé e na comunidade da fé em uma cultura marcada pela depressão e pelo pessimismo, a qual se reflete na busca de uma espiritualidade mais profunda e integrada”.¹⁷²

Fenômenos ocorridos nessas igrejas parecem passar longe dos olhos da criticidade do Serviço Social, dada a preocupação em responder às mazelas do binômio capitalismo/neoliberalismo e em politizar a sociedade com o discurso de “luta pelo acesso aos direitos garantidos por leis e conquistados por meio das lutas de classes”. Com isso, a religião torna-se vilã, não pela atual realidade de segregação e sectarização de um grupo restrito, mas por seu passado inglório.

Nesse aspecto, presumimos que os movimentos pentecostal, deuteropentecostal e neopentecostal (frentes contrárias ao catolicismo romano) trazem em sua liturgia a importância de os fiéis viverem à margem do meio social. O sectarismo religioso pode criar sérios problemas ao Serviço Social, já que esses grupos evangélicos, amparados pela doutrina cristã adotada por cada igreja, influencia o relacionamento com os indivíduos não inseridos nessas igrejas.

Situemos nesses parênteses abertos entre religião e Serviço Social uma parceria ideal para a constituição de métodos que satisfaçam suas demandas e provejam melhor uso de suas potencialidades: do Serviço Social, o poder político da articulação e da visão crítica. Da religião, o poder de coesão e coerção, além do caráter tradicional da instituição que ainda consolida seu poder hegemônico e ideológico.

O que se percebe é que as religiões vêm, muitas vezes, dar uma nova compreensão e uma nova abordagem aos problemas enfrentados pelas classes populares. Com isso, os que são congregados à determinada Igreja também percebem esses problemas de maneira diferente, enfrentando-os com promessas e esperança de dias melhores ou de se tornarem pessoas melhores por não sucumbirem às mazelas. O povo tem ido em busca de experiência de mudança de vida.¹⁷³

Toda a construção teórica no que tange à religião tem de ser refeita: por que a religião não pode congrega na mesma mesa de discussão a questão social, exclusivamente reservada pelos autores do Serviço Social a marxistas ou a profundos conhecedores das obras de Marx? Por que rejeitam outras correntes de pensamento, elegendo o marxismo como a única resposta

¹⁷² BEDFORD, 2011, p. 74.

¹⁷³ LESSA, 2008, p.85.

a toda a complexidade das relações sociais, ou ainda: quem de fato lucraria com essa vasta literatura, que parece abordar o mesmo tema em várias opiniões, cerceando a discussão por outras linhas de pesquisa?¹⁷⁴

Além desses questionamentos,

Três questões se mostram ainda mais delicadas: primeiro, como abordar o tema da religião na prática profissional, sem derivar para questões de fundo teológico? Segundo, como incorporar o tema da religião ao Serviço Social se há profissionais que não são religiosos? Terceiro, como tratar do tema “religião”, fazendo parte de uma instituição estatal que por definição, é laica? Ou, de outra forma, a incorporação da religião às atividades de prestação de serviços sociais (por meio do Estado) não rompe com o princípio de secularização do Estado? Não são os trabalhos promovidos pelo Estado e pela iniciativa privada secularizados? Os cursos de Serviço Social não são também secularizados? Então, como é ainda possível existirem mediações entre religião (valores religiosos) e a assistência social?¹⁷⁵

A insuficiência do binômio comunismo / socialismo no contexto político de Estado só demonstrou que o comunismo / socialismo defendido por esses escritores jamais existiu na prática, e não adianta somente procurar culpados (religião, capitalismo, neoliberalismo, desigualdades sociais e outros) para os problemas sociais. Igualmente inútil é criar caminhos de entendimento da realidade como imutável, negando a evolução da sociedade e de suas instituições (em especial, a religião e seus sistemas religiosos).

Afirmo que o papel da religião na sociedade hoje se relaciona com o compromisso reconhecidamente assumido pelo Serviço Social, pois, como discutido anteriormente, esperar do Estado que dê conta de todo um contexto social de desigualdades e problemas múltiplos de ordem estrutural é condenar o assistido à dependência e ao conformismo, tão caros ao “Estado Neoliberal”.

Ausência de perspectiva na vida ou perspectiva de piora que acomete as pessoas das classes populares pode ser minimizada pelo propósito que a religião apresenta aos seus seguidores de que ali podem obter um significado para suas vidas e renovar as esperanças. A religião promete dias melhores. Diante de sentimentos de confusão e desamparo, a religião provê recursos para o entendimento e a interpretação a respeito dos sofrimentos vividos aqui na terra e os caminhos para alívio desses sentimentos. Tem-se inclusive que a adesão aos tratamentos médicos costuma ser melhor e maior quando se percebe que há necessidade de participação do fiel em sua própria cura, somado à sua fé e à esperança que nutre.¹⁷⁶

Quanto à religião e o Serviço Social, se não entendermos sua mútua dependência, a necessidade de aliança em vez de conflito, jamais teremos um caminho histórico que

¹⁷⁴ Marilda Iamamoto responde essa questão, ao citar José Paulo Netto: “Para o autor, o processo de renovação teórica e cultural do Serviço Social ao esgarçar o lastro conservador antimoderno que cravou o passado profissional resultou na constituição de uma intelectualidade dotada de maioria no campo da elaboração teórica, que animou o mercado editorial com dominante influência da tradição marxista.” (IAMAMOTO, 2011, p. 277).

¹⁷⁵ SIMÕES NETO, 2005, p. 18.

¹⁷⁶ LESSA, 2008, p.85

justifique de fato nossa legitimação e sequer sairemos da armadilha de criticar eternamente o capital, o neoliberalismo e todas as contradições do mundo capitalista.¹⁷⁷

O debate cessará por falta de novos horizontes, pois há séculos vários autores em todo o mundo criticam o capitalismo. Embora tenhamos toda uma trajetória de discussões nas mais diversas visões de mundo nas produções científicas, o Serviço Social pode se perder nas próprias críticas, se estas não tiverem um objetivo concreto ou previrem a aproximação entre o aprendizado prático e o teórico.

3.3 O Acerto de Contas Entre o Serviço Social e a Religião

Ao fim deste trabalho, debatemos a questão do assistencialismo no Serviço Social e de que maneira essa prática é atrelada ao passado da profissão de gênese religiosa. Vimos também toda a trajetória no contexto brasileiro, considerando a influência da filosofia marxista no posicionamento profissional, na formação do profissional e em suas produções científicas. Agora, chegou a hora do acerto de contas entre a religião e o Serviço Social.

Este é o primeiro item a ser debatido nesse acerto de contas: se o Serviço Social nasceu em berço religioso, por que enxergar a religião com o olhar controverso e odioso de valor marxista? O diálogo com a religião permitiria ao Serviço Social visão de amplitude ainda maior quanto a um aspecto esquecido nas literaturas da profissão: embora a sociedade capitalista seja contraditória, individualizada e desigual no que se refere à luta de classes burguesa e proletária, ambas as classes compartilham a mesma religião, e isso inclui o próprio Serviço Social. Afinal, esses mesmos autores justificam o mergulho profundo na filosofia marxista, pelo fato de o assistente social não poder viver numa sociedade diferente, inserido no campo de trabalho como “assalariado”, vendedor de sua força de trabalho, a exemplo de qualquer trabalhador.

É essa a realidade exterior à discussão do Serviço Social, e por este abominar o próprio passado religioso, elege o próprio carrasco e cavar a própria sepultura ao se limitar à desgastada crítica ao Estado e ignorar o conteúdo da própria profissão, ou ainda, ignorando os

¹⁷⁷ “Os discursos apresentados espelham as visões de mundo, o posicionamento político social, as vivências espirituais e sociais, os projetos que as classes populares possuem e a forma como essas idéias perpassam as experiências cotidianas dos fiéis e seus familiares.” (LESSA, 2008).

próprios membros, sejam eles profissionais, docentes, acadêmicos ou pesquisadores da área.¹⁷⁸

Em uma sociedade onde as redes sociais como a família, por exemplo, estão se fragmentando pelos elevados índices de separações ou pela ausência, muitas vezes, dos genitores na condução de sua família e estruturação de seus filhos, algumas pessoas vêm na Igreja a única alternativa de sustentação pessoal e apoio social para o enfrentamento do cotidiano sórdido, sem esperança e insuportável.¹⁷⁹

A principal crítica aqui é exatamente a desvalorização das lutas pela legitimação da profissão por meio dos recursos escassos e das limitações impostas pelo regime político de que faziam parte nesse período histórico. Essas críticas conservavam o nexos com as frases populares “chover no molhado” e “enxugando o gelo”, se analisarmos o que realmente acontece.¹⁸⁰

Essa maneira de banalizar a solidariedade, degradando, por exemplo, a imagem do Terceiro Setor (constituído por ações filantrópicas e voluntaristas), já mostra a intenção de criar uma ideologia própria dentro de um discurso de defesa à imagem do assistente social livre do passado germinal religioso. Não é por acaso que se refere a Igreja Católica como aliada do Estado, segundo eles, comandado e influenciado pelo capital, e se relacionam as manifestações de solidariedade da sociedade civil à servilidade e à dependência. Segundo eles, essas ações submetem o necessitado, ao mesmo tempo em que faz dos seus executores operários de um capital mais “dócil”, “familiar” e menos individual e excludente. Acreditamos que o foco desse Serviço Social muito se confunde com o excesso de utopias teóricas e fatalistas criadas pelo marxismo.¹⁸¹

Há uma clara intenção de autopromoção como única via de acesso legítimo aos direitos sociais, bem como a sua efetivação. A perspectiva secularizadora do Serviço Social tenta criar uma imagem malévola de um aliado em potencial, ignorando seu passado como se

¹⁷⁸ “Afim, os assistentes sociais brasileiros são ou não religiosos? O tema da religião é ou não pertinente para a prestação dos serviços sociais, onde quer que ele seja implementado? Nos casos onde se trabalha com as minorias étnicas, que detém forte identificação religiosa, pode-se prover um adequado atendimento social, sem considerar a identidade religiosa da clientela?” (SIMOES NETO, 2005 p. 18).

¹⁷⁹ LESSA, 2008, p.85.

¹⁸⁰ “A crítica das práticas assistencialistas filantrópicas, na maioria das vezes, não levava em consideração o contexto histórico e as características das instituições prestadoras dos serviços, daí a não preocupação em compreender as relações sociais em suas contradições e complexidades. Com o movimento de reconceituação, busca-se romper com as visões conservadoras do Serviço Social que, embora pautadas em sólida fundamentação científica, mesmo assim, no plano prático o resultado de sua intervenção legitimava a ordem vigente e fortalecia a reprodução social capitalista.” (SOUZA e GOMES, 2004).

¹⁸¹ “Essa ideologia, como todas as outras conhecidas, divide a humanidade. Mas também divide seus próprios fiéis, habilitando alguns e desabilitando o resto. Ao fazê-lo, exacerba o caráter voltado para o conflito da sociedade individualizada; privatizada. Ao esvaziar as energias e desabilitar as forças que poderiam minar seus alicerces, essa ideologia também conserva essa sociedade e turva as perspectivas de revisá-la.” (BAUMAN, 2009, p. 122).

a religião não lhe prestasse o menor subsídio para o desenvolvimento de suas práticas, bem como sua sistematização e profissionalização.¹⁸²

Ora, se até Marx reconheceu o papel social da religião, ao afirmar que “é o homem que faz a religião, e não a religião que faz o homem”,¹⁸³ atribuindo a responsabilidade pela religião ao ser humano, como negar a religiosidade no Serviço Social e enfatizar excessivamente o racionalismo político apurado nas suas doutrinas e referências metodológicas? A crítica marxista à religião na célebre frase “a religião é o ópio do povo” parece não estar muito bem clara ao Serviço Social, quando critica a Igreja Católica e a acusa de atender unicamente os interesses das classes dominantes. Afinal, a burguesia também vê no Serviço Social esse ópio do povo a ser trabalhado ao seu favor.

Não pactuo com o assistencialismo como fenômeno político, mas critico a banalização e a profanação do termo assistencial, que nada tem a ver com o assistencialismo.¹⁸⁴

Concordo com Alayón: se o assistencialismo é um inimigo comum, da mesma maneira que a Teologia da Libertação se opôs ao regime capitalista, não podemos unicamente aderir à ideologia marxista sem avaliar sua aplicabilidade na prática, e tampouco criar um inferno laico a fim de marginalizar a igreja ou a religião. Se esta, na visão de Marx e de seus discípulos, atendeu prontamente ao pedido da classe burguesa (refiro-me ao combate à pobreza e à degradação da dignidade humana), a proposta do Serviço Social para a religião não é um conceito tão alheio à realidade. “As igrejas precisam ter em mente a realidade dos processos globalizantes econômicos e culturais, tanto no âmbito das congregações locais, como nos âmbitos mais abrangentes, pois afetam a maneira como os cristãos vivem e entendem o mundo.”¹⁸⁵

O que esse pensamento equivocado fez foi apenas confundir os sentimentos de piedade e solidariedade, próprios dos atos frutíferos das relações sociais e suas contradições, com o incômodo jargão “assistente social: a mocinha que faz caridade em troca de um lugar

¹⁸² “Essa relação não é pacífica em virtude da pretensão de universalidade de cada tradição religiosa e sua consequente necessidade de incidir no meio em que se encontra, configurando-o religiosa e culturalmente. Cada sistema religioso possui um incontido desejo de construir universos humanos e sociais, apresentando-se como astro em torno do qual aqueles querem girar.” Ver em: WOLFF, Elias. *Humanismo e religião*. In: BENTO, Fábio Régio. *Cristianismo, humanismo e democracia*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 219.

¹⁸³ RADICE apud ZACHARIADHES 2010, p. 134.

¹⁸⁴ “O assistencialismo constituiu a essência não apenas das formas de ajuda anteriores à profissão, mas também do próprio Serviço Social, persistindo atualmente. [...] A Reconceitualização, que refletiu um importante momento de avanço da nossa profissão na superação da sua concepção arcaica e sacralizada, encarregou-se de elaborá-lo, mas o fez somente na teoria. Livros e cursos não foram suficientes para combater tamanho inimigo. Por que o assistencialismo não é uma excrescência própria do Serviço Social, mas do sistema vigente. Ao continuarem e se multiplicarem os problemas sociais, e enquanto não se produzirem mudanças estruturais que tornem desnecessárias a sua existência, o assistencialismo prosseguirá tendo vigência como instrumento a serviço dos interesses das classes dominantes.”(ALAYON, 1995, p. 54-55)

¹⁸⁵ BEDFORD, 2011, p. 73.

no céu e o perdão de seus pecados”, situando o assistencialismo como ações filantrópicas e voluntariado. Ora, esse pensamento ignora a condição humana do assistente social, tentando racionalizar excessivamente o perfil de um agente que vem ao campo fortificado pela ideologia religiosa, pela qual ele é influenciado muito antes de sua escolha profissional.

Não se pode simplesmente expor estereótipos negativos com o intuito de legitimar sua autonomia (se é que de fato existe), degradando o voluntarismo e banalizando a ação da sociedade no combate à pobreza ou algum recorte da questão social nas sociedades pós-modernas.

Tenta-se criar um animal político a ser lapidado para se transformar no mesmo assistente social tecnicamente puro criticado dos anos 1960, porém mais inconformado e crítico dos dias atuais.¹⁸⁶

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, ou o processo de secularização da profissão, ao mesmo tempo em que obteve a rápida adesão de praticamente todos os profissionais, conquistou também os críticos desse movimento, de maneira mais institucional ou mais pragmática, no sentido da práxis profissional do assistente social.

Há autores que não só viveram esse processo de secularização e transição da vertente conservadora para a contemporânea marxista, como também estudaram as formas como se processou esse movimento, e tal como a maioria dos autores críticos da Reconceituação, dos que estão inseridos no contexto científico marxista, a exemplo de Vicente de Paula Faleiros, Ana Elizabete Mota e Maria Lucia Martinelli. Desta última recebemos o discurso que analisamos, e lhe dedicamos especial atenção porque ela vem da tradição marxista e critica o movimento de reconceituação, ao mesmo tempo em que a ele torna a aderir, sem posição clara.

Vicente de Paula Faleiros é um dos autores que mais criticaram o Movimento de Reconceituação. Ele entende que desconstruir tudo que foi construído dentro de uma vertente histórica seria submeter o passado a um tipo de fato presente, desprezando o que se produziu em um dado momento idêntico ou similar ao do Movimento de Reconceituação.

¹⁸⁶ “Acreditamos que na sua base está um componente que, factual, recebe um tratamento que o enviesa. Trata-se da *relação de continuidade* que efetivamente existe no Serviço Social profissional e as formas filantrópicas e assistenciais desenvolvidas desde a emergência da sociedade burguesa. Esta relação é inegável e, em realidade, muito complexa: de um lado, compreende um universo ideo-político e teórico-cultural, que se apresenta ao pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo – ambos os veios cobrindo igualmente a assistência “organizada” e o Serviço Social, sobretudo, a relação de continuidade adquire uma visibilidade muito grande porque há uma instituição que desempenha papel crucial nos dois âmbitos – a Igreja Católica.[...] as implicações de uma tal continuidade que afetam medularmente o Serviço Social, menosprezá-la ou reduzir – lá não contribui para a compreensão a profissão; no entanto, ademais explicável, ela está longe de fornecer a chave de dilucidar a profissionalização do Serviço Social.”(NETTO,2009 p.70-71)

Para eso es necesario articular la consideración de la estructura social a la historia social de los sujetos, pues la abstracción del ser humano de la historia significa volverlo sin historia, en un mundo sin historia, y por lo tanto, imposible de ser el mismo relatado y referenciado. Lo que buscamos poner en práctica es que la historia y las historias se hagan otra historia y otras historias por la acción de los hombres en las condiciones dadas a ellos.¹⁸⁷

Faleiros preocupava-se com o possível conflito entre os saberes institucional e profissional do assistente social atuante no Serviço Social secularizado. Sob essa perspectiva, pode-se notar a degradação do passado do Serviço Social, de forma que esse processo de reconceituação alterou drasticamente a mentalidade da profissão, no aspecto político, mas na prática, o que de fato o cotidiano pareceu não ter recebido reflexos de sua metodologia. Em outras palavras, a mudança foi inútil, se percebemos nos campos de trabalho a estagnação do profissional, enquanto a própria classe profissional não tem a mesma coesão de outras profissões.

Acredito na influência do pensamento de Faleiros sobre o Serviço Social argentino, através dos autores Norberto Alayón e Ezequiel Ander Egg ou vice-versa, pois os três são críticos do Movimento de Reconceituação segundo a mesma linha de pensamento. E exatamente por preservar o materialismo histórico da profissão que Faleiros analisa o abismo aberto entre a teoria e a prática: “O debate sobre a relação teórico / prática permeia o Movimento de Reconceituação de forma fecunda, e nele se situa a questão metodológica. A recusa do teorismo pela prática, em alguns casos, jogou fora junto a teoria”,¹⁸⁸ o que também abre a discussão de José Paulo Netto¹⁸⁹ sobre as mazelas cometidas pelo Movimento de Reconceituação:

- 1) A correta denúncia do conservadorismo próprio do tradicionalismo, disfarçado em “apoliticismo”, conduziu, muitas vezes, a um ativismo político que obscureceu as fronteiras entre a profissão e o militantismo – de onde, por vezes, a hipostasia das dimensões políticas do exercício profissional, posto então como ofício heróico e/ou messiânico;
- 2) A recusa às teorias “importadas” (resposta, num primeiro momento, ao hegemonismo das ciências sociais acadêmicas norte-americanas) derivou numa relativização da universalidade teórica que, no limite, infirmava a validade da teorização produzida

¹⁸⁷ FALEIROS, Vicente de Paula. *Desafíos del trabajo social frente a las desigualdades*. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1765/2356>> acesso em: 14/07/2012 as 21:56hs, p.126

¹⁸⁸ FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 115.

¹⁸⁹ NETTO, José Paulo. *O Movimento de Reconceituação 40 anos depois*. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.84. Ano XXVI novembro/2005. São Paulo: Cortez, 2005, p. 13.

noutras latitudes, redundando na valorização da produção teórica “autóctone”, presumidamente mais “adequada” às nossas particularidades histórico-sociais.

- 3) A confusão ideológica, que procurava “sintetizar” as inquietudes da esquerda cristã e das novas gerações revolucionárias “não-ortodoxas” e “não-tradicionais” (uma vez que, na generalidade dos casos, a esquerda “tradicional” ou “ortodoxa”, quase sempre conotada pela pertinência aos partidos comunistas latino-americanos, pouco participou do processo), acabou por engendrar a eclética mistura de Camilo Torres, Guevara e Paulo Freire com Louis Althusser e Mao Tse Tung. Curiosa e paradoxalmente, a Reconceituação, que abriu o diálogo do Serviço Social com a tradição marxista, recolheu desta, quase sempre, o que nela havia de menos vivo e criativo.

Cabe aos críticos da aplicabilidade do Movimento de Reconceituação uma profunda reflexão, tendo em vista esses tópicos citados por Jose Paulo Netto, verificando toda a construção assegurada por essa conquista. Superado esse “fogo amigo” crítico à religião e ao sistema religioso, o Serviço Social retomará sua história e abrirá suas restritas fronteiras ao campo religioso para que ambos sigam caminhos para um frutífero diálogo.

Essa mútua disposição de edificar em conjunto não prejudicará suas características peculiares, por não propor o retorno das velhas concepções, mas fomentar o nascimento de uma nova reflexão.

As velhas concepções, as críticas impensadas e o arsenal ideológico que influencia negativamente toda a profissão não estão superados e os equívocos só serão reconhecidos, se nós, assistentes sociais de fato, agirmos em coesão, produzindo fruto válido, e não ruídos incompreensíveis.

O Serviço Social, em sua origem no Brasil, contribuiu para a difusão do assistencialismo, porque caracterizava sua intervenção junto à classe trabalhadora no sentido de garantir a harmonia entre as classes sociais e a manutenção do poder da classe dominante, para o que, defendia o entendimento da “questão social” como algo natural, e não como resultado do modelo do capitalismo e das desigualdades que este produz.¹⁹⁰ (FIDELIS, 2005)

E é justamente isso que discutimos, tendo em vista que os elementos do assistencialismo no Serviço Social brasileiro estão ligados à cultura política enraizada nas políticas públicas do Estado, na sua figura paternalista.

¹⁹⁰ FIDELIS, Solange Silva dos Santos. *Conceito de assistência e assistencialismo*. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/pss13.pdf> Acesso em: 10 set. 2012, p.02

Muito se criticou o passado religioso do Serviço Social, ocultando o atual posicionamento da profissão junto à religião, mas o debate que parece ignorar teoricamente um aparato ideológico milenar e sólido não convence.

Ignora-se que o assistencialismo tem mais a ver com a cultura política do Estado do que com a prática do voluntariado na religião e suas práticas, embora independentes e caritativas, não destoam do já defendido por autores do Serviço Social.

Se por um lado, “baseados na doutrina social da igreja, os Assistentes Sociais possuíam uma visão conservadora e direitista, retratando o seu papel de educador do povo, utilizando de uma perspectiva moralizante e de ajustamento dos indivíduos”,¹⁹¹ por outro lado esse papel de educador do povo, visto nos primeiros assistentes sociais, manteve-se mesmo nos dias de hoje, pois na prática o assistente social não apenas encaminha as solicitações ao poder público, como em seus atendimentos às famílias, mas também busca orientar os usuários nos casos que pedem atendimento mais focalizado, especializado ou cuja condução encaminhe a conhecimento mais profundo da realidade, com o desvendamento de possíveis facetas ocultas de violação e ameaças de violação de direitos do indivíduo e da família.

O Serviço Social não soube se explicar exatamente o porquê da marginalização da filantropia e das ações caritativas promovidas pelas igrejas e diversas representações religiosas. Suas obras científicas acusam-nas de conveniência com o Estado, de maneira que essas ações reforçam a legitimação da ausência estatal na sociedade.

É possível contribuir com a resolução do problema e ao mesmo tempo cobrar ações mais efetivas e ostensivas do Estado.

O Serviço Social ao que parece seguiu a mesma tendência das Ciências Sociais¹⁹² em segregar a religião do debate dos problemas sociais do qual ficou retido somente para quem trabalhava a teologia social pois até mesmo aqueles militantes do humanismo cristão se desinteressaram a grande maioria das questões acerca da sociabilidade em debate com a própria religião:

O desinteresse pelo estudo de problemas sociais relacionados com a religião caracteriza não somente os assistentes sociais que politizaram suas ações por meio dos movimentos da Igreja, mas também os próprios militantes cristãos. Assim,

¹⁹¹ RODRIGUES, Aline de Andrade. *A formação profissional em Serviço Social e a interlocução com os profissionais na pesquisa mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina*. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial290904.pdf>> Acesso em: 30 out. 2012, p.19

¹⁹² “ Poderia-se entender que o serviço social segue uma lógica que não favorece, como esperado, o aprofundamento teórico de temas dos quais a religião não é exclusiva, visto que dá prioridade a temas de interesse da prática profissional em dados contextos, de acordo com a tendência dominante nas ciências sociais, em detrimento de outras que lhes são subjacentes.” (PINHEIRO, 2010, p.62)

sociólogos antes identificados como marxianos, tornaram-se weberianos, habermasianos, entre outros adjetivos alternativos e também pós-modernos.¹⁹³

Também não soube entender a legitimação das práticas da militância católica marxista no sentido de identificar que tanto essa militância quanto o próprio Serviço Social tinham o mesmo propósito, porém ideologicamente opostos.¹⁹⁴

E o que este estudo busca desvendar é exatamente a razão do processo de secularização do Serviço Social, mais especificamente, entender se essa secularização tenta se igualar à importância da religião sobrepor-se ao seu papel no processo de socialização do indivíduo na coletividade.¹⁹⁵

Assim mesmo, a relação do Serviço Social com a religião fica marcada pelos traços históricos do conservadorismo católico na profissão e sua negação está diretamente ligada à defesa de sua autonomia própria, no que diz respeito aos interesses dos usuários de serviços públicos, sendo esse o principal alvo do Serviço Social, que assessora, elabora e efetiva políticas públicas, assim como exige o cumprimento dessas políticas e denuncia seu descumprimento, como previsto em legislações próprias, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Ou seja, o Serviço Social responde tanto pela Assistência Social quanto pela política pública em que se insere (Saúde, Educação, Previdência, etc.), criando dispositivos legais legitimadores de suas ações dentro da perspectiva do direito social, descritos nas letras jurídicas de seu código de ética.

Ao assumir um compromisso com a classe trabalhadora, o Serviço Social transformou-se em um elo intercessor entre o trabalhador e o Estado, principalmente quando propõe a defesa intransigente dos interesses do usuário dos serviços públicos como direito, mas, ao mesmo tempo, a profissão lutou pela própria autonomia e exclusividade nas

¹⁹³ PINHEIRO, 2010, p.57

¹⁹⁴ Criou-se uma “contracorrente do conservadorismo em conjunto com os movimentos cristãos, sem manifestar nenhum interesse pelo estudo dos fenômenos sócio-religiosos”(PINHEIRO, 2010, p.57)

¹⁹⁵ Para entendermos melhor como se dá essa dinâmica, recorremos a Slavoj Žižek, que desenvolveu em seu conceito a questão da permissividade como foco dos problemas sociais das sociedades complexas (capitalistas e globalizadas). Ele “encontra em alguns setores da sociedade, entre eles o setor religioso, a concepção de que se vive, atualmente, uma era de permissividade. Tal era acaba gerando problemas sociais e políticos muito fortes, como é o caso da violência sem razões utilitárias e/ou ideológicas. O que falta a esta crítica, no entanto, é o verdadeiro paradoxo: é o fato de que não nos falta apenas confrontar-nos com o limite, mas que o confronto com o limite, ou melhor, a função do limite explícito é sustentar a ilusão de que nós podemos ultrapassá-lo, é sustentar o desejo. O que a crítica tradicional prega é, na verdade, um retorno a uma simbologia do limite, muito bem elaborada no período pré-moderno. É nessa perspectiva que vemos os discursos tradicionais da necessidade do retorno de antigos valores, de valorização da família e da ‘necessidade de ter Deus no coração’. Porém, para Žižek, a solução para a complexa sociedade atual não é o retorno a uma velha concepção de limites, baseada numa autoridade simbólica. Assim, descarta-se a religião como a responsável pela recriação de nossos valores.” (GUERRA e TELES 2009, p. 70.). Porém as autoras advertem que a permissividade não é um conceito criado propriamente por Žižek e sim por “pessoas que defendem um certo retorno à autoridade simbólica, própria de uma era em que a religião tinha muita força.” (idem)

atividades que envolvem as políticas públicas, às custas do antagonismo filosófico em seu código de ética, mas não preconizou o respeito às próprias raízes históricas.¹⁹⁶

Desse modo, esse conflito não chega a seu objetivo central, pois ao mesmo tempo em que o Serviço Social rompe o cordão umbilical com a religião, ele mesmo não deixa clara a separação entre a importância da influência exercida pela religião e os objetos de estudo.

Pouquíssimas obras literárias foram publicadas de modo a contornar a mútua renegação de ambas as esferas. Normalmente, de acordo com a literatura em voga, a religião é acusada de associar-se aos ideais de um Estado burguês, erro cometido pelo comunismo ao primar demais pela intransigência de suas investidas e apostar em um efeito reacionário, de tal modo que todos promovam a transformação social pela via coerciva, com manifestações violentas de revolta e a edificação da ditadura do proletariado, tudo inspirado no marxismo assumido pelo processo de secularização do Serviço Social.

Essas obras literárias do Serviço Social estão fortemente influenciadas pelo legado que de autores do pensamento marxista, como György Lukács, Istvar Mészáros, Antonio Gramsci, Henri Lefebvre e outros. Também encontramos a influência francesa de autores marxistas da contemporaneidade: Robert Castel, Francois Chesnais, Pierre Rosanvallon, Alain Bihr, Pierre Salama e outros. Esses autores enfatizaram o cenário de uma realidade francesa de residualismo em suas políticas sociais e o desmonte das políticas de seguridade social, muito embora não se encontrem em seus escritos críticas à religião ou a alguma designação religiosa em específico, por se tratar de economistas, sociólogos e antropólogos.

A vertente marxista levou o Serviço Social à ênfase incansável do materialismo histórico e seu aporte teórico se amparou na escola francesa de Ciências Sociais, cujo aporte científico se calçou essencialmente no debate e estudo da questão social, bem como no impacto desse conjunto nas relações sociais entre as classes, erradicando a turbulência provocada pelas lutas de classes, tendo sempre como principal pilar temático o mundo do trabalho e suas contradições.¹⁹⁷

Mesmo sendo o movimento de reconceituação seu maior expoente, ainda há críticas sobre o modelo de marxismo adotado por essa iniciativa. Em sua crítica baseada nos escritos de Ana Quiroga, Marilda Iamamoto considera o marxismo abordado pelo Movimento de Reconceituação como muito distante das raízes originais de Marx, como tentativa de

¹⁹⁶ Havia o receio de que qualquer um poderia se dizer assistente social, praticando caridade, como no início da profissão.

¹⁹⁷ Esse debate quase sempre está atrelado às disfunções sociais causadas pelo modo de produção capitalista, como, por exemplo, o desemprego estrutural, a desigualdade e a exclusão social, a má distribuição de renda e a alienação das massas, à custa de políticas compensatórias e residuais que visam expropriar da classe trabalhadora o senso crítico do capital e do processo de adestramento das massas.

consolidar o Serviço Social não pela essência pura em Marx e a sua principal obra, *O capital*, mas por um movimento marxista que criou uma leitura distinta da proposta inicial de Marx, denominada pelas autoras como marxismo sem Marx:¹⁹⁸

Aquela abordagem traz a centralidade do trabalho para o campo da interpretação, foco tão diluído nas feições do marxismo herdadas do movimento de reconceitualização – um marxismo sem Marx [...] –, carregado com fortes marcas do estruturalismo francês de Althusser e do marxismo soviético e/ou de inspiração maoísta.¹⁹⁹

Justamente ao criticar o posicionamento da igreja e sua doutrina social, a ala marxista do Serviço Social reforça sua crítica com base nos estudiosos do marxismo, partindo da seguinte premissa:

O clero entendia a sociedade como um *Corpo Social*, sendo cada classe, na verdade, um membro desse Corpo. Por essa visão, cada membro (classe) tinha sua função e deveria colaborar em harmonia com os outros membros para o bem do Todo. [...] Nessa concepção, patrão e empregado tinham sim os mesmos interesses: o bem comum. E para que isso fosse alcançado cada um tinha de fazer a sua parte. A função dos trabalhadores seria trabalhar e a dos proprietários, zelar pelos seus empregados e cuidar dos negócios.²⁰⁰

Logo, autores clássicos do Serviço Social, como José Paulo Netto, apontam para o debate das questões sociais como ponto essencial do Serviço Social. Sem a questão social, o Serviço Social não existe como vertente contemporânea. Esse autor acrescenta que não se conseguem respostas fiéis à realidade se o debate não partir da questão social capitalista. Só pela questão social o Serviço Social pode fortalecer seu projeto ético-político nos debates teórico-metodológicos da profissão.²⁰¹

Tendo a questão social como essência do Serviço Social, após seu processo de secularização (rompimento com o conservadorismo e com a religião, propriamente dita), o objeto de estudo do Serviço Social legitima-se na própria prática profissional, inserido que está no mundo do trabalho, acompanhando a tendência desse legado marxista e justificando-se como “a forma fundamental, mais simples e elementar daqueles complexos cuja interação

¹⁹⁸ Marilda Iamamoto vai mais além, ao citar a crítica acerca de Louis Althusser feita por outros autores descritos por ela, que o acusam de ser neopositivista, uma vez que Althusser era marxista, porém influenciado pelo estruturalismo francês. Além disso, Iamamoto, ao criticar os autores marxistas que não seguiam os estudos de Marx, exemplifica que pensar em Marx sem escritos como os *Grundrisse* e o *Capital* não seria sensato. “É interessante demarcar que Althusser – que ainda dispõe de ampla influência no pensamento francês mais recente – desconhecia os *Grundrisse*.” (IAMAMOTO, 2010, p. 356)

¹⁹⁹ IAMAMOTO, 2010, p. 253.

²⁰⁰ ZACHARIADHES, 2010, p. 129.

²⁰¹ “Iamamoto dedicou-se a essa questão, embora sem explorar o debate de Marx e Engels sobre a religião. Entende-se dos elementos apontados pela autora que os estudantes e profissionais do Serviço Social engajados no movimento cristão teriam contribuído para o ecletismo na profissão, impregnado na militância política da época. A própria autora que viveu a experiência desse movimento à época inaugurou em coautoria com Raul de Carvalho, no final dos anos 1970, sob a perspectiva marxista, uma nova interpretação desta profissão como originária e resultante da divisão sócio-técnica do trabalho.” (PINHEIRO, 2010, p.59)

dinâmica constitui-se na especificidade do ser social”.²⁰² Ao fundamentarem a prática profissional do assistente social no mundo do trabalho, os estudos de Lukács serviram de bases para autores como Yolanda Guerra, uma das maiores referências na teorização da prática profissional e no conceito de classes subalternas.

Sendo assim, não proponho aqui um resgate do sonho messiânico de que a religião resolverá os problemas por que passa o Serviço Social. Mas a religião pode resgatar algo que o Serviço Social perdeu: a solidariedade .

²⁰² ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7. reimpress. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 141.

CONCLUSÃO

Chegamos ao fim deste trabalho e esperamos que nosso estudo tenha clarificado a falácia obscura do Serviço Social, que nos quer fazer aceitar, ainda que não o explicita, a saber, o porquê de sua crítica à religião, à filantropia ou à tentativa de resgate da solidariedade exercido pelos grupos religiosos e por obras caritativas, seja pela Igreja Católica, seja pelas igrejas protestantes.

O que precisa ficar bem claro após essa leitura é que a relação entre a religião e o Serviço Social não é de bom entendimento. Ainda encontramos muitos questionamentos, muitas perguntas sem respostas e uma certeza: “Seja dentro do campo profissional, seja fora dele, noções e valores da política podem ser adicionados às crenças religiosas de uma pessoa, sem que estas últimas sejam afetadas”.²⁰³ Mas um calo nessa discussão é justamente a prática profissional, à margem da “revolução” contra o sistema gerador de desigualdades e exclusões.

Quem de fato sai lucrando com esse projeto ético-político voltado à filosofia marxista? Quem se beneficia desse tipo de intervenção que condena a neutralidade do assistente social conservador, mas se mantém inerte diante de uma realidade muito pior do que a descrita nos livros de Serviço Social?

Vimos pela análise do discurso que há perguntas sem respostas de ambos os lados, tanto na religião quanto no Serviço Social. Há questionamentos a serem esclarecidos, porém diante de uma instituição que nasceu muito antes do sistema capitalista e uma profissão que nasceu dela, qual das duas ideologias melhor refletirá a realidade?

Dessa forma, entendemos que um abismo foi aberto entre o Serviço Social e a religião quanto a ser assistencial e ser assistencialista. Os autores marxistas condenam o ser assistencial como se fosse o ser assistencialista, por atender em nome do Estado (quer dizer, o relevante trabalho realizado por igrejas, ONGs e entidades filantrópicas) e satisfazer seus anseios ambíguos. Mas a análise não marxista do Serviço Social revela que o sistema criticado por esses autores subsidiou o pensamento radical da profissão, que se aliou aos movimentos sociais de lutas pelos direitos da classe trabalhadora. Foi graças aos evasivos estudos teóricos da ala conservadora que o Serviço Social se serviu dessas rechaçadas formações profissionais:

Estas experiências mostram que a formação dos assistentes sociais, por meio de escolas religiosas, contribuiu para a formação de um *ethos* profissional, em que a

²⁰³ SIMÕES NETO, 2007.

ideia de ajuda ao ser humano e os valores religiosos e afetivos eram parte integrante do agir assistencial profissionalizado.²⁰⁴

Então, a solidariedade e o direito de acesso aos serviços públicos oferecidos pelo Estado proporcionaram ao Serviço Social princípios éticos e constitutivos:

O acesso aos bens e serviços oferecidos em razão da ausência de padrões universalistas é norteado por padrões de seletividade onde predominam critérios de afetividade e eleitoreiros. O cliente espera da autoridade, no exercício da função pública, humanidade e caridade suficientes para que lhe seja concedido o favor da benesse. Procura mostrar-se merecedor dessa benesse, expressando carência, dependência e sugerindo piedade. Busca estabelecer uma relação de “amizade” e de “lealdade” que lhe renda vantagens no que se refere ao acesso a bens e serviços.²⁰⁵

Aqui também encontramos o foco da crítica distorcido e fetichizado na relação do assistente social com sua prática profissional. Inegavelmente, a teorização do Serviço Social iniciada pela Intenção de Ruptura no final dos Anos 70 e a escolha da corrente marxista foram pontos altos dessa trajetória, mas como marco referencial à Reconceituação do Serviço Social esse processo de secularização abriu um abismo discrepante entre a teoria e a prática.

Sabemos que a prática profissional diverge muito da teoria, porém não se sabe, por exemplo, em que essa discussão foi fundada. Entretanto, ao analisarmos a realidade do assistente social nos dias de hoje, encontramos enormes contradições que remetem ao passado remoto da profissão, pois a criticidade do assistente social tanto mais se valida quando menos causas próprias ele tem a defender, aderindo a esse “movimento revolucionário”, detentor das seguintes marcas:

- 1) Notadamente, a teoria ganha força apenas na academia e nos movimentos estudantis, ambientes em que a efervescência do pensamento marxista se mobiliza quando os interesses da classe estão seriamente afetados. É comum a participação de acadêmicos do Serviço Social à frente desses movimentos, exatamente porque não respondem profissionalmente por esses atos. Vemos surgir verdadeiros líderes estudantis que, quando profissionais, parecem abandonar o espírito de revolução e greve fortemente preconizado pelo marxismo.
- 2) A passividade ou a banalização da própria classe trabalhadora diante de buzinações, greves de qualquer natureza e a importância dada ao individualismo desmotiva a prática a se alinhar com a teoria. Os grevistas são vistos pela sociedade contaminada pela ideologia da classe dominante como deturpadores da ordem pública ou como meros espectadores, aderindo ao movimento até o ponto em que não alteram sua rotina diária.

²⁰⁴ SIMÕES NETO, 2005, p. 48.

²⁰⁵ ARAUJO, 2011.

- 3) A perda do interesse revolucionário se dá também no oportunismo político-partidário de alguns assistentes sociais, que usam as eleições partidárias para firmar alianças com políticos, com os quais, negociam seu silêncio ou fidelidade política com a aquisição de um cargo público, restringindo sua crítica ao nível teórico, como formador de opinião ou incentivador à inquietação da massa, escondendo-se de possíveis retaliações do sistema, entre as quais estaria a perda desse “cargo de confiança”.

Sintetizando, o Serviço Social sempre estará atrelado ao seu passado religioso, nas suas mazelas, nos acertos desta geração e da geração conservadora, pois enquanto a cultura política da sociedade brasileira continuar presa ao passado inglório das práticas estatais do clientelismo/assistencialismo, permanecerá na individualidade que subordina as ações públicas aos interesses particulares.²⁰⁶

Portanto, ressalto que a secularização do Serviço Social visou apenas sua própria autoafirmação e seu posicionamento discursivo, dirigido à efetivação dos direitos do cidadão, atende antes de tudo seus próprios interesses. Afinal, uma profissão mais técnica exigiria, antes de tudo, maior qualificação das ações no âmbito da perspectiva teórica e metodológica, que sofre hoje banalização por parte de outros profissionais. Essa postura, sim, buscaria igualar o Serviço Social a essas outras profissões críticas em sua atuação. Ressalto também que essa secularização tornou a própria profissão um construto sem passado disponível como referência para o futuro, sem, contudo, desprezar a importância dessa secularização, tão ressaltada nos livros escritos por assistentes sociais que a vivenciaram.

O assistencialismo é renegado por muitos que não conseguem enxergar o papel passivo do assistente social na realidade profissional, quando atua nos mesmos campos de trabalho que critica e nesse estranho modo de ver o mundo, contradizem a religião, sem contudo erguer argumentos que derrubem sua importância. No seu mundo fabuloso, escrito nas ilusões (pseudo) técnicas dos livros, não conseguem enaltecer o brilho da profissão em combate com a religião, cabendo-lhes escrever os feitos de um super-herói inexistente, mesmo nessas literaturas.

²⁰⁶ “Talvez o equívoco maior da Reconceitualização tenha sido a negação radical do assistencialismo, sem recuperar a perspectiva do ‘assistencial’, aspecto imprescindível ao Serviço Social. A recusa juvenil e mecânica do assistencialismo levou-nos à abstração de nos afastar dos problemas e necessidades concretas da população. E apareceram tendências, que ainda hoje subsistem, de assistencialismo ideológico, pretendendo com retórica pseudo-agitativa avançar nos níveis de organização e de luta sem partir das reivindicações concretas e materiais dos grupos explorados.” (ALAYON, 1995 p. 55).

Ao preconizar em demasia o pensamento crítico e político, meramente resgatamos os primórdios do profissional excessivamente técnico, que nem mesmo vem sendo nomeado como assistente social, recebendo designações como “analista” e “técnico”.

É preciso compreender que mesmo as contestadas formas dos primeiros assistentes sociais de um passado bastardo amenizaram os problemas sociais e esses métodos atenderam a uma perspectiva de realidade mundial pertencente ao contexto de então. Concordo com a validade de toda crítica, mas discordo da forma como criticam, ausentes o bom-senso e a justiça exigidos. Esconder ou renegar o passado do Serviço Social é rejeitar a falha grotesca e pitoresca do processo de secularização da profissão, além de encontrar saídas que justificam essas falhas, de tal modo que o discurso empregado atende indiretamente ao núcleo-base de seu alvo crítico.

Em termos e linhas gerais, posso compreender a importância de todo feito se relativizar ao longo do tempo, mas não posso prestar credibilidade total a esse processo, por entender que ele não segue à risca o marxismo puro (destacando-se que há dois conceitos remetidos a Marx, marxismo e marxianismo, ambos trabalhados nas formulações teóricas do Serviço Social). É possível que habite nesse desvio a perspectiva de um marxismo mais suave e menos combativo (marxiano), talvez mais passivo. Quem defende o marxismo como ideologia e poder filosófico adverso à hegemonia das classes dominantes segue a linha do marxismo como especialidade científica, uma marxologia que, indiretamente adotada, cria uma distorção equivocada na teoria do Serviço Social que se baseia profundamente no marxismo.

Daí a confusão que se criou nesse hábito de desprezar o poder hegemônico da religião, tendo como suporte teórico o seu passado, reencontrando o caminho de volta para casa, uma vez que os campos de trabalho do assistente social já se voltam para as entidades filantrópicas (tão criticadas por serem obsoletas e assistencialistas, além de retrógradas) como saída para o saturado mercado de assistentes sociais excluídos do cenário profissional.

Além disso, a contribuição da religião no debate das questões sociais não só enriquecerá o Serviço Social como também acrescentará à pauta de discussões fenômenos sociais ocorridos no campo religioso, que, no meu entender, seriam de importância relevante, já que tais fenômenos podem influenciar a convivência do assistente social com esses usuários e o desenvolvimento da cientificidade do saber crítico no Serviço Social:

- a) O proselitismo, o fanatismo exagerado característico da religião psicótica, capaz de influenciar a vida dos fiéis, de maneira a traduzir a intolerância entre os sistemas religiosos cristãos e as ações violentas cometidas por alguns deles (violência

doméstica, constrangimentos, abusos sexuais e outros), uma vez que o Serviço Social toma emprestados os conceitos da Sociologia no debate das divergências nas relações sociais.

- b) O segregacionismo e o sectarismo presentes em sistemas religiosos, cujas relações sociais são restritas ao rebanho (congregações, ministérios, paróquias associadas e outros) elegível pela doutrina desses sistemas religiosos. O Serviço Social pode entender o porquê dessa influência quando, por exemplo, um usuário manifesta ser atendido por um profissional de mesma religião, julgando-o mais capaz do que outro alheio ao seu contexto religioso.
- c) O adestramento político dos fiéis de certos sistemas religiosos abre espaço farto para a prática do assistencialismo, promovido individualmente, de acordo com influência religiosa do pastor, frade, bispo e padre que se lance na carreira política e encontre nos sistemas religiosos verdadeiros celeiros eleitorais. Os fiéis associam a imagem desses líderes religiosos ao jargão “Servo de Deus vota em Servo de Deus”, mesmo que o “Servo de Deus” não corresponda a sua expectativa política. Aos fiéis denominados “mais humildes”, aplica-se o assistencialismo com práticas descontínuas, num movimento de acompanhamento familiar limitado a “dar cestas básicas” no período eleitoral ou próximo a ele.

Estas considerações finais são ultralimitadas para dar conta dos inúmeros recortes possíveis desse cenário, sendo mesmo impossível enumerar ou pontuar cada um deles. A perspectiva deste trabalho visa não apenas tentar reconciliar o Serviço Social com a religião (em especial com a Igreja Católica, sua “progenitora”) como também reaproximar, sob olhar crítico e sem perda da essência secularizada, o marxismo do Serviço Social contemporâneo, a fim de promover a contribuição mútua entre ambos (a troca de saberes), pois a profissão, expandindo-se para campos antes não “habitados”, abriria caminho para legitimar o saber das instituições religiosas, conciliando-os com a perspectiva marxista.²⁰⁷

Tratar-se-ia, então, de uma Teologia da Libertação ressuscitada na profissão? Não, apenas de uma maneira intolerante à falácia, à alienação e ao estranhamento. Ao propalar-se a alienação do capital, não se percebe no próprio discurso uma maciça carga ideológica política

²⁰⁷ “O fato de o Serviço Social constituir-se uma profissão traz inerente uma exigência de ação na sociedade, o que não exclui a possibilidade e a necessidade de dedicar-se a investigações e pesquisas no amplo campo das ciências sociais e da teoria social, adensando o acervo da produção intelectual sobre intercorrências da questão social e das políticas sociais, contribuindo para o crescimento do patrimônio científico das Ciências Humanas e Sociais.” (IAMAMOTO, 2010, p. 239).

agindo da mesma maneira que a ideologia totalitária do capital, porém com roupagem dogmática marxista.

Dessa forma, o Serviço Social secularizado preocupou-se em demasia com a estética profissional, longe do passado germinal, e esse excesso de vaidade suscitado à luz de um projeto ético-político massificado no marxismo fechou as portas da profissão a um campo de pesquisa extremamente fértil de contribuição, muito relevante não só no resgate histórico da profissão como em propostas de intervenção em um campo ignorado pelas literaturas profissionais.

E justamente por não identificarmos os beneficiários dessa nova vertente, compreendemos que há forte receio de o Serviço Social perder seu espaço conquistado para outras profissões ligadas ao trato da questão social dentro da esfera institucional, levando desvantagem e sofrendo destituição institucional, ameaçado de que suas competências e atribuições estejam fora seu alcance.²⁰⁸

Se o assistencialismo é condenado, apontado como falácia política de dependência e apologia do favor, da servidão, como explicar a um indivíduo famigerado e excluído que sua necessidade depende unicamente de sua vontade, como se o Estado fosse pleno e fortemente presente em suas responsabilidades pela qualidade de vida dos trabalhadores, por meio dos movimentos sociais? E se essa solidariedade causar dependência ao usuário, e o assistente social for movido pelo preceito cristão de caridade e filantropia, ele está sendo de fato um indivíduo assistencialista?

A verdade é que, independentemente de sua crença ou formação política, o assistencialismo é rejeitado pela classe teórica do Serviço Social, mas indiretamente absorvido pelos profissionais atuantes nos seus campos de trabalho.²⁰⁹

²⁰⁸ “O Serviço Social sofre impactos da disputa de outras especializações correlatas, o que requer, para além de regulamentações formais, o cultivo de ‘novas competências sócio-políticas e instrumentais’ necessárias ao alargamento dos espaços ocupacionais e das bases sociais de legitimação da profissão”. (IAMAMOTO, 2011, p. 276).

²⁰⁹ Podemos verificar que nossa crítica aqui é entendida pela ambigüidade da teoria desenvolvida com a prática vivida no Serviço Social e considerando que tais pontos trabalhados aqui mostram por meio da intenção de mudar tais focos retirados que servem de aportes para entendermos de quais contribuições a Religião traz ao Serviço Social, encontramos na crítica de Pedro Demo no que diz respeito ao que ocorre em: “Muitos cursos de Serviço Social, produzem discursos excitados em torno da cidadania popular, por vezes com tons marxistas mais ou menos perceptíveis, mas, na prática, realiza-se a assistência que mais convém ao sistema, e não os excluídos. É muito difícil indagar alguma política social que seria autêntica minimamente no campo estatal, mesmo aquelas decorrentes das determinações constitucionais como da LOAS e do ECA. Tudo é, miseravelmente pequeno, irregular, mal organizado, residual, caricatural. “ (DEMO, 2000, p.104)

Afirmar que o assistencialismo está erradicado do Serviço Social é aceitar um “céu de brigadeiro e um jardim confeitado de pirulitos e geléias coloridas”²¹⁰, porque na prática o assistencialismo ainda existe, revigorado: os profissionais são obrigados a negar sua raiz religiosa quando o tema é a produção do saber científico, não podendo afirmar que o “direito” a uma cesta básica vai muito além do merecimento (quando a família está diante do assistente social para comovê-lo com histórias de insucesso e miséria, num cenário de exclusão e desigualdade social) desses usuários e muito além do princípio de elegibilidade e seletividade. Nem todos têm acesso pleno e contínuo aos direitos, acessando-o mas não o usufruindo sempre que desejam ou necessitam. Há uma discrepância muito grande que não posso congregar com as críticas ao assistencialismo sem que se haja uma análise menos militante e mais fidedigna à realidade na relação teoria x prática.

Aqui não pomos ponto final para encerrar esta discussão, entendendo que a gigantesca gama de livros já escritos no Serviço Social apenas empilham uma discussão universal interpretada por dezenas de autores, nenhum deles capaz de responder a seguinte questão: diante da incoerência entre o saber teórico e a práxis profissional, sob a luz da religião, sua antiga parceira, estaria o Serviço Social voltando para casa outra vez?

²¹⁰ Essa poética (de minha autoria) foi utilizada como provocação ao que ocorre sobre a divergência entre a teoria e a prática tão exposta neste trabalho. Durante a defesa desta dissertação, por sugestão da banca examinadora, inseri as aspas ao contrário de suprimir a frase com o intuito de manter o teor polemico deste estudo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo. **Serviço social e filosofia**: das origens a Araxá. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Coleção Biblioteca Universal Presença, vol. 10. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ANDER EGG, Ezequiel. **Introdução ao trabalho social**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ANDRADE, Solange Ramos de. **O catolicismo popular no Brasil**: notas sobre um campo de estudos. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/067/67andrade.htm>> Acesso em: 18 out. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. reimpress. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, Cleonice Correia. **O clientelismo na política de assistência social**: determinantes históricos e tensão entre rupturas e continuidades. Disponível em: <http://www.gaepf.ufma.br/producao_cientifica/download.php?id=244> Acesso em: 12 mai. 2012.

BARBOSA, Maria Margarida. **Serviço social utopia e realidade**: uma visão da História. Disponível em: <http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20071101163758.pdf> Acesso em: 21 abr. 2012.

BARROS, Genize Molina Zilio. **Ideologia e argumentação no artigo de opinião**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/50_Genize_MZB.pdf> Acesso em: 26 mai. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BEDFORD, Nancy. A teologia da missão integral e o discernimento comunitário. In: PADILLA, C. René.; COUTO, Péricles. **Igreja: agente da transformação**. Trad. Albana Neves e Dilmar Devantier. Curitiba: Missão Aliança, 2011.

BETETTO, Helinton. **FAPSS**: uma história de 70 anos...Histórico da fundação e evolução do Instituto de Serviço Social, hoje Faculdades Paulista de Serviço Social São Paulo e de São Caetano do Sul. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000300010&script=sci_arttext> Acesso em: 6 out. 2012.

BIDEGAIN, Ana Maria. **Mulheres**: autonomia e controle religioso na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOFF, Leonardo. **Eclesiogenese**: a reinvenção da Igreja. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

_____. **Quarenta anos de Teologia da Libertação.** Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>> Acesso em: 21 out. 2012.

CAMPOS, Carla Leila Oliveira. **Estratégias de referenciação no Discurso Midiático** - práticas ideológicas de inclusão e exclusão de dizeres no discurso sobre a guerra. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322010000100003&script=sci_arttext> Acesso em: 16 dez. 2012.

CARVALHO, Raul de. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTRO, Manuel Manrique de. **História do Serviço Social na América Latina.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2006

CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. **O que é Comunidade Eclesial de Base.** Disponível em: <<http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2012.

COMBLIN, Joseph. **“Expoente da “teologia da libertação” confessa o fracasso das comunidades eclesiais de base”** entrevista concedida a Agência Boa Imprensa - ABIM. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm/idmat/B0F9D145-3048-313C-2ED4ED41E74C3C35/mes/Janeiro1993>> Acesso em: 5 jan. 2013.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** 6 ed. Campinas: Papirus, 2003.

_____, **Educação Pelo Averso:** assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000

DIAS, Agemir de Carvalho. **O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994):** a serviço da Igreja e dos movimentos populares. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/88899270/9/A-REVOLUCAO-COMO-ALTERNATIVA>> Acesso em: 22 out. 2012.

DI GIOVANNI, Geraldo. **Políticas públicas e política social.** Disponível em: <<http://geradigiovanni.blogspot.com.br/2008/08/polticas-pblicas-e-poltica-social.html>> Acesso em: 12 out. 2012.

DUARTE, Miguel. **Breve introdução à história do humanismo.** Disponível em: <<http://www.humanismosecular.org/historia-humanismo>> Acesso em: 9 mar. 2012.

ESCORSIM, Silvana Maria. **A filantropia no Brasil:** entre a caridade e a política de assistência social no Brasil. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.htm>> Acesso em: 4 mar. 2012.

ESTEVIÃO, Ana Maria Ramos. Coleção Primeiros Passos: **O que é Serviço Social?.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. Coleção Primeiros Passos: **O que é política social?.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Desafios del trabajo social frente a las desigualdades.** Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1765/2356>> Acesso em: 14 jul. 2012.

_____. **Estratégias em Serviço Social.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____(b). **O que o Serviço Social quer dizer?.** In: Revista Serviço Social e Sociedade N.108 São Paulo Oct./Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000400010&script=sci_arttext> Acesso em: 14 out. 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** 1. reimp. Brasília: Editora UNB, 2008.

FARIAS, Domingos. **Sebenta de filosofia: método escolástico.** Disponível em: <<http://blog.domingosfaria.net/2009/08/metodo-escolastico.html>> Acesso em: 20 set. 2012.

FAZENDA, Isabel. **Empowerment e participação: uma estratégia de mudança.** Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.pdf>> Acesso em: 8 nov. 2012.

FEHLBERG, Maria da Penha Almeida. **Serviço Social: influências religiosas, constituição da profissão e desafios atuais.** Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2009-08-31T100403Z-139/Publico/fehlberg_mpa_tm203.pdf> Acesso em: 1 maio 2012.

FIDELIS, Solange Silva dos Santos. **Conceito de assistência e assistencialismo.** Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/pss13.pdf> Acesso em: 10 set. 2012.

FILHO, Cyro de Barros Rezende. **Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso.** Disponível em: <<http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/viewFile/567/400>> Acesso em: 30 set. 2012.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Política Social e o pensamento de Paulo Freire.** ALEPH, Rio de Janeiro, v. ano II, n. No 9, p. 1-12, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/aleph/textos_em_pdf/politica_social_e_o_pensamento_de_paulo_freire.pdf> Acesso em: 12 jun. 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

GUEDES, Olegna de Souza. **A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista.** Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v4.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2012.

GUERRA, Elizabete; TELES, Idele. **Lacunas do real: leituras de Slavoj Žižek.** Florianópolis: NEFIPO, 2009.

GUIMARÃES, Luiz Ernesto. **A Teologia da Libertação e o Contexto Latino – Americano.** Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anaais/LuizEGuimaraes.pdf>> acesso em: 27 out. 2012

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/15556754/965251170/name/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf> Acesso em: 25 dez. 2012.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1857-1939: Pio XI). **Carta encíclica *Quadragesimo Anno***: A todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos, e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a Sé apostólica. Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica no XL aniversário da Encíclica de Leão XIII <<Rerum Novarum>>. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1891. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html>. Acesso em: 25 nov. 2012

IGREJA CATÓLICA. Papa (1810-1903: Leão XIII). **Carta encíclica *Rerum Novarum***: A todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos, e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a Sé apostólica. Sobre a condição dos operários. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1891. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em: 26 nov. 2012

JUNIOR, Paulo Ricardo de Azevedo. **A infiltração do marxismo cultural no Brasil**. Disponível em: <<http://padrepauloricardo.org/aulas/a-infiltracao-do-marxismo-cultural-no-brasil>> Acesso em: 26 jan. 2013.

LEIRO, Eliana Maria Virgili Filgueiras. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de língua estrangeira e a formação de alunos críticos: a lacuna entre a teoria e a prática. In: GUIMARÃES, Eliana. **Texto e discurso: confluências**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2008.

LESSA, Cristiane Fiaux. **A prática religiosa e a questão social: considerações sobre condições de vida e saúde na visão dos pastores e fiéis pertencentes à denominação metodista**. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4936/2/1046.pdf>> Acesso em: 25 dez. 2012.

LOBOSCO, Ricardo Lengruher. **Quando tudo pe(r)de um sentido**. Disponível em: <<http://www.cebi.org.br/noticia.php?secaoId=8¬iciaId=1765>> Acesso em: 14 abr. 2012.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MAINGUENAU, Dominique. **Discurso político transcende a realidade**. Entrevista concedida ao repórter STRONGREN, Fernando pelo Jornal da Cidade de Bauru-SP, em 14/09/2010 disponível em: <http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=192951&ano=2010> Acesso em: 16 abr. 2012

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** – 11.ed. , – São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, Patricia Carla de Melo. **Padroado régio no auge do Império brasileiro.** Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST6/014%20-%20Patricia%20Carla%20de%20Melo%20Martins.pdf>> Acesso em: 11 mai. 2012

MACHADO, Jaqueline Fernanda. **Serviço Social e Religião:** a prática profissional do Serviço Social nas entidades de procedência religiosa no município de Toledo-PR. Disponível em: <http://cac-ph.php.unioeste.br/cursos/toledo/servico_social/arquivos/2007_jaqueline_fernanda_machado.pdf> Acesso em: 16 jan. 2013.

MACHADO, Maria das Dores. **Política e religião:** a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, Sergio Bacchi. **A ideologia de Marx e o discurso de Foucault:** convergências e distanciamentos. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/04.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2012.

MEURER, Jose Luiz. Gêneros textuais na Análise crítica de Fairclough. In: MEURER, Jose Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros:** teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2009

_____. **O Movimento de Reconceituação 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social e Sociedade n.84. ano XXVI novembro/2005. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Leonardo Simplício Lima de. **A ideologia da assistência: autonomia ou amortecimento?.** Disponível em: <<http://web.intranet.ess.ufrj.br/monografias/102002790.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2012.

OLIVEIRA, Terezinha. **O ensino da caridade: uma virtude para o bem comum sob o olhar de Tomás de Aquino.** Disponível em: <<http://www.hottopos.com/notand18/ensincarid.pdf>> Acesso em: 9 mar 2012.

ORLANDI, Eni P Pulcinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 7 ed. Campinas: Pontes, 2007.

PESSOTO, Umberto Catarino; SOBREIRA, Antônio. **Mídia e ideologia:** uma leitura crítica. In: Revista Formação. FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente, nº14 volume 2, 2007, p. 61-69. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/7_pessoto_e_sobreira.pdf> Acesso em: 24 abr. 2012

PEREIRA, Cristiane de Barros. **Assistência Social em territórios estigmatizados: um estudo da atuação da Fundação Leão XIII em Vila Ipiranga, Niterói-RJ.** Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0510670_07_Indice.html> Acesso em: 12 mai. 2012.

PETRI, Verli. **Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60.** Disponível em: <http://www.ufsm.br/corpus/txts_profes/Verli_expressao.pdf> Acesso em: 30 mai. 2012.

PINHEIRO, Lucí Faria. **Serviço Social, religião e movimentos sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação.** Disponível em: <http://www.4shared.com/file/5LFM86ZG/POLANYI_K_A_Grande_Transformao.html> Acesso em: 18 set. 2012 e-book disponível em pdf.

RODRIGUES, Aline de Andrade. **A formação profissional em Serviço Social e a interlocução com os profissionais na pesquisa de mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina.** Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial290904.pdf>> Acesso em: 30 out. 2012.

RODRIGUES, Neyde Jussara Gomes Abdala; FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; NASCIMENTO, Dayse Cristina Nunes do Nascimento. **Gênero e Serviço Social: a prevalência da mulher nas cinco décadas de existência do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.** Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/3/01/19.pdf>> Acesso em: 4 out. 2012.

SANTANA, Ana Lúcia. **Escolástica.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/filosofia/escolastica/>> Acesso em: 22 set. 2012.

SANTOS, Débora. **O ethos no discurso político-evangélico: estratégias de captação.** Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/nad/anaisIIISimposioAD/pdfs/SANTOS-DeboramartinsdaCostaBarbosa.pdf>> Acesso em: 17 abr. 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Luta e perspectivas da Teologia da Libertação: o caso da comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo 1980 – 2000.** Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde.../lutaeperspectiva.pdf> Acesso em: 1 out. 2012.

SEGUNDO, Moacir. **O papel do Serviço Social na sociedade: análise do papel da mulher.** Disponível em: <<http://nusocial.wordpress.com/tag/feminismo/>> Acesso em: 13 out. 2012.

SILVA, Jane Quintiliano G. **Gênero discursivo e tipo textual.** In: Revista *Scripta*. Belo Horizonte: Editora PucMinas, V.1, n. 1, 1999, pp. 87-106. Disponível em: <<http://www.ich.pucminas.br/posletras/06.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social.** Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2319/3248> Acesso em: 13 abr. 2012.

SILVA, Maria Izabel da. **A organização política do Serviço Social no Brasil:** de “Vargas” a “Lula”. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/113/143> Acesso em: 13 out. 2012.

SIMÕES NETO, José Pedro. **Assistentes Sociais e religião:** um estudo Brasil/ Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Religião e Política Entre Alunos de Serviço Social (UFRJ).** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872007000100009&script=sci_arttext Acesso em: 13 abr. 2012.

SOARES, Sival. **Paulo Freire e Gramsci:** Educação em Gramsci e Paulo Freire. Disponível em: <http://www.sivalfilosofia.no.comunidades.net/index.php?pagina=1012599811> acesso em: 17 out. 2012

SOUZA, Dayse Jaqueline Macedo de.; GOMES, Luciano Silva. **Ideologia, Utopia e Serviço Social.** Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/193.pdf Acesso em: 27 mai. 2012.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **Gramsci e a comunicação:** a mídia como aparelho privado de hegemonia. Disponível em: http://www.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/26_rafael_bellan.htm Acesso em: 29 abr. 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **A assistência social no Brasil 1983-1990:** carta tema. – 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

WOLFF, Elias. Humanismo e religião. In: BENTO, Fábio Régio. **Cristianismo, humanismo e democracia.** São Paulo: Paulus, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social.Direitos Sociais e Competências Profissionais.** 1ª ed. Brasília - DF: CFESS / ABEPSS, 2009, v. v. 1, p. 125-141. Disponível em: http://www.cressmt.org.br/upload/arquivo/Modulo2-1_-_O_significado_socio-historico_da_profissao.pdf Acesso em: 17 mar. 2012.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS.** - 2. ed. rev. amp. – Salvador: EDUFBA, 2010.